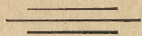
LISBOA ANTIGA

FRAGMENTO DA PLANTA DE LISBOA ANTES DO TERREMOTO
TRAÇADA POR JOSÉ VALENTIM DE FREITAS
(MSS. DA BIBLIOTHECA NACIONAL DE LISBOA)

LISBOA ANTIGA

POR

JULIO DE CASTILHO

LISBOA
LIVRARIA FERREIRA
132—Rua Aurea—134

FEVEREIRO DE 1887

SEGUNDA PARTE

BAIRROS ORIENTAES

TOMO V

Á

MEMORIA

DE

JOSÉ GOMES GOES

AO LEITOR

Vamos continuar n'este volume com a minuciosa revista das primeiras parochias de Lisboa.

Este dediquei-o á memoria de um dos meus mais assiduos e intelligentes collaboradores, o bondoso José Gomes Goes, meu amigo desde 1872, e meu collega na Bibliotheca Nacional.

Visto que o perdemos para as lettras (ha dias apenas; falleceu em 1 d'este mez) quero que a sombra d'elle venha apadrinhar os meus estudos, recebendo a homenagem espontanea da minha admiração e do meu agradecimento.

*

Quem não conheceu o excellente Goes não imagina o que ali estava.

—Nem elle proprio suspeita o que vale! — dizia um bom juiz, o sr. conselheiro Andrade Corvo.

E é assim. Modesto por convicção, sumido sempre nos segundos e terceiros planos, deixava adivinhar só a quem o tratava muito de perto a incalculavel massa de conhecimentos que soubera accumular.

Prompto sempre, sempre dedicado, assimilando sempre em leituras novas um riquissimo cabedal de sciencia, escondia o seu thesouro, não por avareza (nunca percebeu o que isso era), mas por indole, mas pelo desejo constante de fazer realçar os companheiros. Encaminhava-os, guiava-os, isso sim; com uma condição; que o não nomeassem.

Esta sublime originalidade era todo elle; retratava-o.

*

Quantas vezes lhe pedi, lhe suppliquei, que escrevesse uma parte do muito que sabia de numismatica portugueza, romana e grega! de archeologia prehistorica e de antiguidades nacionaes! de linguistica! de paleographia! Ria-se, com um sorriso amargo que era muito seu, e calava-se. Eu comprehendia-o; faltava-lhe já a energia para tarefas aturadas; tinha se dispendido em labutações obscuras e inglorias; estava gasto por dentro; tinha tido uma mocidade de moiro; não podia mais.

Mas ouvil-o era altamente instructivo. Eu por mim,

conversava com elle sempre de lapis na mão, apontando, estenographando algumas vezes, o que elle desenrolava aos olhos da minha alma!...

*

Para os amigos foi uma dor profundissima a sua morte; para a Torre do Tombo, para a Bibliotheca Nacional, e para a Academia Real das Sciencias... perda irreparavel.

Tinha conhecido n'estes ultimos quarenta annos todos os sabios, e aprendera na convivencia dos Herculanos, dos Barbosas Cannaes, dos Bastos (pae e filhos), dos Viales, dos Figanières (tio e sobrinho), dos Valentins de Freitas, dos Vilhenas Barbosas, dos Silvas Tullios, dos Martins de Andrade. Collaborador e amigo particular de muitos d'elles, era de todos apreciado e querido.

É que á sua clara e robusta intelligencia, tão cultivada e tão sagaz, sabia alliar o caracter mais nobre e mais austero. Nunca o ouvi dizer mal de ninguem; nunca suspeitou intenções alheias; e aquelles mesmos que uma ou outra vez lhe causaram algum transtorno, defendia-os e perdoava-lhes do intimo d'alma.

—Dae-me um homem estudioso, dar-vos-hei um homem bom—dizia um pensador.

O nosso Goes era o christão em toda a accepção da palavra.

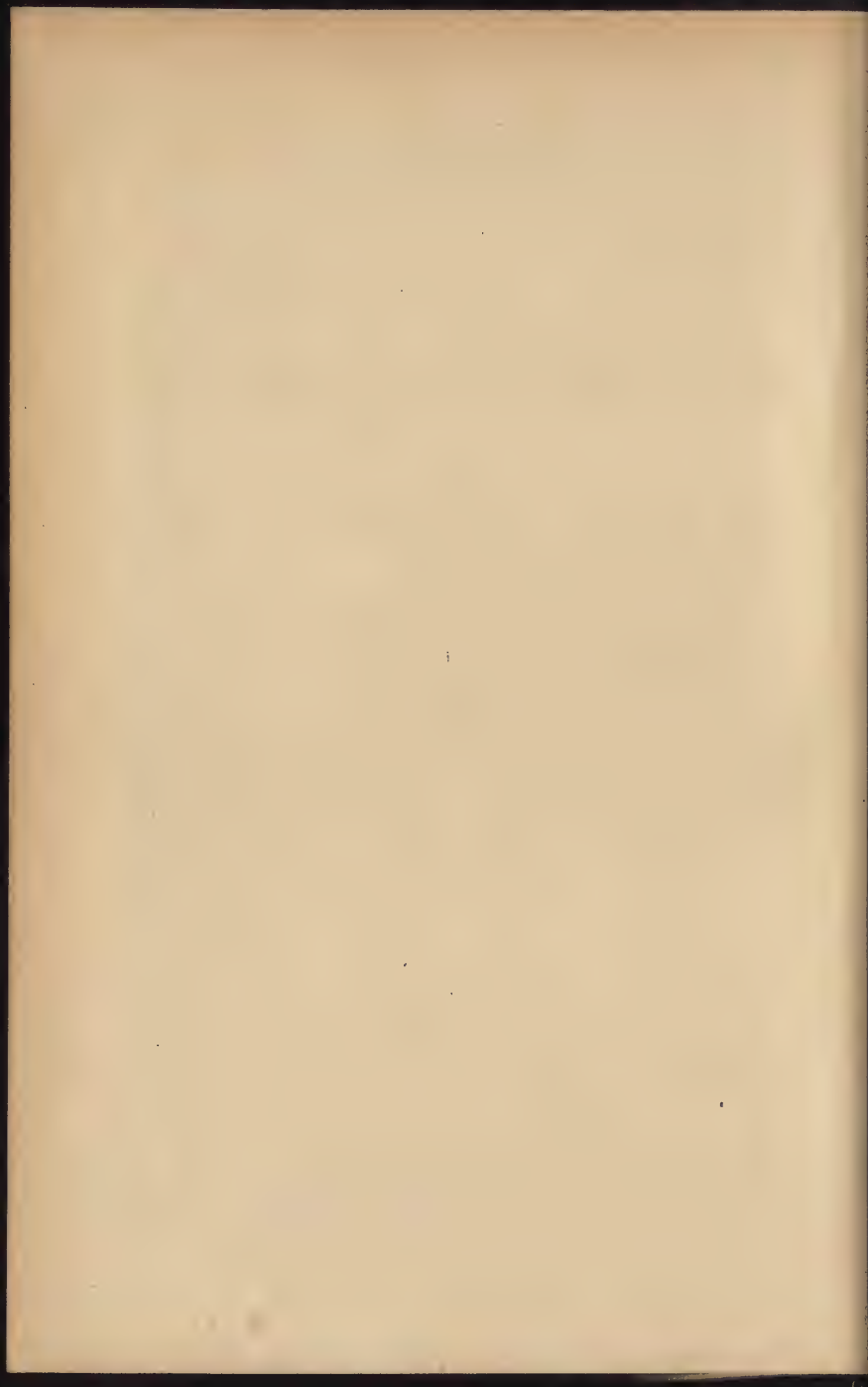
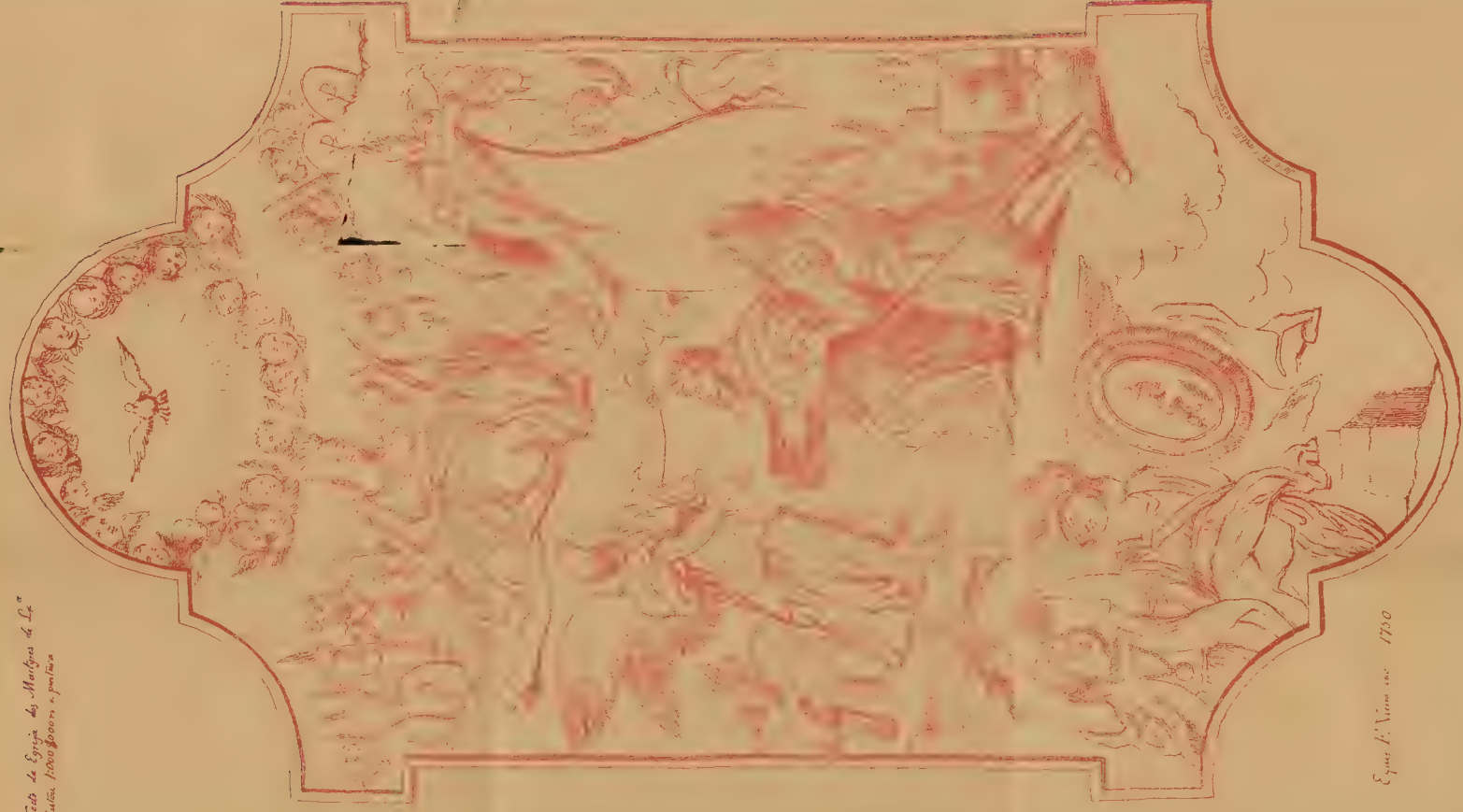
*

Possa esta humilde dedicatoria, estampada no frontão de um livro de trabalho, mostrar aos vindoiros quanto me ensoberbeço de ter conhecido de perto o honrado José Gomes Goes, e quanto lhe devi, de instrucção, de animação, e de conselhos.

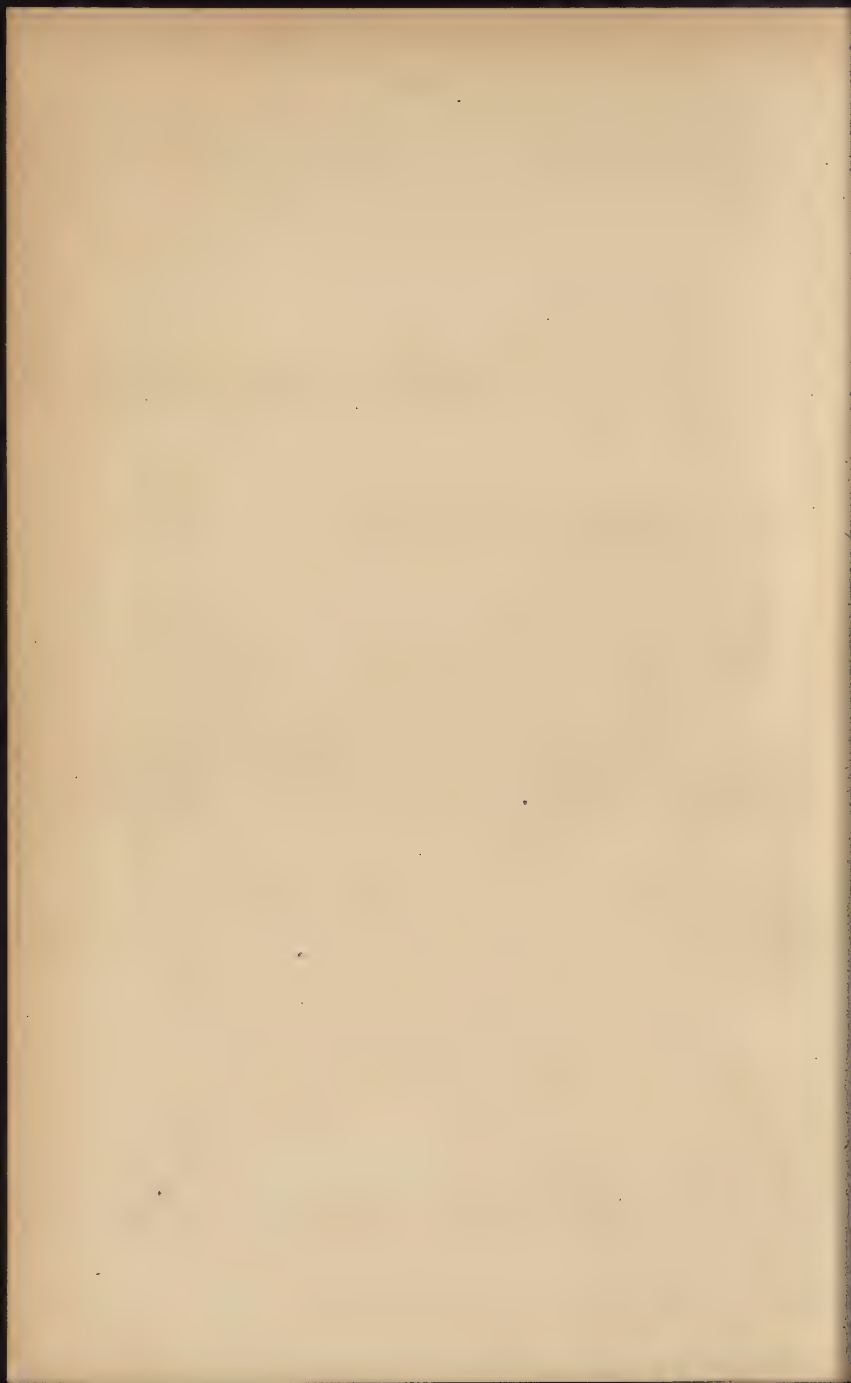
13 de maio de 1886.

LIVRO VI

LISBOA CHRISTÃ
EL-REI D. AFFONSO—FUNDAÇÕES

Egreja de Nossa Senhora dos Martyres
O paço dos duques de Bragança
Outros palacios celebres do sitio
Genealogias
Passeio em varias ruas da freguezia
A egreja de S. Martinho
O paço de a-par S. Martinho—O Limoeiro.

Tecto da Egreja dos Martyres de Lxª
Custou 1:000$000rs a pintura
Eques F. Vieira inv. 1750

Da magnifica cidade de Lisboa pretenderam mostrar a antiguidade e grandezas alguns zelosos das glorias d'esta sua e nossa patria......

....Com razão se pode dizer, e afirmar, que são tantas suas singularidades, e taes suas grandezas, que impossibilitam os mais fervorosos animos para descrevel-as todas, e só sim summariamente.

Frei Apollinario da Conceição.—
Demonstração historica da parochia dos Martyres.

CAPITULO I

Propõe-se o auctor seguir na sua peregrinação pelos monumentos lisbonenses do começo da monarchia.—Entra o templo de Nossa Senhora dos Martyres.—Onde ficava a egreja primitiva.—Uma viella a separou do mosteiro de S. Francisco.—Phrase de Acenheiro.—Era o templo velho padroado do bispo de Lisboa.—Determina el-rei D. Manuel mudar a egreja para outra parte, e alcança um breve do Santo Padre Leão X, de 8 de junho de 1518.—Dissuadem os visinhos monges ao soberano de commetter tal vandalismo.—Obras conhecidas em 1598.—Inscripção em 1602.—Menciona-se o *Romancero historiado* de Segura.—Trecho do *Condestabre* de Rodrigues Lobo.—Trasladação dos ossos dos Martyres do cerco para o altar das Almas.

Prosigamos n'esta peregrinação piedosa e historica aos sitios notaveis de Lisboa.

Foi a abundancia e variedade dos assumptos culpada de eu sair ás vezes do plano que traçara a mim proprio, e extravasar com as minhas pesquizas para fóra e para longe dos bairros orientaes primitivos da capital. Tudo porém n'este mundo tem sua razão de ser.

Sem irmos mais longe: a egreja e freguezia de Nossa Senhora dos Martyres acha-se tão intrinzeca-

mente ligada com a chronica do cerco de Lissibona, que não posso deixar de principiar com ella este volume. É o complemento de S. Vicente; é um dos sanctuarios mais justamente celebres do reino. Paremos pois em frente da parochia dos Martyres, e estudemol-a.

*

Não se pense que o templo affonsino fosse no sitio onde hoje contemplâmos, com os seus marmores muito branquinhos, e a sua elegancia trivial, a egreja do mesmo orago.

Ha de estar lembrado o meu leitor (se é que teve paciencia de ir retendo tantas circumstancias) ha de estar lembrado de que no cabeço fronteiro á Lissibona moirisca, chamado depois *Monte fragoso*, tinham os inglezes armado o seu acampamento; ahi se poz o cemiterio inglez, com uma pobre ermida a guardal-o.

Foi isso em julho de 1147; e de julho a fins de novembro durou a ermida provisoria, a crermos a pedra que (dizem) appareceu na reconstrucção de S. Vicente em 1582, e onde se lia que em 21 de novembro de 1147 se dera começo ao templo dos Martyres[1].

Eu não desejo repetir textualmente o que diz na sua *Demonstração historica* o padre frei Apollinario da Conceição. Quem se interessar por estas coisas pode ir ter com elle, que por miudos lhe contará

[1] Fr. Apollinario da Conceição. *Dem. hist. da fundação da par. de N. S. dos Martyres*, pag. 33.

o que eu apenas posso indicar. Passarei pois muito pela rama no que já tiver sido estudado pelo padre na sua monographia.

*

A egrejinha dos Martyres, que ficava ao sul d'onde hoje é a casa dos srs. Iglesias na esquina do largo *da Bibliotheca publica* para a ampla rua *do Feragial de cima,* constituiu-se cabeça de uma vastissima freguesia, que abrangia até Alcantara, segundo Rodrigues de Oliveira[1]; até (diz frei Apollinario)[2] era tradição ter chegado desde a Sé e Santa Justa até Oeiras. Depois foi-se subdividindo com o crescimento da população. Em escriptura de 1476, vista e citada por esse erudito escriptor de antiguidades lisbonenses, determinou-se á dita freguezia um territorio que abrangia as actuaes do Sacramento, Santa Izabel, Santos, S. Paulo, Santa Catharina, Mercês, e Encarnação.

Entre a egreja dos Martyres, fundada em 1147, e o convento de S. Francisco, fundado annos depois, em 1217, ia (ainda no seculo XVI) apenas *um caminho estreito;* dil-o frei Manuel da Esperança[3]; viella que já existia desde tempo antiquissimo, desde a fundação do mosteiro[4].

[1] *Summario*, e supplemento feito no seculo passado por Manuel da Conceição.

[2] *Dem. hist.*, pag. 174; vide tambem o cap. XXV.

[3] *Historia serafica*, parte I, pag. 190.

[4] As supplicas d'el-rei D. Manuel ao Santo Padre Leão X para este pontifice permittir a remoção do templo dos Martyres a fim

Essa viella estreita separava apenas os dois templos, mas não impedia que fossem muito visinhos. Já Christovam Rodrigues Acenheiro dizia por 1530 e tantos: ... *a ygreja dos Martyres junto com Sam Francisco*[1].

Diz frei Apollinario, que, pela ampliação da egreja velha de S. Francisco, ficaram os dois templos, S. Francisco e os Martyres, quasi unidos, não mediando mais entre um e outro do que dez palmos. Era uma azinhaga por onde davam volta as procissões, que depois só se faziam no interior da egreja. Em 1550 tapou-se essa azinhaga, por se ter construido especial capella para a Eucharistia, segundo tudo narra por miudos a *Demonstração historica*[2].

*

Fundada, como vimos, por el-rei D. Affonso Henriques, e por elle dotada, foi a parochia dos Martyres concedida de padroado ao primeiro bispo de Lisboa, o nosso já muito conhecido D. Gilberto.

Passado tempo, entrou o priorado dos Martyres na posse dos deões da sé, e assim ficou até 1338, anno em que um certo padre Egas Lourenço (ou

de se alargar o mosteiro dos franciscanos fallavam necessariamente d'essa viella, visto como o documento pontificio, que frei Manuel da Esperança copiou na Torre do Tombo, e publicou a pag. 191 da parte I da sua *Hist. seraf.* diz isto: *ædificia parochialis ecclesiæ B. Mariæ dos Martyres ex opposito dictæ domus, angusta interjecta via.*

[1] *Chron. d'el-rei D. Affonso* I, cap. VII.

[2] Pag. 265 e seg.

Egydio Lourenço), fez transacção com o cabido da sé, ácerca de uma capella que possuia o mencionado padre no mosteiro de S. Vicente, da invocação de S. Gião. Continuou o cabido a parochiar nos Martyres, alternando-se os conegos mensalmente, e residindo, durante o tempo em que parochiavam, n'uma casa que para isso possuiam não longe da egreja, *na rua*—diz frei Apollinario da Conceição—*que por esta causa se chamou* DO CABIDO, *que hoje* (1750) *não consta qual fosse; mas é sem duvida que ainda no anno de 1551 existia..... sem que seja a* RUA DOS CABIDES, *pois uma e outra sem equivocação as havia no dito anno*[1].

Para se alliviar d'este encargo pastoral, alcançou o cabido que o Santo Padre lhe concedesse licença para pôr lá um cura de sua nomeação, o que principiou em 1389, podendo tambem pôr-lhe coadjutores, que por signal em 1551 eram nada menos de nove; isso demonstra a importancia e extensão da parochia. Depois variaram de numero. Em 1742 toda essa organisação interna foi alterada, passando o padroado para a corôa[2].

Vamos porém agora tratar da parte physica da parochia, descrevendo com a possivel minuciosidade as vicissitudes que padeceu o edificio.

[1] *Dem. hist.*, pag. 58.

[2] Informações do padre Manuel Rodrigues Leitão cura dos Martyres para o diccionario (incompleto) do padre Luiz Cardoso. Mss. da Torre do Tombo, seguindo em partes quasi textualmente a *Demonstração historica*, já então impressa.

*

Querendo el-rei D. Manuel, por devoção a S. Francisco, augmentar e reformar a egreja do convento dos franciscanos, no sitio da casa dos srs. Iglesias, ao sul da bibliotheca nacional e da escola de bellas-artes), deu principio á obra em 1517. Viu-se que, pela magnificencia do traçado, iam as novas edificações contender com as da visinha egreja dos Martyres; projectou então el-rei collocar este vetusto templosinho n'outro logar; para o que em 1518 recorreu ao Santo Padre Leão x, que n'um breve de 8 de junho do mesmo anno concedeu a licença indispensavel.

Ia começar-se a demolição da casa de Nossa Senhora dos Martyres, quando os proprios monges conseguiram dissuadir com todo o respeito a el-rei de consentir n'esse acto de vandalismo inutil, supplicando-lhe se não utilisasse da concessão do breve. O rei annuiu, e assim se respeitou o templosinho affonsino, onde jaziam tantos Martyres da Fé, e onde tantas memorias se tinham accumulado n'aquelles ultimos trezentos e setenta annos[1].

Graças pois a essa piedosa tolerancia, tão illustrada, e tão valiosa pela sua raridade, conservou-se intacto seculos o templo primitivo. Arruinado, isso sim; nem admira.

Juntaram-se um dia os freguezes e irmãos de varias irmandades, e representaram ao rei D. Filippe I,

[1] *Hist. de Lisboa*. Mss. da b. n. de L.—A. 4. 11, fl. 27.

que estando muito desbaratada a velha fabrica, e havendo necessidade de a reformar e acrescentar, estava orçada a obra em 5:000 cruzados pouco mais ou menos; para o que pediam que fosse permittido lançar-se uma finta na freguezia. O soberano mandou investigar o caso pelo dr. Simão Monteiro de Leiria, corregedor do civel, e sobre sua informação favoravel, baixou o alvará de 7 de maio de 1591 permittindo a derrama.

Frei Apollinario conta isso, e até transcreve o começo do alvará[1]; e diz que, dilatando-se a execução d'elle, a obra só principiou em 1598. Depois de algumas leves contestações com os frades de S. Francisco,

Hélas! est-ce une loi sur notre pauvre terre
Que toujours deux voisins auront entre eux la guerre!

em junho d'esse anno começou a reconstrucção com o augmento de sete palmos no comprimento da egreja, e outros sete na altura[2], durando os trabalhos quatro annos, e concluindo em 1602[3].

Todos transcrevem, com algumas discrepancias ainda assim, a inscripção que se collocou, ao tempo das obras, sobre a porta principal da egreja. Eis a lição de Gasco; conservo-lhe a partição das linhas,

[1] *Dem. hist.*, pag. 262.
[2] Id., pag. 263, e tambem pag. 32.
[3] J. B. de Castro, *Mappa.*—*Sanctuario Marianno*, tom. I, pag. 37.—*Agiologio lusitano*, tom. III, pag. 234.—Gasco, *Antig. de Lisboa*, fl. 311 v.

que differe da de Cardoso, e da de frei Agostinho de Santa Maria;

> TEMPLUM DICATUM DEO DEIQ. MATRI, IN GLORIAM MARTYRUM. ANNO DOÑI: M: C: XL: VII: QUOD TEMPUS EDAX TRIUERAT, CHRISTIANA PIETAS RESTAURA UIT. ANN: MD: C: II: [1]

Em portuguez:

Templo dedicado a Deus e á Mãe de Deus para gloria dos Martyres no anno do Senhor de 1147. O que o tempo voraz destruira, restaurou-o a piedade christã no anno de 1602.

Insiste frei Apollinario em que estas obras não foram reconstrucção, mas só reformação. Viu e examinou no cartorio os livros da despeza, e podemos dar-lhe todo o credito. Alicerces só se cavaram os necessarios para o acrescentamento de sete palmos

[1] Coelho Gasco, *Antig. de Lisboa*, fl. 311 v.
Cardoso traz isto:

TEMPLUM DICATUM DEO DEIQ
MATRI IN GLORIA MARTYRUM
ANNO DOMINI M CXLVII.
QUOD TEMPUS EDAX TRIUERAT
CHRISTIANA PIETAS RESTAURAUIT
AN. MDCII

no comprimento, do lado do frontispicio da egreja; os alicerces antigos apenas se reforçaram onde convinha; o frontispicio, já se vê, foi novo; novos os cunhaes de pedra, nova a torre dos sinos. Nas paredes lateraes levantaram-se sete palmos; refundiu-se o pavimento, profundando-o, tendo para isso de trasladar corpos não consumidos ainda. De alto a baixo revestiram-se de azulejo as paredes interiores, os portaes, os pulpitos; pintou-se de novo a capella mór e as collateraes, e os arcos das capellas, as quaes eram ao todo sete. Correu-se de novo o telhado, e pintou-se o tecto. As paredes velhas, as nobres paredes primitivas, essas ficaram.

Comprehendia a velha egreja desde o seu frontispicio até ao espaldar da capella mór, que então não tinha tribuna, 111 palmos, de largo 65, e de alto 50; veiu a ficar desde 1602 com 118 no comprimento, 57 de alto, além dos que se excavaram no chão, e de largura o mesmo[1].

Era, ainda assim, um templo irregular, como a maioria das casas de oração em Portugal por esse tempo. Ficou tendo capella mór, uma só lateral da parte da Epistola, e tres da do Evangelho[2].

Pouco depois, por esses annos muito proximos, cantava Francisco de Segura no seu *Romancero historiado*[3] fallando de Affonso Henriques:

[1] *Dem. hist.* pag. 264 e 265.
[2] Id., pag. 329.
[3] Fl. 51.

Formó al punto su real,
y manda que se fabrique
de la Virgen de los Martyres
un templo QUE AUN AORA VIVE.

Sim, ainda então existia, mas já certamente o fundador apenas lhe reconheceria o logar.

O mavioso Rodrigues Lobo no seu poema *O Condestabre de Portugal*[1] menciona assim a (já então deturpada e ampliada) casa affonsina:

Está n'um alto monte, o mais subido
para a parte do mar sobre a cidade,
onde já foi a Deus um templo erguido
n'outra de Portugal primeira idade;
que o Rei que aos cinco Reis tinha vencido,
e posta Lusitania em liberdade,
também n'este logar fez fortaleza
aos Santos zeladores d'esta empreza;

porque as devotas gentes peregrinas,
a que o Ceo trouxe á praia Lusitana
por dilatar no mundo as santas quinas
contra a barbara secta mahometana,
vestindo de aço armadas esclavinas
para a conquista altiva e soberana,
d'este logar, mais livres e seguros
assaltavam do moiro os fortes muros.

Ali, por fundamento mais famoso
dos muitos que depois se levantaram,
á Virgem Santa um templo sumptuoso
os romeiros de Christo fabricaram,
que hoje é mais nobre, antigo, e venturoso,
pelos ossos, que ali se sepultaram,
de alguns puros varões que a maura espada
derribou pela Fé santa e sagrada.

[1] Canto II.

Não posso saber a occasião a que se reporta Coelho Gasco, ao contar na sua obra, ainda infelizmente manuscripta, a trasladação dos ossos dos Martyres do cerco de Lisboa, desde as suas campas para o altar das Almas na mesma egreja. Seria talvez n'estas obras terminadas em 1602.

Passados muitos annos—diz elle—(é indicação vaga em demasia) *se recolheram as reliquias d'estes nossos gloriosos Martyres, na reedificação da sua gloriosa casa, para o altar das Almas, onde estão collocadas. E no dia que a santa Egreja lisbōnense celebra sua festa na dita freguezia, se amostram por um postigo que está no altar, onde vi, não com pouca devação, muitas cabeças d'elles, e muitas d'ellas com todos seus dentes, cujos santos ossos mostram serem de grandes homens, no corpo*[1].

Tenho que pedir ao leitor me desculpe a seccura e magreza d'esta narrativa. Nem tudo é caminho arborisado e macadamisado. Rompeu este volume com um capitulo, que parece um empinado lanço de estrada mal gradada. Se porém custa a ler, muito mais custou sem duvida a escrever.

[1] *Antig. de Lisboa*, fl. 311 v.

CAPITULO II

Proseguem as obras no edificio da egreja dos Martyres.—Outra reconstrucção em 1629 mencionada por Leitão de Andrada.—Apainelamento do tecto por José de Avellar Rebello desde 1639 a 1650.—Em 1664 nova reformação na casa.—Descreve-se a obra feita até 1710.—Escapou o templo ao incendio do de S. Francisco em 1707.—Novas obras consideraveis em 1746.—Descrevem-se.—O estucador Grossi, e o pintor Vieira Lusitano.—Terminam as obras em 1750.—Menciona-se um projecto que então houve, de remover a egreja para outra parte.—Descripções e dimensões.

Bem e acertadamente pondera frei Apollinario, que desde a primeira reformação da egreja velha (de 1598 a 1602) nunca mais cessaram os trabalhos, porque os zelosos confrades andavam sempre a idear melhoramentos. Por exemplo:

Consta de outra reedificação em 1629. N'esse anno (quem o diz é Miguel Leitão de Andrada)[1] procedeu-se a grandes obras, e sobre o portal collocou-se a data da conquista de Lisboa: 1147[2].

[1] *Miscellanea*, dial. II.

[2] Leitão de Andrada pugna em favor do anno de 1152 e contra o anno de 1147, segundo já referi n'outra parte. Vide *Lisboa antiga*, parte II, tom. III, pag. 301 e seg.

*

Voltemos um pouco atraz.

Tinha corrido por conta do juiz e officiaes das mezas das irmandades do Sacramento e da Senhora dos Martyres a arrecadação das esmolas e fintas; mas acabada a obra, a que se refere frei Apollinario, resolveram promover entre si um novo adorno da casa: o apainelamento de todo o tecto do templo. Sobresaiu pela sua bizarria o irmão João Delgado Figueira, fallecido em 1654.

Escolheu-se para auctor dos projectados paineis um celebre pintor, cuja fama enchia então Lisboa, o notavel José de Avellar Rebello, talento verdadeiro e robusto, de quem ainda existem algumas producções (o *Menino entre os doutores*, por exemplo, na egreja de S. Roque), valente artista que tudo devia a si proprio, e cuja vida desajudada e amarga foi por força uma lucta de todas as horas. E falla-se só nos heroes de Diu e Mazagão! nos *Traga-moiros* e nos marinheiros da conquista! Pois estes luctadores da arte (pergunto eu) não despendem tanto fluido nervoso como aquelles? não teem egual valentia? não mostram a mesma pujança?

Chegou Avellar Rebello; calculou a valia da empreza, arrostou brioso com ella, e desde 1639 até 1648 pintou os setenta e dois quadros da vida de Christo, desde a Annunciação até á descida do Espirito Santo. Media cada um onze palmos de comprido, e oito de largo, em oito fileiras, nove quadros em cada uma, firmadas sobre as cimalhas das pare-

des. Tudo ricamente moldurado, e tendo nos repartimentos umas pinhas ou florões ressaidos. Por cada quadro levou Rebello 11$200; ao todo 806$400 réis; a despeza total com doirados e assentamento, etc., importou em 1:281$600 réis. Oh! arte portugueza[1]!...

*

Em 1641 collocou-se sobre o arco da capella mór um quadro da tomada de Lisboa, que em 1750 se conservava junto á porta da sacristia; media 10 palmos de altura e 21 de comprimento.

Na parte por baixo do côro foram postos em 1650 sete quadros do mesmo Avellar Rebello, representando passos varios da Escriptura Sagrada, e com a sua pintura e doiradura se gastaram réis 141$000[2].

*

Em 1664 nova reformação. Derrubadas as antigas capellas, entrou-se a melhorar *a fabrica do frontispicio do cruzeiro;* e com tanta diligencia se trabalhou, que logo em 21 de dezembro de 1665 se expôz a obra á vista do publico, com grande festividade á Senhora dos Martyres[3].

Continuou por muitos annos o trabalho, já na capella mór e nas collateraes, já na de S. Miguel, e na da Senhora da Piedade. Tudo isso ia absorvendo o

[1] *Dem. hist.* pag. 304 e 305.
[2] Idem, pag. 305.
[3] Idem. pag. 329.

dinheiro que havia; haja vista a capella mór, que só á sua parte enguliu 50 mil cruzados. Baixou então o alvará d'el-rei D. Pedro II, de 9 de abril de 1688 permittindo se applicasse ás obras meia decima por tempo de seis annos[1].

Desde 1685 até 1692 lidou-se na capella mor, completando-se n'esse anno, e patenteando-se aos fieis no dia solemne da Padroeira, 13 de maio d'esse anno ultimo, visitando el-rei a egreja com a rainha D. Maria Sofia Izabel de Neuburgo, e deixando de esmola mil cruzados[2].

Em 1681 mandaram-se fazer dois sinos[3].

De 1692 a 1710 concluiram-se todas as capellas lateraes. Ficou o templo com quatro por banda, e um pulpito tambem a cada lado.

No frontispicio abriram-se duas portas collateraes á principal, e tapou-se a porta travessa. Em logar de um grande oculo que havia no mesmo frontispicio, rasgou-se uma janella central com tres palmos de largo e quatorze de alto, flanqueada de duas outras, e tendo por baixo duas quadradas pequeninas.

Á esquerda de quem entrava na egreja era o camarim contendo a pia baptismal (a primitiva, já então, como vimos, deturpada). Reformaram-se as grades do côro, substituindo-se por outras de boa pedra.

Por ultimo: ficaram as capellas sendo onze ao todo: a mór, duas collateraes, e oito no corpo do templo[4].

[1] *Dem. hist.* pag. 330.
[2] Idem, pag. 331.
[3] Idem, pag. 328.
[4] Idem, pag. 331 e seg.

Quem quizer seguir passo por passo a sua descripção minuciosa, interpelle o laborioso frei Apollinario[1].

*

Em 19 de junho de 1707 escapou illeza a parochial dos Martyres ao medonho incendio que se ateou no visinho convento de S. Francisco[2].

*

Duraram os preciosos adornos artisticos pintados por Avellar Rebello cerca de um seculo. Em 1746 arrancaram-se todos, para levantar então o tecto da egreja[3].

Em 17 de outubro d'este anno de 1746, depois de vencidas varias difficuldades, e alguns attrictos, que sempre apparecem, e feitos e meditados os planos, começou-se a collocar o fortissimo andaime, cuja despeza, diz frei Apollinario, excedeu a 5 mil cruzados. N'esse mesmo dia se tiraram dos altares lateraes as Imagens, depositando-se todas na capella mór; e ás Ave-Marias foi o Sacramento para o altar da sacristia, mais as reliquias dos Martyres do cerco. Em janeiro seguinte principiou-se a demolição de tudo que havia da cimalha real da egreja para

[1] De pag. 335 em diante.

[2] *Dem. hist.* pag. 258.

[3] Cyrillo—*Memorias*—ibid.—N'outra parte do mesmo livro, diz que a obra do tecto novo foi feita em 1748 ou 49.

QUADRO

do tecto da egreja dos Martyres em Lisboa pintado pelo grande Francisco Vieira Lusitano em 1750.

(Copia por Julio de Castilho sobre o desenho do mesmo quadro, pela mão do proprio auctor, conservado na actual egreja parochial).

EXPLICAÇÃO

Na parte superior da composição vê-se a Virgem com o Menino ao collo, rodeados de Anjos, e como que escoltados em guarda de honra pelas phalanges dos guerreiros martyres do cerco de Lissibona. Todos estes trazem escudos com as iniciaes gregas do nome de Christo e palmas indicadoras do martyrio. A baixo vê-se el-rei D. Affonso Henriques acompanhado do legendario Guilherme da Longa Espada, ambos de joelhos, em acto de submissão á Rainha dos Anjos. El-rei ergue entre as mãos uma caixa aberta, contendo certamente reliquias. Guilherme indica um vasto papel que os Anjos desenrolam, e onde se veria o plano do novo templo que o soberano projectava edificar no cabeço do Monte Fragoso. Ligando os dois grupos, o da Virgem e legiões celestes, e o dos dois cavalleiros, vê-se em pé, em nobre attitude, um Archanjo como que em acto de fazer a apresentação á Mãe de Deus. Mais a baixo avultam figuras allegoricas dos symbolos eucharisticos: uma carrega com espigas, outra com uma grande copa de racimos, e outra mostra um quadro em que se vê um Sacrario. Na parte inferior de tudo (correspondendo ao Espirito Santo, que paira na cima, e illumina toda a composição) vê-se o castello de Lissibona, sobre cujas ameias tremula a bandeira dos christãos.

cima. Reforçaram-se os alicerces do frontispicio, e os *venerandos muros* primitivos [1].

Refez-se o trabalho inteiramente; e por dentro foi todo o tecto recoberto de estuque pelo artista João Grossi, e opulentado pelo pincel notabilissimo de Vieira Lusitano. O quadro do nosso Apelles representava a tomada de Lisboa por el-rei D. Affonso Henriques. Custara 1:000$000 réis; assim o diz frei Apollinario [2], e diz bem, com quanto Taborda [3] falle em 2:000 cruzados.

Diz Cyrillo que *existem* desenhos d'essa obra [4]; onde? logo veremos um.

O proprio auctor quando na sua auto-biographia metrificada falla nas perdas que teve esta parochia, diz:

> *Entre as quaes foi (não sem magoa)*
> *o grande painel do tecto*
> *dos Martyres, digna joia*
> *do já sumptuoso templo* [5].

E accrescenta José da Cunha Taborda, um dos *precursores* portuguezes em critica, estas palavras.

No terremoto *se extinguiu o precioso quadro da tomada de Lisboa aos moiros pelo senhor rei D. Affonso Henriques e Guilherme de Longa-Espada, que occupava o centro do tecto da egreja de Nossa Senhora dos Martyres, e tinha trinta palmos de com-*

[1] *Dem. hist.* pag 387. e 388..
[2] Idem, pag. 392.
[3] *Ensaio pictorico*, pag. 233.
[4] *Mem.* pag. 201.
[5] *O insigne pintor e leal esposo* pag. 3.

prido e vinte de largo.... maravilhosa obra de Francisco Vieira Lusitano, cuja circumstanciada noticia é de frei Apollinario da Conceição[1].

Custou dois mil e quinhentos cruzados[2].

Estas obras duraram desde 1746 até 1750.

Ora, memorando a reconstrucção de 1746, diz o incançavel chronista dos Martyres, que no citado anno andavam os parochianos receosos de que se executasse então o antigo projecto (já gorado, como vimos, em dias d'el-rei D. Manuel) de se transferir para outra parte a vetustissima parochial. Dizia-se que assim havia de acontecer, por desejar el-rei D. João v desafrontar um largo defronte do palacio que tinha sido dos condes da Ribeira (hoje do sr. Mendes Monteiro), palacio que já n'esse anno, como logo direi, pertencia á casa real, e se communicava com o paço da Ribeira. Não se deu porém então o desacato de tal mudança: a egreja permaneceu onde fôra sempre, e ahi mesmo se concertou e melhorou.

*

Da fórma do templo antigo pouco se deprehende nas estampas velhas, com quanto a gravura de Braunio o mostre com a sua frontaria bicuda virada ao poente; duas janellas em cima; porta larga em baixo; o adro perfeitamente caracterisado em frente; e atraz, do lado do sul, uma sineira ponteaguda.

1 *Ensaio pictorico*, pag. 233.
2 *Dem. hist.* pag. 392.

Quem examinar com toda a attenção, como eu examinei centenares de vezes, o grande quadro a oleo, vista de Lisboa, na academia real das bellas artes, pintado por Simão Gomes dos Reis, percebe uma frontaria de empena ponteaguda olhando ao poente, e ao lado um campanario de pedra muito alva, n'esta fórma italianada vulgar entre nós.

As dimensões, essas constam do tombo da cidade[1]. Media a egreja dos Martyres com a sua sacristia 33 varas, 4 palmos e 6/10 de palmo de nascente a poente, e de frente, de norte a sul, 23 varas 8/10 de vara. A diante do frontispicio o adro, com 17 varas, 4 palmos e 4/10 de fundo, partindo pelo norte com o mosteiro de S. Francisco, e sobre si pelo poente, sul, e nascente.

N'outra obra de arte, a que me referi pouco acima, podia-se talvez rastrear alguma coisa do feitio primitivo do templo: fallo do quadro, que já Antonio Coelho Gasco chama antigo, feito quasi no tempo da conquista, diz elle[2], quadro que muitos annos esteve na capella mór, á parte do Evangelho, e que no meio do seculo XVIII se conservava na casa do despacho da irmandade do Sacramento. N'essa pintura, cuja descripção, ou esboço exacto, não existe, representava-se um combate dos cercadores com os moiros, e via-se a ermida em feitio redondo, com o telhado em cupula; a côr da parede parecia indicar ser de barro vermelho escuro[3].

[1] Veja-se na bibliotheca nacional a copia por José Valentim.

[2] *Antig. de Lisb.* cap. 66, fl. 281 v.

[3] *Dem. hist.* pag. 31 e 32.

Pouca authenticidade pode ter para muitos esta obra; é comtudo documento apreciavel, que oxalá durasse ainda! Frei Agostinho de Santa Maria dá-a em 1707 como existente *debaixo do côro* d'este templo[1].

[1] *Sant. Mariano* Tom. I, pag. 38.

CAPITULO III

Chega o terremoto de 1755.—Descripção da egreja a esse tempo.—A sacristia e casa do despacho.—Destruição da egreja pela espantosa catastrophe.—Escapam os ossos dos guerreiros Martyres.—Corruptela popular: as Mártens.—Refugia-se a parochia em Rilhafolles.—Os Barbosas Machados.—D'ahi vae para o Rego.—D'ahi para Santa Izabel.—D'ahi para o Corpo Santo.—Computações estatisticas.—Fragmentos de desenhos por José Valentim.—Azulejos da egreja velha no museu do Carmo.—A antiga pia baptismal, e vicissitudes por que passou:

Veiu o terremoto de 1755.

Contava a esse tempo a egreja onze altares: quatro lateraes a cada banda da nave, dois collateraes, e o mór. Segundo o informador citado do padre Luiz Cardoso, eram estes:

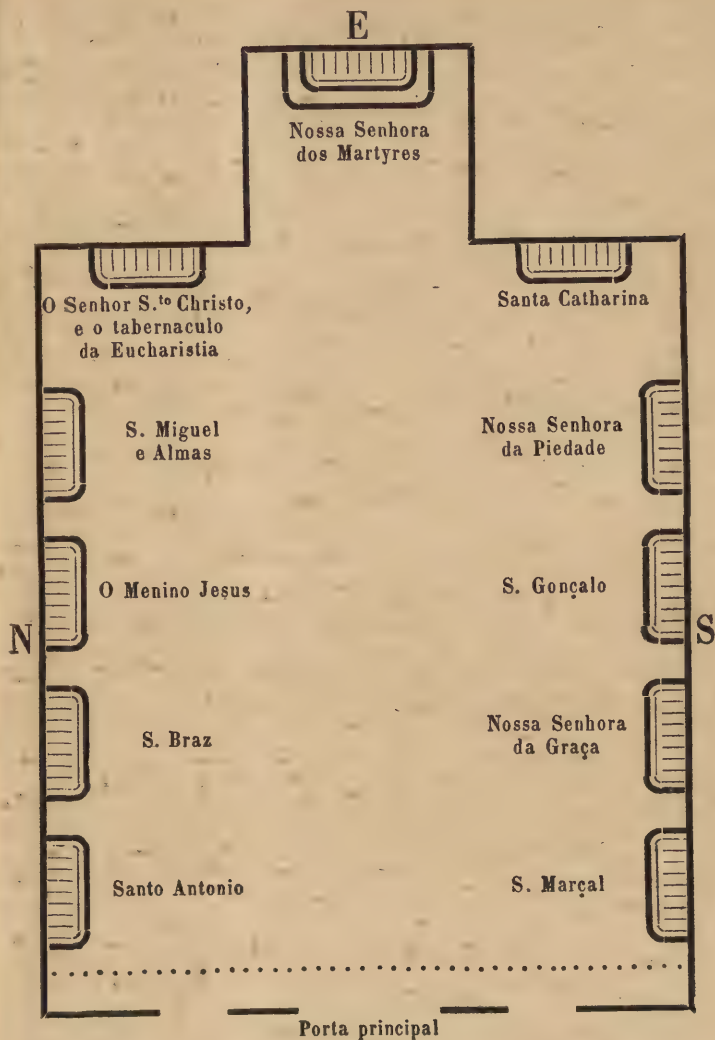
Ao entrar a porta principal (que ficava ao poente) via-se do lado da Epistola o altar de S. Marçal; seguia-se-lhe o de Nossa Senhora da Graça; o de S. Gonçalo; o de Nossa Senhora da Piedade; o collateral era de Santa Catherina.

Do lado do Evangelho, contando tambem de baixo, via-se o altar de Santo Antonio; depois o de S.

Braz; depois o do Menino Jesus; depois o de S. Miguel e Almas; o collateral era do Senhor Santo Christo, com o tabernaculo do Santissimo Sacramento.

O altar mór era de Nossa Senhora dos Martyres.

Todos elles eram guarnecidos de bella talha doirada, e o mór e o cruzeiro adornados de preciosos embutidos; o chão de xadrez; o tecto primorosos estuques [1].

[1] Citado informador de Luiz Cardoso.

Planta approximada
da egreja de Nossa Senhora dos Martyres em 1755

A sacristia d'esta egreja especialisa-a frei Apollinario[1], e tambem a casa do despacho. Esta, diz elle que era muito alegre, vasta, e com tecto bem pintado. O terço das paredes recobria-se de azulejo, *em que se vê historiada a tomada de Lisboa na representação da pintura, naos da armada, e outros passos tocantes áquella memoravel funcção.* Das paredes pendiam quadros moldurados em xarão, todos muito antigos, e de boa pintura. Entre as janellas via-se n'um nicho, guarnecido de talha doirada, uma imagem da Senhora dos Martyres. No meio da casa a meza e assentos dos irmãos e do juiz.

A sacristia tinha duas janellas para o nascente; era clara e bella. Entre as janellas um altar de uma só pedra, estylo romano, com seu nicho de talha. O tecto era apainelado, pintado e doirado. As paredes guarneciam-se de ouadros moldurados em jacarandá, representando os doze Apostolos, seis a cada banda, tendo entre cada dois um grande espelho, tres em cada lado, correndo por baixo d'elles os caixotões, com tres ordens de gavetas, e em cada ordem tres com ferragens de bronze doirado. Nas cabeceiras da casa dois armarios; junto á porta um lavatorio.

Esses quadros dos Apostolos, creio que ainda existem na sacristia da irmandade do Santissimo, ao lado da capella mór do templo, para a banda da Epistola.

[1] *Dem. hist.* pag. 155.

*

N'esse citado anno de 1755, chegou a liquidação social e artistica de Lisboa; periodo pavoroso aquelle, em que uma rede varredoira correu sobre a maioria das memorias preciosissimas da capital, deixando em logar de uma cidade, velha mas opulenta, um cahos de ruinas!

Foi completa a destruição do templo dos Martyres, já pelo tremor de terra, já pelo incendio que se lhe seguiu. N'este escaparam porém, por inaudita felicidade, *varios ossos e duas caveiras dos Santos Martyres que n'este districto pereceram na tomada de Lisboa*—diz em 11 de abril de 1758 o padre Manuel Rodrigues Leitão, cura da freguezia, na sua inedita informação destinada ao diccionario de Luiz Cardoso[1].

Conservaram-se, e existem. Pouco mais existe do antigo. Quem sabe? talvez nada, absolutamente nada, a não ser a pia baptismal, que só tem da antiga a pedra, porque o feitio é outro. (Logo fallarei d'ella).

Não nos queixemos portanto dos terremotos tão só; peores que elles são os vandalos que legislam, e os que executam as reformas, os ministros liliputianos e ignorantes do serviço publico, os demolidores encartados de tudo quanto é nobre e velho, vermes roedores, que só sabem roer.

Ao longo dos seculos, que de desacatos não commetteu a ignorancia de successivas gerações! que de

[1] Manuscripto da Torre do Tombo.

insultos ao venerando templo! quantas loisas britadas! quantos columnellos derruidos! quantas arcas apeadas! quantos escudos de armas e epitaphios picados sem dó nem consciencia!....

Pois se até... (esta não espera o meu leitor) pois se até o proprio titulo dos Martyres o esquecêra o povo, e já no primeiro quartel do seculo XVII! e já no seculo XVI! Quando o povo, successor ingrato dos valentes portuguezes da conquista, e herdeiro d'elles, e testamenteiro nato das glorias d'elles, se referia a esta egreja DE NOSSA SENHORA DOS MARTYRES, já não pensava nos taes Martyres, que tinham dado a vida pela Fé. A esta freguezia chamava a corruptella plebêa *as Mártens*.

As Mártens! oiçam, e pasmem! vejam onde chegou a estupidez do arremedo sonico! *as mártens*!

Quem nota isto é o nosso muita vez citado Gasco[1]; e já antes d'elle o diziam como coisa corrente escriptores quinhentistas. Sirvam de prova Christovam Rodrigues de Oliveira no seu *Summario,* e o auctor da *Estatistica* manuscripta da bibliotheca nacional: aquelle põe *as Martẽs;* e este *as Martes.*

Faz pena, faz dó, faz horror, ver como o mundo esquece.

*

Vamos de vagar.

Arrazado o templo dos Martyres, foi a parochia refugiar-se (palavras textuaes de um erudito coevo,

[1] *Antig. de Lisboa,* fl. 312, 315 v., 324, etc.

o padre João Baptista de Castro) *em uma barraca, que por modo de ermida, com o titulo de Nossa Senhora da Conceição, se havia levantado na quinta das casas em que residem os reverendos doutores Ignacio Barbosa Machado, e seu irmão Diogo Barbosa, em o sitio de Rilhafolles; e ali esteve até vespera de Natal.*

Transferiu-se n'esse dia, diz o mesmo auctor, para a ermida de Nossa Senhora dos Martyres, ao Rego, nas casas dos herdeiros de Jacintho Dias Braga, onde se cantaram pela primeira vez matinas da festividade do Natal.

Ahi estiveram expostos pobremente os ossos dos Martyres do cerco de Lisboa, escapos do incendio da egreja velha.

D'ahi passou para Santa Izabel; e então contavam as estatisticas (oh! horror!) entre tantos palacios e casebres alluidos, entre tantos montões de ruinas requeimadas, seis ou sete fogos, apenas, com quarenta e seis pessoas!![1].

De lá passou a parochia para a ermida de S. Pedro Gonçalves, ao Corpo Santo, no meio da quaresma de 1756, e ahi estava quando Castro escrevia estas noticias.

Que differença para hoje! o censo de 1878 dá o numero de 595 fogos, com 3:151 habitantes, sendo 1423 homens, e 1728 mulheres.

Tal foi o tragico fim da vetusta parochial; tal foi o modo como, n'um só dia, ficaram sepultas em es-

[1] P. Luiz Cardoso, *Portugal sacro-profano*, e a informação mss. do cura Rodrigues Leitão, mss. da Torre do Tombo.

combros horrorosos tantas e tão interessantes recordações.

Vinte e cinco fragmentos desenhados se archivam, pela mão de José Valentim, no archivo da real associação dos archeologos, representando trechos das ruinas; e no mesmo museu do Carmo os azulejos n.os 609, 610, e 611 foram da egreja velha, e pertenciam ao anno de 1518 (segundo se diz).

*

Quem hoje procurar na capella baptismal dos Martyres a antiquissima pia que se conservava desde o tempo da conquista, e em que era tradição ter sido baptisado o primeiro moiro converso ao christianismo; quem a procurasse ha já duzentos e oitenta e quatro annos; quem a examinasse com olhos de antiquario, e lhe pesquizasse em roda uma inscripção que lá havia em lettras gothicas... sentirá e sentiria confranger-se-lhe o coração ao ver o precioso monumentinho deturpado, picado, amodernado, alterado desde 1602!!

Frei Apollinario da Conceição no seu noticioso livro insurge-se contra tal desacato perpetrado n'essa antigualha interessantissima. Attesta, ou antes confirma, a tradição de ser a pia primitiva; estranha a pouca *ponderação* com que lhe tiraram *os signaes da sua antiguidade*, *polindo-a em fórma oitavada, transformando o lettreiro que tinha de lettra gothica em a redonda em que hoje* (1750) *o lemos*, *em que só acrescentaram os reos d'este desacerto* (expressão do

frade, ainda assim benevola) *o seguinte:* R. NO ANNO DE 1602![1].

Faz indignação, faz brotar odios nos corações mais indulgentes, o presencear como em geral se entende por cá o restauro! a semceremonia com que se *aperfeiçôa* e anachronisa um objecto antigo. Que o digam todos os nossos monumentos; os relicarios, e custodias do museu de bellas-artes; os quadros; os lettreiros das ruas; tudo, em summa. E isso não doe aos particulares; mas que não dôa ás auctoridades technicas é que é mais para censura. Quando chegará o dia em que as auctoridades cumpram n'este ponto o seu dever?

Bom serviço prestou Jorge Cardoso conservando-nos a inscripção da pia no seu livro:

ESTA HE A PIA EM QUE SE BAPTISOU O PRIMEIRO CHRISTÃO NESTA CIDADE, QUANDO NO ANNO 1147 SE TOMOU AOS MOUROS[2].

[1] *Dem. hist.* pag. 54.

[2] *Agiol. Lusit.* Tom. III, pag. 234.

Com leves variantes traz frei Manuel da Esperança a mesma inscripção, por esta fórma, a pag. 190 da parte I da *Hist. Serafica*, em 1656:

Esta he a pia em que se bautizou o primeiro | christão nesta cidade, quando no anno de | 1147. se tomou a os mouros. |

Frei Apollinario escreve-a assim:

Esta he a Pia em que se bautisou o primeiro christão n'esta cidade quando no anno de 1147. se tomou aos Mouros.

CAPITULO IV

Reedificação dos Martyres depois do terremoto grande.—Muda-se o sitio da egreja para a rua das portas de Santa Catherina.—Desamparo em que ficaram até aos nossos dias aquelles arredores.—A egreja nova.—Manuel Pacheco Pereira, e o conselheiro José Ferreira.—Risco do architecto Reynaldo Manuel.—Analyse da obra sob o ponto de vista artistico.—Correm-se os altares um por um.—A capella baptismal.—Altar de S. Braz.—Altar de Santo Antonio.—Altar de Santa Cecilia.—Capella do Santissimo Sacramento.—A capella mór.—Altar de Santa Luzia.—Altar de S. José.—Altar de Nossa Senhora da Conceição.—Altar de Nossa Senhora de Lourdes.—O tecto do templo.—Ignacio de Oliveira, e Pedro Alexandrino.—Opinião severa de Raczynski.—Orgam, obra de Silverio Machado.—A sacristia.—Um retabulo de pedra.—Os Apostolos.—Padrão piedoso do sr. marquez de Penalva.—Os registos parochiaes de baptisado, casamento, e obito.—Menciona-se Joaquim Machado de Castro.

Pensou-se na reedificação do velho templo. Queriam uns que o levantassem no mesmo sitio; opinanavam outros pela sua transferencia para a rua das portas de Santa Catherina.

Consentiu então o marquez de Pombal, o homem

de menos coração que teem produzido as terras portuguezas, o que no tempo do *obscurantismo* d'el-rei D. Manuel se conseguira sustar; isto é: o desacato da demolição dos restos da primitiva egreja historica, e a sua reedificação n'outra parte! a quebra da tradição de seis seculos! a profanação de tantas memorias sacro-santas! Ninguem é perfeito n'este mundo; e se ao restaurador de Lisboa sobejavam energia, previdencia, relance de aguia, e todas as altas qualidades de administrador, faltava-lhe a nota artistica, porque (repetil-o-hei sempre) lhe faltava coração. A pobre parochia affonsina edificada sobre sangue de heroes, *super sanguinem Martyrum*, a pobre parochia com as suas memorias historicas e particulares, com as suas arcas e lapides, com a sua pia baptismal, já profanada sim, mas sempre nobre, com os ossos dos defensores de Lisboa, com a longa serie dos seus infortunios e vicissitudes, com o seu solo feito de ossos de tantos centenares de portuguezes, não logrou commover o queimador dos Tavoras, o homem de bronze que ordenou a vandalica demolição do castello de Martim de Freitas, para engendrar um observatorio, coisa util, necessaria indispensavel (quem o duvida?), mas que se podia erigir em qualquer outra parte [1].

E lá passou a egreja parochial dos Martyres para a rua das portas de Santa Catherina, entalada entre a rua da Figueira ao nascente, e a rua da Ametade ao poente.

[1] O observatorio da universidade de Coimbra mandou-o a carta regia de 11 de outubro de 1772 levantar no castello, ou nas ruinas d'elle. *Repertorio* de Manuel Fernandes Thomaz.

*

O que não sei é o fim que teve um recolhimento de meninas pobres, fundado em 1746 na antiga rua do Ferragial, perto da egreja velha, por Ignez de Jesus Maria. Viviam de esmolas, e andavam vestidas no habito da Senhora do Carmo. Destruiu esta casa, nove annos depois de fundada, o terremoto grande[1].

*

A proposito: os arredores da egreja velha no Ferragial jazeram desamparados e confusos muitos annos depois do terremoto grande; esse desamparo chegou ao nosso tempo. Ainda conheci a rua do Ferragial de cima com uns monturos impossiveis, que eram vasadoiro publico. Isso, e a calçada de S. Francisco, foram ha menos de quarenta annos sitios por assim dizer ermos, mal afamados, infestados de ratoneiros á noite, e atravancados de ruinas e baiucas.

O povo extraía d'ahi livremente barro e pedra; por annuncio de 26 de julho de 1849 prohibiu a camara municipal terminantemente a continuação do intoleravel abuso[2].

Afastámo-nos algum tanto do nosso ponto. Voltemos a elle, e quanto antes.

[1] J. B. de Castro, *Mappa*.

[2] *Collecção de providencias da c. m. de L.* relativas ao anno de 1849, pag. 299.

*

Para as obras da reedificação do templo novo, contribuiu muito o legado que lhes deixou um devoto e abastado cidadão, negociante de grosso trato, natural do Porto, Manuel Pacheco Pereira [1], e o zelo e generosidade dos irmãos, entre os quaes especialisa a *Mnemosine Lusitana* [2] o conselheiro José Ferreira.

Segundo Pinho Leal, principiou a obra em 10 de outubro de 1769; a 18 de março de 1774 foi benzida a capella mór; e por aviso de 31 de agosto de 1784 commetteu-se a inspecção da fabrica da egreja nova á irmandade do Santissimo [3].

Foi o major Reynaldo Manuel dos Santos, architecto, fallecido pelos annos de 1790, quem delineou a egreja nova que vemos no Chiado (hoje rua de Garrett) [4]: bello edificio, se assim lhe querem chamar, muito garrido, sim, mas cujo aspecto interior pouca ou antes nenhuma devoção infunde.

*

Sobre um pequenino adro de quatro degraus, fechado de gradaria que ainda mais mesquinho o faz parecer, ergue-se a lavrada e embrincada frontaria da

[1] Pinho Leal. *Port. ant. e mod.* artigo sobre Lisboa.
[2] Tom. II, pag. 250.
[3] Fernandes Thomaz, *Repertorio*.
[4] Cyrillo Volkmar Machado, *Memorias*, pag. 201, e Raczynski, *Dict. hist. artist.* pag. 257.

4

egreja, abrindo-se entre pilastras de ordem dorica os tres portões da entrada, sendo o central mais elevado, e sobrepojado de um medalhão redondo, que já analisei n'outra parte [1]. Por cima da cornija do entablamento que domina as pilastras doricas, levantam-se tres janellas, correspondendo aos portões, sendo tambem mais alta a do meio, entre pilastras mais delgadas de ordem jonica. Sobre estas outra cornija, e no alto um frontão, em cujo tympano se rompe o oval de uma janella gradeada. Aos dois lados de toda esta frontaria que descrevi, dois mesquinhos accessorios de alvenaria, com duas janellas a cada banda em dois andares.

*

Entremos. Transposto o guarda vento, a impressão geral é frigidissima. Anda no ar o espirito pretencioso e rócócó do seculo XVIII, sem a minima uncção verdadeiramente ascetica; a luz, que jorra pelas dezasseis janellas que circumdam a nave, é alegre, vivaz, e despoetisadora.

O templo é de ordem jonica rodeado de bem traçadas e bem esculpidas pilastras. Quatro altares a cada banda, e entre os dois centraes um pulpito defronte do outro. Lá em frente o altar mór; e no logar dos collateraes duas portas para o interior da casa. Cá em baixo, á esquerda de quem entra, é a capella baptismal.

Um todo largo, elegante, vasto, mas sem gran-

[1] *Lisboa ant.* p. II, tom. II, pag. 236.

dioso (quanto a mim). Muito ar, muito vasio, muitos marmores ricos, muitas columnas, muita luz, e nenhuma compuncção.

Corramos as capellas uma por uma.

*

Comecemos pela da pia baptismal.

Tem portas de ferro (ou bronze) com doirados. No batente esquerdo lê-se:

N'ESTA PAROCHIA
SE ADMINISTROU O
PRIMEIRO BAPTISMO

No batente direito:

DEPOIS DA TOMADA
DE LISBOA AOS MOU
ROS, NO AÑO DE 1147

Em frente, lá dentro, vê-se um quadro de Pedro Alexandrino, representando o baptismo do Salvador por S. João.

Da pia veneranda que ali serve ainda aos baptisados da parochia, já tratei lá em cima. Sempre direi comtudo, que um dos mais illustres portuguezes que ali receberam a agua lustral, foi o santo arcebis-

po de Braga D. frei Bartholomeu dos Martyres. Veja-se frei Luiz de Souza na sua *Vida do Arcebispo*.

*

O primeiro altar do lado do Evangelho, contando de baixo, é de S. Braz. Não tem Imagens; só no retabulo um quadro do mesmo pintor, figurando S. Braz, nas suas vestes de bispo de Sebasto, sendo enviado para o supplicio por Agricola governador da Capadocia. Composição grandiosa, cheia de movimento. Bello colorido.

*

O segundo altar é de Santo Antonio. Imagem de roca do orago. Quadro do citado mestre, representando Santo Antonio em habito de franciscano, de joelhos diante de um pedestal de pedra, sobre o qual se vê sentada a Virgem com o Menino ao collo. Por cima e ao lado Anjos e Archanjos, creanças e adolescentes, pintados com aquella graça um tanto afeminada, mas encantadora, que Pedro Alexandrino lhes sabia dar. O Santo parece estar na attitude de quem pede com muito empenho á Virgem Mãe se lhe dá o seu Menino. É ingenuo, e amoroso este quadro. Tem o altar irmandade dos meninos do côro.

*

O terceiro altar é de Santa Cecilia. Tem irman-

dade da Santa, a cargo da associação musical *24 de junho*, que lhe faz festa annual. O retabulo representa Santa Cecilia de joelhos tocando no teclado de um pequenino orgão. Por sobre elle, dominando a figura da tocadora, está a Virgem, muito attenta, com o Menino ao collo, tambem muito attento, ambos escutando. Cecilia toca os seus accordes solemnes como Fra Angelico pintava os seus quadros: de joelhos. Parece-me um tanto fraco e mortiço este quadro.

*

O quarto altar é do Santissimo Sacramento. Fecham-n'o magnificos portões de bronze doirado, em cuja parte superior se lê a inscripção:

PAVETE AD SANCTUARIUM MEUM EGO DOMINUS

No batente da esquerda vê-se o monogramma das lettras gregas.

XP

iniciaes do nome de Christo em grego.

No batente da direita vê-se outro monogramma, significando que Deus é o principio e o fim de tudo; isto é o *alpha* e o *omega* de todas as cogitações:

AΩ

*

A capella mór tem certa elegancia. O tecto é lindo; representa a Santissima Trindade. Pintou-o Jeronymo Gomes Teixeira[1].

Á Imagem do altar é Nossa Senhora dos Martyrus; pareceu-me vulgarissima escultura. Tem no braço esquerdo o Menino, e no direito a palma dos Martyres. É tradição ter sido feita como aproximada imitação da antiga, destruida em 1755.

*

Os altares do corpo da egreja do lado da Epistola são, como disse, quatro.

*

O primeiro a contar de baixo, é de Santa Luzia. Quadro de Pedro Alexandrino, representando o supplicio da Santa. Tem movimento e interesse este quadro, mas o colorido parece-me debil, e as figuras mesquinhas.

*

O segundo altar é de S. José. Lá está a sua Imagem. O retabulo representa o Golgotha: Christo apeado da Cruz, e morto, entre as santas mulheres,

[1] Cyrillo, *Memorias*, pag. 217.

a quem acompanha o fiel discipulo amado. Tem sentimento.

*

O terceiro altar é da Senhora da Conceição. Tem retabulo do mestre, figurando S. Miguel descendo ao limbo. Julgo-o mesquinho.

*

O quarto é hoje de Nossa Senhora de Lourdes, com formosa Imagem mandada expressamente vir de França pelo actual sr. prior. No retabulo figurou Pedro Alexandrino o Bom Pastor. Tem este quadro alguns pontos de semelhança, no colorido e na composição, com o *Salvator Mundi* da Sé. Bello e quente colorido.

N'este altar é que se celebra Santa Maria Egypciaca no seu dia. A irmandade é dos archeiros da casa real. A Imagem não reside ali; guarda-se n'outra parte da egreja.

*

O tecto do templo, menos os ornatos, que pertencem a Ignacio de Oliveira[1], é tambem da mão de Pedro Alexandrino. Justos ceos! muito pintou este homem! foi um gigante de perseverança. Recommendo ao visitante essa vastissima composição: em volta os bustos de doutores da Egreja; ao meio,

[1] Cyrillo, *Memorias*, pag. 221.

n'uma cartuxa immensa moldurada, a scena ficticia da dedicação do primitivo templo a Nossa Senhora dos Martyres por el-rei D. Affonso Henriques. Vi na academia real das bellas artes em 2 de junho de 1884 o esboço a sepia d'este quadro.

Raczynski avaliando em globo as obras de Pedro Alexandrino, e avaliando-as com certa crueza, acho eu, nota-lhes grande facilidade no desenho e na composição, e comtudo falta de força, de elevação, e ás vezes até de desenho[1]. Tudo isso será verdade muita vez, e os quadros d'este mestre serão não raro fracos e banaes; mas do conjuncto d'elles ressae a convicção de que um tão habil e fecundo pintor tinha em si mesmo as condições de um altissimo engenho, que esperdiçou e vendeu a retalho, como quem dissipa entre gargalhadas o cabedal de um morgado opulento.

*

Resta-me dizer que em volta da nave corre por diante dos altares uma teia de pau santo; e que sobre a porta principal corre de lado a lado um alto côro, que assenta sobre tres arcos de pedra, os dois lateraes de volta inteira, e o central de volta abatida.

Por cima, brilha com o seu vulto enorme, e os seus oiros e ornatos, um magnifico orgão que lá me disseram ser obra do portuguez Silverio Machado, e foi executado em 1780 e tantos.

[1] *Les arts en Portugal*, pag. 291.

*

Entremos agora na sacristia, pela porta collateral do lado da Epistola.

É insignificante peça; no altarzinho do topo ha um retabulo de marmore branco figurando a mesma scena, pouco mais ou menos, do medalhão da porta principal: el-rei Affonso, e um cruzado estrangeiro de joelhos, dedicando á Virgem a tomada de Lisboa, cujas muralhas torrejam ao fundo. Vi este retabulo, e confesso que me custou a acreditar o que lá diz a tradição oral: que era maior e foi cortado para caber ali. Querem que pertencesse á egreja antiga; pertenceria, mas a alguma das suas phases modernas. Aquelle movimento das nuvens sobre que assenta a Virgem, e um não sei quê em todo o conjuncto, estão-me talvez a dizer: seculo XVII.

N'esta mesma sacristia ha doze quadros a oleo representando o Divino Mestre e os seus Apostolos, copiados de outros, de que acima fallei por uma talentosa artista amadora, a senhora D. Maria Amelia Bertrand, da conhecida e antiga casa Bertrand do Chiado (hoje Carvalho e C.ª successores). Fazem esses quadros muita honra á piedade e ao talento da sua applicadissima autora.

O tecto é de estuque, representando ornatos e emblemas episcopaes entre palmas de Martyres. A piscina é vulgar; os caixotões dos paramentos, vulgarissimos.

A proposito: paramentos ricos ha poucos; joias notaveis não ha.

Obras de arte não são muitas; especialiso uma estante giratoria que ha no côro, e que é boa, como quasi todos os productos da marcenaria portugueza.

Vi tambem n'uma ante-camara da sacristia um quadro primorosamente calligraphado á penna, onde o meu respeitavel amigo (hereditario) o ex.^mo^ marquez de Penalva, Fernando Telles da Silva, deixou assignalados os seus sentimentos religiosos. Diz assim este quadro votivo.

ÁO PODEROSISSIMO PATROCI
NIO DE N. S. DOS MARTYRES ATTRIBUE O
MARQUEZ DE PENALVA TER ESCAPADO
MILAGROSAMENTE DE SER ESMAGADO POR UMA
CARRUAGEM, CHEGANDO A LANÇA A TOCAR-LHE O
FATO SEM LHE OFFENDER O CORPO, NEM LEVEMENTE.
FOI NO DIA
12 DE OUTUBRO DE
1881
N'ESTA CIDADE DE LISBOA.

*

Tem o parocho dos Martyres como assessora uma collegiada composta hoje de dez capellães, fóra os ordinarios das capellas quotidianas. Teem obrigação de côros diarios de manhã e de tarde.

O actual prior, ornamento da tribuna, é o muito rev.^do^ doutor Antonio dos Santos Viegas deputado ás côrtes e presidente da dita collegiada.

Cabe-me aqui dizer, que é esta a unica de todas as collegiadas lisbonenses, que escapou á reforma

brutal, que em 1869 supprimiu as collegiadas do reino, inclusivamente as que tinham o titulo de *insignes*. E não se julgue que esta excepção proviesse de tolerancia; os reformadores liberaes não conhecem essa palavra; proveiu apenas de absoluta impossibilidade. O cutello do carniceiro achou um osso que lhe embotou o fio; eram as disposições especiaes dos antigos legados. Assim se immortalisam os demolidores, cujo merecimento unico é demolir. O futuro lh'o agradecerá, quando vir tudo uma ruina.

*

A porta collateral a que acima alludi, do lado do Evangelho, conduz a uma formosa casa, que é a sacristia da irmandade do Santissimo. Ahi vi um altar com bella Imagem de S. Braz, e em volta da casa os quadros originaes de bustos dos Apostolos, que na outra sacristia se veem copiados pela sr.ª Bertrand. São muito bons.

Por cima é a casa do despacho. Ahi tive o gosto de observar, n'uma visita em que me acompanhou com a maior amabilidade o digno parocho, e meu amigo, monsenhor Santos Viegas, um esboço de Francisco Vieira Lusitano, a lapis vermelho, representando a sua pintura do antigo tecto da egreja, destruido em 1755. Não era preciso estar assignado para se reconhecer a maneira do mestre; mas por fortuna está assignado. Em baixo tem:

Eques F. Vieira inv. 1750.

Por cima lê-se:

Tecto da egreja dos Martyres de Lx.ª | Custou 1:000$000 rs. a pintura. |

Junto d'esta casa do despacho ha a sala das sessões, muito confortavel e formosa, com as paredes estucadas de emblemas eucharisticos, mesa ao meio rodeada de bellas cadeiras, e tendo no topo um throno de degraus, por baixo de um docel vermelho. Este throno é destinado para el-rei, juiz nato da irmandade, assim como o foram os reis seus antecessores.

*

Ao lado do templo, com entrada para a rua da Figueira fica a residencia parochial, uma das melhores de Lisboa, se bem que um tanto acanhada. Tem um bonito terraço interior, que toma parte do espaço do extincto cemiterio.

Agradeço ao meu amigo o actual rev.do prior a bondade com que me deu todos os esclarecimentos que lhe pedi, correndo comigo a egreja em 14 de outubro de 1886.

*

São infelizmente muito modernos os registos d'esta parochia; os antigos, que deviam ser de altissimo interesse historico, arderam pelo terremoto de 1755.

Examinei os mais antigos existentes, em 15 de agosto de 1886, na companhia do meu amigo José

Carlos Sette, que teve a extrema amabilidade de querer dictar, para eu escrever, os primeiros de cada uma das tres grandes divisões: baptisado, casamento, e obito. Como esta noticia pode interessar a alguem aqui a deixo:

BAPTISADO

Em os 4 dias do mez de Janeiro de 1756 baptisou o rev.do p.e D. Balthazar de Christo coadjutor d'esta egreja na parochial egreja de Santa Izabel d'esta cidade de Lisboa, a Gertrudes filha de Joaquim Alvares, baptisado na freguezia de S. Miguel-o-Anjo de Fermelão, bispado de Coimbra, e de Anna Thereza Theodora, baptisada na freguezia de Santa Justa d'esta cidade, recebidos n'esta freguezia e moradores na rua do Outeiro. Poi padrinho Hiacintho Alvares.

Cura o P.e Manuel Rodrigues Leytão.

CASAMENTO

Em os 7 dias do mez de Maio de 1756 n'esta ermida de Nossa Senhora da Graça, que de presente, digo, onde de presente se acha a freguezia de Nossa Senhora dos Martyres, na presença de mim, o padre Manuel Rodrigues Leytão, cura da dita freguezia de Nossa Senhora dos Martyres de Lisboa, se casaram por palavras de presente conforme o sagrado Concilio Tridentino, e Constituições Arcebispado, Joaquim José Ferreira com Theodora Joaquina de Sant'Anna, elle contrahente filho legitimo de Ga-

briel Ferreira e de Paula Maria, baptisado na freguezia da villa de Samora Corrêa d'este Patriarchado, e n'ella morador; e ella contrahente filha legitima de Manuel José de Carvalho e de Joanna Maria, baptisada n'esta freguezia de Nossa Senhora dos Martyres, onde é moradora; de que foram testemunhas Antonio da Costa de Carvalho meirinho do Juizo ecclesiastico, e o rev.do p.e Manuel Carlos Pereira de Mello, morador ao presente na rua do Pombal freguezia de Santa Izabel; de que fiz este assento, que com as testemunhas assignei.

Cura o P.e Manuel Rodrigues Leytão.

Antonio da Costa de Carvalho.

Manuel Castro Pereira de Mello.

OBITO

Em 6 de Janeiro de 1756 falleceu na rua do Outeiro, com todos os Sacramentos, e sem testamento, Manuel Rodrigues, casado com Maria Thereza; e foi sepultado no cemiterio da freguezia de Santa Izabel; de que fiz este assento, que assignei.

Cura o P.e Manuel Rodrigues Leytão.

*

Mencionarei um morto illustre, cujo registo se encontra n'esta parochia: o grande Joaquim Machado de Castro, fallecido aos 91 annos em 18 de novembro de 1822. Esta data tem saido em geral errada, e por isso dou aqui o traslado do assento mortuario:

Em 18 de novembro de 1822 falleceu Jaaquim Ma-

chado de Castro, viuvo de D. Anna Rita (ou Thereza, não pude perceber) *de Sousa, e foi enterrado nos covaes d'esta egreja, de quem fiz este assento que assignei dia ut supra — O Prior Henrique José Corrêa.*

Saiâmos agora do templo, a que se acham ligadas (apezar de tudo) tantas memorias notaveis. Não se calcula o trabalho que me deu este estudo. Eu proprio já o não sei avaliar. É preciso, para arrostar em Portugal com seccas d'este genero, ter toda a vocação do martyrio. O antiquario é aqui um martyr. Por isso tomava eu como symbolicas as palmas, que na mão da Virgem e em muita outra parte da ornamentação me faziam pensar nas palmas recruzadas da farda dos nossos academicos da Academia Real das Sciencias. Acertada escolha! é que o mister litterario é quanta vez martyrio!...

CAPITULO V

Summario de alguns palacios da freguezia, que o auctor se propõe percorrer.— Começa-se com o paço dos duques de Bragança.— O condestavel já era senhor de um paço em Lisboa.— O de Friellas.— O duque D. Jayme e o seu paço lisbonense.—Amplia este duque a sua propriedade, comprando aos visinhos frades de S. Francisco uma parte da cerca em 1500.—Em 1532 e 1538 habita el-rei D. João III no paço ducal.

Muitos palacios illustres se encontravam ao tempo do terremoto no districto da freguezia dos Martyres. Vamos vêr alguns. Cita-me o informador do padre Luiz Cardoso os seguintes:

o palacio da casa de Bragança;
o dos Côrtes-Reaes;
o dos marquezes de Tavora;
o dos condes da Atougia;
o dos condes de S. Miguel;
o que tinha sido dos condes da Ribeira grande;
o dos condes do Vimieiro;
o dos Viscondes de Barbacena;
o de D. José da Silva Pessanha;
o de Pedro Alvares Cabral de Lacerda.

*

Começaremos pelo mais illustre: o dos duques de Bragança, aquelle nobre casarão apalaçado, que, lá para o poente, domina as ribanceiras sobre o Ferragial, a cavalleiro do lanço tisnado da muralha d'el-rei D. Fernando.

Mas perdão: eu não estou fallando do que se vê hoje, n'este anno de 1886; isso agora é o edificio massiço do Hotel de Bragança, com as suas ogivasinhas presumpçosas, e a sua platibanda sem caracter. Pois ali onde o vêem, custou cem contos de réis a construir.

Estava-me referindo ao nobre palacio, certamente irregular, mas muito vasto, e muito opulento, que ali se via antes do reinado d'el-rei D. João V, isto é, antes que esse monarcha tivesse reedificado o antigo solar de seus maiores em Lisboa.

Estou a vel-o na minha camara optica; estou a admirar a sua phisionomia arrogante e grave, e o ar desdenhoso, com que, lá do alto do seu montículo, predomina sobre o bairro proletario e marinheiro de Cata-que-farás. Descem as arribas montuosas e mal sombreadas de urzes desde cima, sobre o que é hoje a rua do Alecrim, o Ferragial de baixo, e a travessa do Corpo Santo. Junto ás aguas accumula-se a esmo um grupo informe de casas de mesquinha apparencia, de empena bicuda; albergues de pescadores; tabernas, bastas no sitio, povoadas de brigões que muita vez iam bater-se em volta da Cruz de Cata-que-farás; ou officinas de remolares, indispensaveis

visinhos e auxiliadores do espalmadeiro das caravellas. Entre esse dédalo de casebres avulta, aqui ali, alguma estancia senhoril, como a dos Côrtes-Reaes, ou o campanario acoruchado de alguma ermida. Todo este pequenino fragmento da grande cidade se corôa com os paredões historicos do solar dos Braganças, ufano das suas altas ogivas e dos seus mezaninos a olhar para o mar.

Pois se agrada aos leitores, e já que estamos com a mão na massa, estudemol-o.

*

Remonta muito longe a residencia dos duques de Bragança em Lisboa. O condestavel D. Nuno Alvares Pereira era aqui e em muita outra parte senhor de verdadeiros latifundios. Não foi mesquinha com elle a gratidão do mestre.

Em Friellas, por exemplo, me está lembrando agora que elle possuia o antigo paço que ahi fundara o senhor D. Affonso III, *açerca dhum solaçoso rio, que som duas legoas da çidade;* tinham-n'o incendiado os invasores castelhanos em dias d'el-rei D. Fernando; dil-o o poeta epico da prosa, Fernão Lopes[1]. Em 1 de julho de 1384 era doado esse senhorio, o de Ourem, e outras terras, ao condestavel[2]; e em 1 de novembro de 1401, em Friellas, na fresquissima Friellas, residia o grande guerreiro, ao fazer doação de avultado quinhão dos seus haveres

[1] *Chron. d'el-rei D. Fernando*, cap. CXXXV.
[2] *Hist. gen. da C. R.* provas, tom. III, pag. 515 e 516.

a sua filha a condessa D. Beatriz, quando a casou com D. Affonso depois duque de Bragança[1].

Esse 1.º duque, D. Affonso, filho natural d'el-rei D. João I, era pois, como vemos, alheio aos bens do condestavel, que lhe advieram por cabeça da mulher. Quando nasceu nada tinha; por signal, que viu a luz ali perto, em baixo, á porta da Oura, junto ao Tejo, em 10 de agosto de 1377, nas casas de um tal Ruy Penteado, segundo rezava uma antiquissima memoria manuscripta[2].

Mas vamos seguindo:

Ao seu neto o marquez de Ourem D. Affonso doou tambem Nuno Alvares, além da Judiaria de Lisboa, e outros bens, os seus paços na mesma cidade; e el-rei D. Duarte confirmou a doação[3].

Seriam estes paços do cavalleiro monge situados onde depois vieram a ser os de seus netos? sim, mas elle não o diz.

Constituida com a bizarria paterna, e augmentada com a do condestavel, a casa do estremecido filho do mestre de Aviz e da commendadeira Ignez Pires, entraram varias deixas particulares de parentes, de vassallos e apaniguados, a concorrer para o engrandecimento da casa, que veiu a tornar-se a mais opulenta de toda a peninsula.

Achei, por exemplo, em 1408, a doação que um certo Nuno Alvares e sua mulher Galliana Gonçal-

[1] *Hist. gen. da C. R.* Provas, tom. III, pag. 445.

[2] Vide Soares da Silva, *Memorias para a vida d'el-rei D. João I*, tom. IV, coll. de doc. pag. 108. Cita este passo o nosso frei Apollinario, na *Dem. hist.* pag. 202.

[3] *Hist. gen. da C. R.* provas, tom. IV, pag. 7.

ves moradores ao Paraizo, e antigos creados de D. Ignez Pires, mãe (já então fallecida) do duque D. Affonso, lhe fazem, de duas casas em Lisboa na freguezia dos Martyres, na rua denominada *da Commendadeira* (em memoria da morta), assim como de outros bens[1]. Ha mais em 1450 uma doação do infante D. Pedro da Alfarrobeira, de paços, casas, e uma atafona em Lisboa[2]. Isso tudo tinha pertencido antigamente ao celebre conde D. Pedro.

Que já o duque D. Jayme era senhor de um bom palacio n'este sitio, sobre Cata-que-farás, na freguezia dos Martyres, o qual palacio partia com a Cordoaria, e tinha pomares, quintaes, eirados, e outras pertenças, é certo; do testamento do duque feito no mesmo palacio em 21 de dezembro de 1532 se deprehende[3]. Diz elle: *as minhas casas de Lisboa, que estão na freguezia dos Martes, que partem com a Cordoaria, honde eu agora vivo.*

*

N'outra parte d'esta minha obra[4] conservei a tradição vaga, que topei do *Sanctuario Mariano*[5], e mais explicitamente na *Demonstração historica* do padre Conceição[6], de ter o paço lisbonense dos Braganças occupado o mesmo sitio da antiga *villa* dos

[1] Soares da Silva, *Mem. de D. João* I, tom. IV, pag. 105.
[2] Id. ibid. pag. 104.
[3] *Hist. gen.* provas, tom. IV, pag. 86.
[4] *Lisboa antiga,* p. II, tom. I, pag. 128.
[5] Tom. I, pag. 496.
[6] Pag. 436, 437.

pretores romanos; recordo-a aqui outra vez: nunca lhe achei por ora outro fundamento. Diz em 1750 este ultimo escriptor, que até á ultima reedificação do palacio (por el-rei D. João v, como logo veremos) esteve patente uma pedra em que havia o seguinte epitaphio:

D. M. S.
POSTVMIO
VICILIONIO
ANN. XXXV.
POSTVMIVS
FLORIANVS
FRATRI PIEN.
TISSIMO P[1].

Traducção:

Consagrado aos deuses Manes.
A Postumio
Vicilião
de trinta e cinco annos de edade,
seu piedosissimo irmão,
Postumio
Floriano
mandou erigir.

[1] Confesso que a transcripção d'esta lapide da pag. 437 da *Demonstração* não é textualmente feita segundo o que lá se lê. Quem comparar logo percebe e desculpa-me. É escusado dizer que se a versão do erudito padre me parece erronea, typographicamente considerada, tambem a minha me não satisfaz.

Essa preciosa lapide desappareceu, e com ella o documento da possivel origem romana da habitação ducal.

*

De como era nos seculos XV e XVI a casa, nada se sabe. Vemol-a passar de mão em mão; e só no ultimo anno do seculo XV a sabemos ampliada nas suas pertenças, e não pouco, pela mão poderosa do duque D. Jayme, o futuro guerreiro de Azamor.

Effectivamente, foi elle que em 21 de julho de 1500 comprou aos seus visinhos os frades de S. Francisco o primeiro lote que elles venderam da sua cerca para ampliar a *horta* ducal[1]; desmembração seguida de outra em 1502. E ainda passado seculo e meio, todas essas terras (que não eram pequenas) se denominavam *Horta do Duque*[2].

*

Como os duques de Bragança habitavam quasi

[1] Fr. Manuel da Esperança, *Hist. Seraphica*, p. 1, pag. 192 col. 2.ª Peço ao leitor que repare que a palavra *horta*, que hoje só significa por aqui terra de legumes, hortaliças, e fructa, significava tambem quinta com pomares, e outros logradoiros de regalo. No Algarve ainda ouvi chamar *hortas* as quintas até dos proprietarios mais ricos.

[2] Assim succedia em 1656, quando fr. Manuel da Esperança publicava o 1.º vol. da sua *Historia Seraphica*. Dita *Historia* parte 1, pag. 186, col. 2.ª O mesmo diz o precioso livro manuscripto anonymo da biblioth. nac. de Lisboa, A. 4, 11, impropriamente denominado *Historia de Lisboa*. Vide fl. 26, v.

sempre em Villa Viçosa, muita vez, ao longo das chronicas e memorias antigas, se vê o seu paço de Lisboa alojando a propria familia real.

*

Ahi por exemplo assistiu a rainha D. Leonor terceira mulher d'el-rei D. Manuel, com sua filha a infanta D. Izabel, depois imperatriz; por signal que a essa residencia foram os misteres em 1522 propor á dita rainha o casamento com el-rei D. João III seu enteado, idéa que se não realisou[1].

*

Quando n'esse anno de 1522, ou em 1523, veiu a Portugal o patriarcha do Preste João imperador da Ethyopia, como embaixador a el-rei D. João III, recebeu-o o soberano portuguez com a maior benevolencia em Evora. Vindo el-rei pouco depois a Lisboa, hospedou-se na casa do duque de Bragança, onde o embaixador o foi visitar acompanhado do nuncio do Papa e de outros[2].

*

Em novembro de 1538 estava outra vez el-rei mo-

[1] Frei Apollinario da Conceição, *Dem. hist.*, citando a chron. de D. João III, por Francisco d'Andrada, parte I, fl. 19.

[2] *Relação da embaixada do Patriarcha D. João Bermudez a el-rei D. João* III, pag. 5.

rando nos paços de seu primo; dil-o Miguel de Moura na sua auto-biographia[1].

*

Foi seguida, ou interpolada, esta residencia do monarcha no palacio do duque de Bragança? e qual seria o motivo que fazia desprezar o paço da Ribeira? foram acaso as obras que el-rei D. João III lá fez? conjecturo que sim, fundado em que Damião de Goes, seu contemporaneo, se refere ao accrescentamento com que este rei nobilitou o dito paço. Ainda ao tempo em que o eminente escriptor andava redigindo o seu *Urbis Olisiponis situs et figura* se tinha elle apenas principiado, ou se achava em meio; obra essa, diz Goes, que *quando estiver acabada*, será o oitavo adorno da cidade[2].

*

Seis annos andados, em 1542, se em 25 de junho entrassemos na residencia hereditaria dos Braganças, assistiriamos a uma grande festa de familia: nada menos que as bodas do duque D. Theodosio I, com sua prima co-irmã D. Izabel de Lencastre[3].

[1] *Vida de Miguel de Moura*, por elle mesmo,— in principio.

[2] *In ipso litore aliud edificium opere mirabili a fundamentis modo facere accepit potentissimus Joánnes* III *Rex, Dominusque noster, quod quum ... ad exitum perduxerit, octavum locum civitatis ornamenti obtinebit.*

[3] *Hist. gen.* tom. VI, pag. 44. Veja-se o que descrevo d'esse casamento na *Lisboa Antiga*, p. II, tom. IV, pag. 121.

Já me referi a ellas no volume antecedente.

A succinta descripção de tal solemnidade, que ali convocou todo o *high-life* do tempo, dá-nos algumas indicações curiosas quanto ás cortesias mundanas usadas por então. Quer o leitor ouvil-as? Pois revista-se de paciencia, e entre comigo no capitulo seguinte.

CAPITULO VI

Descripção minuciosa de um festim de bodas em casa do duque de Bragança D. Theodosio I.—Em 1578 habita n'este mesmo paço o cardeal-rei.

Quando, depois de concluidas as ceremonias no paço dos Estáos, e depois de ter acabado o jantar de apparato (que foi cedo) se encaminhou a brilhante comitiva dos noivos até ao paço ducal da Cordoaria velha, já o apetite acenava suavemente com os antegostos da esplendida ceia com que o duque ia obsequiar os seus convidados.

Buen reloj es el comer
quando lo templa la gana

dizia por esse tempo o nosso troveiro immortal.

Eram então as etiquetas da mesa muito diversas do que são hoje; e de algumas das que usavam os duques de Bragança, dá testemunho a relação das praticas da casa, segundo a traz D. Antonio Caetano

de Souza[1]. Muitos d'esses ceremoniaes consuetudinarios deviam ser reflexo do que usava a culta Europa[2]. Se quizessemos pois, já como romancistas, já como scenographos, reproduzir scena d'este genero passada em Lisboa, haviamos por força de copiar alguns pormenores das etiquetas forasteiras. Assim era então, assim é hoje, assim ha de ser sempre. Pariz é a Athenas moderna; vencedora ou vencida, amiga ou indifferente, sabe impor a sua suprema realeza: a da elegancia.

Como não sou pintor, nem romancista, nem poeta, limito-me n'este livro a retratar segundo os documentos o festim nupcial do duque D. Theodosio, adubando apenas a narrativa com algum traço tirado de escriptores estrangeiros.

*

Vieram chegando os convidados, que eram numerosos. A rua, as serventias proximas, os pateos do palacio, viam-se cheios de populares curiosos, que na passagem de cada grande senhor, a cavallo ou em andas, o cortejavam, e o ficavam commentando e não raro acclamando.

Chegou o embaixador do imperador Carlos v, D. Luiz Sarmento de Mendoza, e o do rei de França Henrique II, Honorato de Cais. Recebeu-os o duque

[1] *Hist. gen.—Prov.* Tom. IV, pag. 219.

[2] Veja-se o livro do sr. conde de Villa Franca, *D. João I e a alliança ingleza*, cap. XVII e XVIII, onde esses ceremoniaes no seculo XV veem primorosamente narrados.

adiantando na sala quatro ou cinco passos, e tratando-os com grande cortesia.

Chegou o arcebispo do Funchal; chegaram os irmãos do duque; e, feitos os reciprocos comprimentos, deu-se principio ao banquete nupcial.

*

Pensa o leitor que seria n'algum salão? não foi. Para honrar o nosso admiravel verão peninsular, armara-se a mesa n'um terreiro do palacio, chamado *pateo das parreiras*, que ficava entre os jardins e a residencia. A mesa era muito comprida, e tomava toda a banda do jardim até quasi junto das casas. Em vez de tapessarias, quiz o *maître d'hôtel*, ou védor, dos nobres duques (e quiz bem) mandar cobrir as paredes e tudo mais com ramos entremeados de variedade de bellos fructos maduros pendentes. Já se vê que era homem de gosto. Á noite, á hora da ceia, tudo isso, por baixo do verde docel das latadas, rutilava de luzes, que se reflectiam com graça no rico aparador avergado de prataria antiga, e nas magnificentes galas dos cavalleiros e das damas gentis da corte portugueza.

E dos toldos as lampadas pendentes
mostram senhores, cavalleiros, damas,
em quem o oiro reluz por entre as joias.

Ora a idéa de vestir as paredes com verdura e frutas não era nova. Os mordomos do duque sabiam

que tal era o uso em muita parte, e já desde seculos. Lembro-me de ter lido no livro de Lacroix *Le moyen âge et la renaissance*, que n'um festim do sexto seculo as paredes da sala se viam aderessadas de uma farta colgadura de heras, e o chão tapizado de muitas e variadissimas flores [1].

A meza do duque devia rutilar de peças de prata lavrada, *centros* com mil invenções que hoje nos pareceriam extravagantes, e via-se juncada de flores finas, que embalsamavam o ambiente.

Á cabeceira da meza sentou-se o duque de Bragança debaixo de um docel de brocado, tendo aos seus lados o embaixador do imperador Carlos v, e o de Henrique II rei de França. Ao duque serviam-n'o o seu trinchante e o seu copeiro, gente de bom sangue; aos embaixadores serviam-n'os gentis homens, que só na fidalguia cediam aos do duque.

Ainda hoje á sua meza é el-rei servido por particulares seus, e os demais convidados pelos outros creados indistinctamente.

Aos dois referidos personagens seguiam-se o arcebispo do Funchal, o marquez de Villa Real, os condes de Linhares, do Vimioso, de Portalegre, da Castanheira, do Redondo, da Vidigueira, o bispo do Algarve, D. Rodrigo Lobo, o regedor das justiças, D. Diogo de Castro, D. Garcia de Menezes, D. Francisco Coutinho filho do conde do Redondo, D. João de Portugal filho do conde do Vimioso, Affonso de Albuquerque, filho do grande vice-rei, D. Pedro de Menezes, e outros muitos, além dos irmãos do duque, e do commendador mór de Christo.

[1] Tomo I, *Nourriture et cuisine.*

Coisa singular! não vejo mencionadas as senhoras, da côrte d'el-rei e dos nubentes.

Por muito que isso desdiga dos nossos usos, o certo é que só no reinado de Francisco I é que as etiquetas francezas consentiram a promiscuidade dos sexos nos ceremoniaes. Em tempos mais antigos jantavam as senhoras afastadas dos homens, e as fidalgas comiam com a rainha separadas d'el rei [1].

Eis ahi o porque na côrte do duque de Bragança vemos as longas e brilhantes mezas desadornadas do gracioso elemento feminino.

De fóra, a um lado e outro, estava o veador da casa dirigindo a imponente batalha culinaria; e quem sabe, se, ao presencear a perfeição com que se iam succedendo os serviços, e desfilando ao som de musica as mais tentadoras invenções dos Brillats-Savarins do tempo, lhe não occorreria proferir, pela bocca pequena, a palavra com que o duque de Wellington veiu a apreciar o esplendor bellico da batalha de Waterloo: *Splendid*!...

Que maravilhosas bugiarias não mandariam ao banquete dos duques uns celebres visinhos, os confeiteiros da rua do Sacco, ali arruados havia oito annos! Logo fallaremos n'esses grandes artistas.

Para melhor vigiar que nada faltasse, mandara o duque sentar, a espaços eguaes, cinco fidalgos da sua casa, encarregados de fazerem as honras da meza a determinado grupo de convivas.

[1] *Ce ne fut guère que sous François I que les deux sèxes se trouvèrent rassemblés et confondus dans le commerce ordinaire de la vie des cours.*

P. Lacroix. MOEURS ET USAGES. *Cérémonial*, pag. 537.

Fallei pouco acima nas musicas deliciosas que iam acompanhando a marcha do banquete; é historico esse pormenor, e é caracteristico. O *bouquet* dos vinhos velhos, o sainete fumoso das viandas, realçava-os (como hoje nos festins reaes) o accorde dos violinos e das flautas, acompanhando vozes suavissimas, que esbatidas pela distancia chegavam aos ouvidos como as cantorias das sereias á borda do mar.

Era tarde quando se levantaram todos da mesa. Muitos convivas se despediram logo dos duques; outros passaram com elle para uma camara grande, muito espairecida, e que pelas suas desafogadas janellas dominava o amplissimo painel do nosso formoso Tejo e suas ribeiras desde a barra até Alcochete, como ainda hoje dominam as janellas do hotel de Bragança, por onde se descortina um dos mais formosos espectaculos da peninsula.

N'esta sala pois, illuminada, colgada de ricas tapessarias, e adornada de docel de brocado, tomaram logar os convidados, que de subito viram entrar a mais lustrosa cohorte de ricos moiros mascarados, com marlotas de brocado, e acompanhados de outras mascaras de tochas accezas, e dançando ao som de instrumentos alegres. Depois das danças jogou-se um jogo de azar; fez o duque algumas paradas, realmente senhorís; não punha a cada uma menos de sessenta e tantos cruzados; perdeu tudo (estava visto), riu muito, despediu os dançarinos e os seus hospedes, e recolheu-se á sua camara [1].

[1] Quem quizer ver a exacção com que refiro tudo isso, pro-

*

Ahi tem o leitor o que foi a festa do casamento do duque D. Theodosio no seu paço hereditario de Lisboa. Pergunte ás salas do hotel, e ellas por força lhe hão-de contar alguns dos segredos, que os monumentos velhos sabem contar aos visionarios! ...

Acabadas em Lisboa estas festividades de familia, partiram os noivos para o seu paço de Villa-Viçosa, onde os aguardavam as alegrias expansivas de creados, vassallos, e amigos.

As suas estadas porém em Lisboa continuaram de quando em quando. Em setembro de 1559, por exemplo, encontrâmos o duque em Lisboa outra vez, no seu palacio, onde se celebraram as escripturas do dote da duqueza[2].

*

Agora temos um intervallo de dezanove annos, em que nada me consta.

*

Em 1578, no anno fatal do destroço de Alcacer-Kibir, achava-se o cardeal D. Henrique em Alco-

cure a *Hist. gen.* tom. VI, pag. 46 e seg. Refere-se D. Antonio Caetano de Sousa a umas *memorias da casa de Bragança,* manuscriptas no tempo d'elle em poder da casa de Cadaval. Existirão ainda?

[2] *Hist. gen.—Provas,* tom. IV, pag. 177

baça quando recebeu a tristissima noticia do desbarate. Veiu logo para Lisboa, mas não lhe consentiram as saudades do seu senil coração o ir, como podia, morar no paço da Ribeira, que apenas dois mezes antes vira habitado por seu mallogrado sobrinho o senhor D. Sebastião. E então, chegando a Enxobregas um sabbado 16 de agosto d'esse anno triste, ahi se aposentou no mosteiro dos frades bentos[1]; d'onde, passados não sei quantos dias, *por se não atrever, com dôr, a ver os paços onde el-rei morava,* se transferiu para os dos duques de Bragança em Lisboa[2].

Ainda em 29 do mesmo mez, para a ceremonia da sua sagração como rei de Portugal na egreja do Hospital de todos os Santos, saíu o cardeal, com o seu prestito, do paço dos duques, onde ficara poisando[3].

Depois de acclamado, é que vamos encontral-o aposentado nas casas de Martim Affonso de Sousa a S. Francisco. Ahi damos com elle curtindo as maiores anciedades pelo sobrinho, o senhor D. Antonio prior do Crato, de quem não tinha noticias; e a essa casa chegou um expresso trazendo cartas do dito principe, que por então se achava em Arzilla[4].

[1] Frei Bernardo da Cruz, *Chron. d'el-rei D. Seb.* cap. LXXVIII.

[2] Id. ibid. cap. LXXIX. Na *Hist. gen.* tom. III, pag. 628 e *Gabinete historico*, tom. II, pag. 371, menciona-se o paço do duque de Bragança como residencia do cardeal, mas omitte-se aquella transição do convento de Xabregas. Segui n'isto o minucioso frei Bernardo da Cruz.

[3] Frei Bernardo da Cruz, *Chron. d'el-rei D. Seb.* cap. LXXXI.

[4] Id. ibid., cap. LXXXII.

Mas não atropellemos a narrativa. Logo voltaremos a esta moda seguida em seculos antigos, de andarem os soberanos a viver de quando em quando nas residencias dos seus subditos.

Continuemos por agora com a chronica do paço de Bragança.

CAPITULO VII

O palacio depois de 1640.—Comparam-se algumas vistas antigas do paço dos duques de Bragança.—Conferencia dos conspiradores da restauração portugueza, em que se escolhe para o grande feito o dia 1.º de dezembro.—Primeiras sessões da academia real de historia.—Descripção da ultima phase do palacio conforme a sua reconstrucção por el-rei D. João v.—O largo das duas egrejas.—A Cordoaria e a rua do Thesouro.—Hospital dos religiosos varatojanos.—A casa denominada dos arreios.—Medições.—O palacio do marquez de Valença.—Menção detida da famigerada Imagem da Senhora da Graça sobre a porta oriental do paço do duque.

Quando subiu ao throno de seus antepassados o duque D. João ii, com o titulo de rei de Portugal D. João iv, deixou o palacio de ter a importancia que tivera, visto como a Ribeira, o sumptuoso ninho hereditario dos nossos soberanos, ficou sendo a residencia do reinante. Serviu então o solar brigantino de thesouro, archivo, e guarda-joias da familia de Bragança; d'onde á antiga rua *do Picadeiro* se entrou a dar o nome de rua *do Thesouro* (depois *Thesouro velho* como ainda hoje succede).

*

Vistas antigas do paço, poucas encontro dignas de menção. Braunio apresenta um desenho, que nenhuma idéa chega a dar do estado da casa. A vista de 1650 mostra-nos um palacio alto, com janellas muito compridas. O quadro a oleo da Academia, esse pinta o edificio com um aspecto, que lembra vagamente o de hoje. É preciosissimo documento. Executava esse quadro (segundo mostrei n'outro sitio[1], Simão Gomes dos Reis nos primeiros annos do seculo XVII; isto é, antes do anno de 1712 em que principiou a reconstrucção por el-rei D. João V; logo, o que ali vemos é o estado do paço no seculo XVII, porque este mesmo paço, tão nobre e tão grande, escapára a 4 de outubro de 1708 a um voraz incendio, que aliás destruiu muitas casas na rua chamada *de Cima*, na parte inferior d'elle[2].

*

A essas pedras velhas tocara uma honra insigne, e que é impossivel deixar de commemorar; n'algum salão d'este paço, ou nos quartos que habitava o doutor João Pinto Ribeiro, na sua qualidade de secretario, ou agente, do duque D. João II, se reuniram os conjurados em 1640, n'um d'aquelles synedrios que esboçaram a restauração portugueza.

[1] *Lisboa antiga*, parte I, pag. 343.
[2] *Dem. hist.* pag. 433.

Conta o conde da Ericeira, que tendo João Pinto ido a Villa Viçosa, da parte dos conspiradores, conferenciar com o duque, na mesma noite do dia em que regressou a Lisboa (que era por signal domingo 26 de novembro) se ajuntaram na dita sua casa a maior parte dos apalavrados, e ahi se concertaram todos em escolher definitivamente o dia 1.º de dezembro[1].

Pode haver nobilitação mais alta para um casebre historico?

*

Depois de tantas vicissitudes, coube a el-rei D. João v, o magnificente edificador de tantas maravilhas de arte, refazer á moderna, no estylo italiano, este solar vetusto de seus avós, além de reedificar o de Villa Viçosa[2]. Foram amplas e opulentas as suas obras, a julgarmos pelo que ainda d'ellas resta sobre a rua do Thesouro Velho: enormes portões blasonados, janellas altas ornamentadas, e tudo com certo ar solemne e grandioso, que abate as casas modernas que se lhe vieram anichar de roda.

Começou a reconstrucção em 5 de janeiro de 1712[3], segundo frei Apollinario. Quantos annos levou não sei; mas sei que á mesma casa se liga tambem um paragrapho nobilissimo da nossa chronica litteraria: nada menos que a celebre e util academia real de

[1] Conde da Ericeira. *Portugal restaurado*, tom. I, pag. 95.
[2] *Hist. gen.* tom. VIII, pag. 262.
[3] *Demonstr. hist.*, pag. 432.

historia, que teve por primeiro albergue uma sala no paço ducal em dias d'el-rei D. João v[1].

*

Tendo os instauradores, bafejados por el-rei D. João v, celebrado umas pequeninas reuniões preparatorias no aposento do padre D. Manuel Caetano de Sousa na casa da Divina Providencia (hoje o Conservatorio) deu conta em 26 de novembro de 1720 o padre D. Manuel, de que el-rei mandara ordem para se prevenir e adornar uma sala no paço dos duques de Bragança, a fim d'ahi se celebrar a 8 de dezembro seguinte a conferencia academica inaugural[2].

Com effeito, n'esse dia se reuniram na dita sala trinta e quatro consocios á hora aprazada. N'um banco de espaldas collocado junto da grande meza da presidencia sentaram-se os seguintes academicos: o padre D. Manuel Caetano de Sousa eleito director, tendo aos seus lados os censores eleitos, marquez de Fronteira, marquez de Abrantes, marquez de Alegrete, e conde da Ericeira. Ao lado direito da presidencia sentou-se a uma banda da meza o conde de Villar-maior secretario. Finalmente, no ambito da sala, a pequena distancia, tomaram assento sem precedencia nos bancos para isso destinados, os membros d'esta importantissima corporação.

[1] *Hist. gen.*, tom. VIII, pag. 244.
[2] *Collecção de documentos* etc. da acad. r. de hist., tom. I.

Á circumstancia de ter sido aquelle mesmo paço ducal, oitenta annos antes, um dos poisos dos conjurados da restauração, alludiu o illustre director no seu discurso, dizendo:

... *Quer el-rei nosso senhor, que os eruditos congressos ... se façam n'este palacio, por ser o mesmo logar, em que ha oitenta annos se faziam os congressos, em que quarenta fidalgos ... disposeram que se restituisse a corôa á ... casa de Bragança.*

*

Tentarei descrever em quatro traços o sitio d'este paço, e o seu aspecto ao tempo do terremoto. Comecemos desde o nosso actual largo das Duas Egrejas.

Tambem lhe chamava o povo *largo das cavalhariças*, porque sobre elle davam as portas das cavalhariças reaes, tornejando sobre a Cordoaria nova, que era uma estreita rua ao longo da muralha, e com a directriz da parte occidental da nossa rua do Thesouro Velho. Corria esta rua da Cordoaria nova (não confundamos com a da Cordoaria velha, que era pela nossa rua de S. Francisco) corria esta rua da Cordoaria nova na linha norte sul, no comprimento de 110 varas, 4 palmos, e $^4/_{10}$, e com a largura approximada de 10 varas, 2 palmos, e $^7/_{10}$.

Parallela á Cordoaria nova corria a rua do Thesouro, onde havia, do lado do paço, isto é do lado oriental, um hospicio dos religiosos do Varatojo. A sua frente formava um angulo entrante obtuso com a propriedade contigua, e tinha de comprido, in-

cluindo um pateo, 38 varas e $^{6}/_{10}$; de fundo tinha 5 varas, 4 palmos, e $^{6}/_{10}$.

Fundara este hospicio em 1685 el-rei D. Pedro II[1]. Destruiu-o inteiramente o terremoto e fogo de 1755; pelo que el-rei D. José deu aos varatojanos dois prediosinhos de casas, que tinham pertencido aos padres jesuitas na rua da Conceição á Cotovia[2].

Ao hospicio dos varatojanos seguia-se a casa chamada *dos arreios*, já do paço, onde se guardavam todas as alfaias dos ginetes reaes. Media 11 varas de frente.

Seguia-se outra parte das dependencias do paço, onde era a enfermaria dos creados do rei. Media 29 varas de frente. Mandara fazer esta enfermaria el-rei D. Pedro II em 1683, e continuara-lhe a sua desvelada protecção el-rei D. João V[3].

Seguiam-se umas cavalhariças reaes, successoras e herdeiras das que no volume antecedente[4] mostrei tão opulentamente sortidas no paço dos Estáos; e emfim principiavam as altas e arrogantes paredes do palacio.

[1] Informações manuscritas na Torre do Tombo para o diccionario de Luiz Cardoso, e que se encontram na *Dem. hist.*, etc., etc,.

[2] J. B. de Castro, *Mappa*. Hoje dizemos *rua da Conceição á praça das Flores*.

[3] *Dem. hist.* pag. 422.

[4] *Lisboa antiga*, p. II. tom. IV, pag, 115, 116 e 124.

*

Apresentava o antigo solar historico dos Bragan-
ças, na sua reconstrucção ultima, um frontispicio
para a rua então chamada do Thesouro (e tambem
do Picadeiro) com o comprimento de 52 varas e
tanto até ao Arco do Thesouro, e 35 varas de fundo
nos dois extremos; mas no meio tinha de fundo 40
varas, e na extremidade meridional do mesmo pa-
lacio, da banda do dito Arco, avançava o cunhal
direito do frontispicio ressaido para fóra sobre dois
cantos rectangulares, dos quaes o primeiro media
de frente 7 varas sobre 5 de fundo, e o segundo 6
varas sobre 4. Constituia esse frontispicio a banda
oriental do palacio; e o seu opposto parallelo for-
mava pois o lado occidental, e o outro cuja face olha-
va para o sul, onde verdejava um pequeno jardim
estreito, segundo permittia a figura da ribanceira que
sustentava o edificio, isto é uma parte parallela á
frente, medindo 13 varas sobre 5, e a outra forman-
do angulo muito agudo com esta frente no compri-
mento de 23 varas.

Tinha o palacio lojas, sotãos, e dois andares, e
partia totalmente sobre si com paredes proprias a
todos os quatro quadrantes.

*

Ao poente do palacio, a pouca distancia (distan-
cia occupada hoje pelo pateo do hotel) erguia-se o
palacio dos marquezes de Valença, ramo da casa de

Bragança. Era um nobre e elegante edificio, que tinha o seu logar onde é hoje o jardim do mesmo hotel. Tudo isso se demoliu e se transformou. O palacio Valença apparece em ruinas perfeitamente claras na magnifica vista gravada em cobre, no fim do seculo passado ou principios d'este, por Allix, sobre desenho de Noël, e dedicada ao duque de Lafões. É rara[1].

Desde o cunhal direito do palacio Bragança até ao cunhal esquerdo do do marquez de Valença media a rua do Thesouro (tambem chamada do Picadeiro) 6 varas e tanto.

Não se está a vêr n'esses esboços que deixei, tão desalinhada mas tão exactamente pintados, a feição geral do actual casarão enorme do hotel de Bragança[2]?

*

Havia n'este palacio immenso duas entradas; uma para o poente, outra para o nascente; dil-o em 1707 o *Santuario Mariano*[3]; e accrescenta que na do nascente, que fazia de vão uns trinta palmos, se via então sobre a porta, pela banda de dentro, uma lamina de Nossa Senhora da Graça. Diziam as memorias antigas ter sido ali collocada desde a fundação do palacio. Era pintura muito devota, de palmo e meio (pouco mais) de altura, e o mesmo de largura.

[1] Existe encaixilhado um exemplar d'esta esplendida gravura n'um gabinete da bibliotheca nacional.

[2] Essas noticias, medições, etc., foram todas tiradas do tombo authentico da reedificação de Lisboa.

[3] Tom. 1, pag. 496.

Via-se a Virgem com o Menino ao collo, aconchegando-o ao peito. Em roda pendiam constantemente mil promessas dos fieis.

Como era muito querida esta Imagem, tinha grandes festas e orações dos visinhos, que, segundo o uso geral, lhe resavam á noite ladainhas, e lhe accendiam candeias.

Depois da acclamação, passou essa devoção com mais especialidade para cargo dos musicos da capella real, que na proxima egreja dos Martyres, para maior grandeza, festejavam outra Imagem que lá havia da mesma Senhora. Em quanto foi vivo um grande influente da irmandade dos musicos, o mestre de capella Sebastião da Costa, continuou tudo muito bem; com a morte d'elle esfriaram os enthusiasmos; até que, passado tempo, concertaram os visinhos novamente o pequenino poiso da Virgem, fizeram-lhe novo nicho, ou tabernaculo, com columnas salomonicas, altar, e banqueta, revestiram tudo de côres e oiros, adornaram o recinto de flôres artificiaes, jarras, castiçaes, e todos os sabbados e dias de Nossa Senhora ali resavam com regularidade as ladainhas.

Com a reconstrucção feita por el-rei D. João v, e principiada em 1712, levantou-se capella especial á Senhora da Graça, com porta para a rua da Cordoaria nova (a nossa do Thesouro Velho), e uma sineira a cada lado da janella do côro.

Quem o diz em 1750 é um bom informador, o sempre citavel frei Apollinario da Conceição [1],

[1] *Dem. hist.* pag. 422.

dando-nos a dita capella como *muito perfeita*, e tendo côro e pulpito. Segundo elle, occupava o throno da tribuna *uma linda Imagem da Senhora com o Menino Jesus em seus braços*, *de madeira estofada*, *que terá de altura* (diz o escriptor) *cinco palmos*.

CAPITULO VIII

O terremoto de 1755 arraza o paço e seus arredores.—Como essas ruinas chegaram ao nosso tempo.—Desde 1837 é projectada, e levada a cabo poucos annos depois, a nova rua *do duque de Bragança.*

Depois do terremoto de 1755 ficou o paço dos duques, e o seu arredor, quasi de todo destruido.

Diz um coevo, o citadissimo Castro, no *Mappa,* que apenas escaparam dez familias no pateo interior chamado dos coches. O que mais que tudo contrista os cultores de antigualhas portuguezas é a perda irreparavel do riquissimo cartorio ducal, que desde pouco tempo se achava reorganisado pelo prestante mestre de campo general Manuel da Maia, guarda-mór do dito archivo, e que ali (como no da Torre do Tombo) tão bom serviço soubera prestar.

Tornou-se todo o edificio um cahos indescriptivel, pelo meio do qual se anicharam barracas e baiucas de pobrissima apparencia, que deram ao sitio a feição de uma *cour des miracles,* das de peor fama. Já n'outro livro, o 1.º volume das *Memorias de Casti-*

lho, esbocei o pouquissimo que pude alcançar no assumpto (isso é anterior a mim), e mostrei entre os escombros, na parte do casarão occupada hoje pelo predio do hotel de Bragança, a officina do nosso grande esculptor Joaquim Machado de Castro, e o seu escriptorio com panos de raz, e a sua varanda corrida, lá ao sul, dominando o Tejo.

Sobre a rua do Ferragial de cima, junto ao que é hoje o hotel, havia um arco, chamado *do Thesouro*; junto ao theatro de S. Carlos, no sitio ainda hoje chamado *largo do picadeiro*, era o picadeiro dos cavallos da casa ducal, por modo que não havia passagem directa entre a rua do Outeiro e a do Ferragial de cima.

Todo esse regimento de casebres mal alinhados bradava ao ceo; parecia um magote de mendigos de Velasquez, esgarçados e immundos, a tomarem o sol embuçados n'um farrapo de veludo da capa de um grande de Hespanha. Era indispensavel, em nome do bello (que em toda a parte tem os seus foros) varrer d'aquella paragem elegante e concorrida um tal acervo de detritos.

Parece que as auctoridades acharam opposições (sempre as ha), visto como em março de 1835 declara a camara municipal ter empregado EM VÃO *todos os meios que estavam ao seu alcance para se destruirem as ruinas do Thesouro Velho, e se estabelecer ali uma edificação regular* [1].

Mas como a causa era justa, insuflou a Providen-

[1] *Synopse dos princ. act. admin. da camara municipal de Lisboa*, em 1835, pag. 12.

cia actividade aos vereadores, e logo em setembro de 1837 eram mandados intimar os moradores das barracas, para as despejarem no termo de oito dias, a fim de serem demolidas na confórmidade da intimação já feita aos donos[1].

No mez de outubro seguinte deu a camara ao governo parecer favoravel sobre uma rua projectada, que devia communicar a do Outeiro com o Ferragial de cima (é a nossa actual rua do duque de Bragança)[2]; e logo em setembro de 1842, estando essa bella rua a fazer-se, se procedeu á abertura do respectivo cano[3].

D'ahi em diante correram com celeridade as obras; em pouquissimos annos tinhamos ali uma das mais bellas ruas da capital, orlada de predios magnificos, e gosando de todas as vantagens do centro do povoado, e ao mesmo tempo de todo o silencio de um bairro suburbano.

Á casa de Bragança deve pois Lisboa este melhoramento, um dos mais notaveis que nobilitam o coração da cidade.

[1] *Synopse dos princ. act. admin. da camara municipal de Lisboa*, em 1837, pag. 24.
[2] Idem, pag. 27.
[3] Idem, em 1842, pag. 27.

CAPITULO IX

Descreve-se o medonho incendio de 1 de agosto de 1841.— Os predios novos da casa de Bragança.— Mencionam-se alguns inquilinos mais illustres dos ditos predios.— O marquez da Fronteira D. Trasimundo Mascarenhas Barreto.— O duque de Avila e de Bolama Antonio José d'Avila.

Não deixarei agora de referir-me, com a possivel minuciosidade, ao horrivel incendio, que em 1 de agosto de 1841 devorou uma parte grande do palacio e das casas contiguas. Eu conto.

Pelas 11 horas da manhã d'esse dia memoravel, pegou o fogo n'um armasem de moveis do marceneiro allemão Futcher, junto ao arco que dava passagem para a rua do Ferragial de cima, e em poucos instantes assumiu proporções assustadoras. Lembro-me da impressão aterradora que em Lisboa causavam os incendios, não ha ainda muitos annos, com a vozeria lamentosa dos campanarios tocando a rebate n'um desatino de funeral. Bradaram pois todas as torres o alarma á população, e convergiram para aquelle ponto as attenções geraes.

Acudiu o inspector dos incendios, e deu as suas ordens; eram porém as labaredas impellidas pelo

vento de tal fórma, que ao tempo em que se começava a fazer um corte no meio do edificio, irromperam as chammas muito para além do sitio em que se trabalhou. Acudiu a guarda municipal em força, acudiram piquetes de todos os corpos, as guarnições dos navios de guerra portuguezes, e a da corveta franceza *La Coquette*, commandadas pelos briosos officiaes. A elles se deveu não ter ardido a hospedaria de M.me Bellem, que era no extremo do Feragial, e a casa fronteira. Tambem concorreu a tripulação de um brigue inglez, e fez admiravel serviço.

Do ministerio achava-se em Lisboa só o ministro dos negocios estrangeiros, o duque de Palmella D. Pedro de Sousa Holstein, porque todos os seus collegas tinham ido a Cintra aos annos da duqueza de Bragança; compareceu logo o duque de Palmella, e assistiu todo o tempo. Viram-se tambem, nos sitios mais perigosos, animando e ajudando, o valente José Jorge Loureiro, o segundo commandante da guarda municipal, o capitão Barrot, monsieur de Saint Maurice ajudante de ordens do duque da Terceira, o qual estava tambem em Cintra, o sabio Luiz da Silva Mousinho de Albuquerque, o major Miranda, do regimento 16, o secretario da administração geral (governo civil), e muitas outras pessoas conhecidas.

Chegou o fogo até ao grande quarteirão onde era a casa de pasto do Isidro, praso-dado dos elegantes, que formava a extremidade sul do palacio; salvou-se porém a parte que se andava então reedificando, e a que lhe ficava contigua e deitava para a rua do Thesouro Velho.

Arrojava o vento materias inflammadas sobre os telhados da rua do Ferragial de baixo, chegando a caír sobre o tecto da egreja do Corpo Santo.

Foram consideraveis os destroços. Ardeu o machinismo da fabrica de tecidos de José Jorge Loureiro; muitas familias ficaram sem casa, e sem um fio, apezar dos prodigios de valor dos que ajudaram a debellar o terrivel inimigo, distinguindo-se entre os paisanos os empregados do Thesouro Joaquim José de Araujo e F. Poppe, e entre os officiaes estrangeiros o francez M. Laurent, tenente da *Coquette*. Innumeraveis feridos foram conduzidos para o hospital; um membro da respeitavel familia Duff correu grave risco, e salvou um menino que tinha ficado desamparado n'um quarto já cercado pelas chammas; e finalmente o capitão de fragata R. J. Rodrigues França, depois de haver salvo algumas senhoras ia a sair por uma janella, mas com tanta infelicidade o fez, que resvalou da escada de mão, e caiu de grande altura, quebrando um braço, uma perna, e a cabeça, ficando em perigo de vida.

Foi um verdadeiro horror aquelle tão fallado e tão lamentado incendio do Thesouro Velho! Ainda hoje, quarenta e cinco annos depois, nos arripiamos ao recordar o que nossos paes nos contavam d'esse dia de sustos e terrores [1].

[1] Descripção feita sobre artigos dos jornaes do dia 2 de Agosto de 1841, *Diario do Governo*, e *Correio de Lisboa*.

*

D'então em diante foi a pulos a construcção dos opulentos e elegantes predios da nova rua, por conta da casa de Bragança, cujo brasão de armas adorna essas paredes; e já em 1845 ou 46 me lembro de ter visitado n'essa rua, com meus paes, inquilinos que não sei já quem eram.

Bellos predios são estes na verdade, e muito mais bellos comparados com o que se usava, e usa, em Lisboa. Oiço que (apezar das altas rendas) o juro que d'elles tira a casa de Bragança é pequenissimo, tanta foi a bizarria da construcção; caros madeiramentos, muito pé direito, optimos materiaes, muito ar, tudo contribue para tornar as moradas da rua do Duque magnificas e confortaveis. Seja embora assim: Os proprietarios preferem não tirar bom juro em dinheiro. O seu melhor juro é a gratidão publica pelo bom exemplo que deram.

*

N'esta rua residiu (creio que desde 1850, ou antes, mas não sempre na mesma casa, e falleceu, depois de longa doença, em 3 de maio de 1881, no 1.º andar do predio que hoje tem os numeros 20, 22, e 24 o nosso notavel e honradissimo estadista duque de Avila e de Bolama, e na mesma casa ficou residindo a sua virtuosa viuva. Essas salas viram muitas e frequentes reuniões, presididas pelo duque. Todas as noites elle recebia; e era curioso observar n'aquelle

barometro as alterações provaveis da meteorologia politica de Lisboa. As agitações partidarias iam ali reflectir-se logo. A casa do duque de Avila era um ponto muito alto, em que todos tinham os olhos fitos. A presença ou ausencia de certos personagens ali, á noite, era indicio do qual todo o Chiado se occupava no dia seguinte.

Tudo isso acabou. Ali só vão hoje os amigos fieis, dedicados á memoria do venerando ancião, cujo magnifico retrato por Miguel Lupi ainda ali pende, como presidindo ainda ás reuniões. Na reclusão da sua viuvez a duqueza de Avila mantem, como sacerdotisa do culto nobilissimo de uma gloria nacional, a sua inalteravel saudade.

*

N'esse mesmo andar residiu antes dos duques a respeitavel familia O'Neil; antes, o nobre marquez de Fronteira D. José Trasimundo Mascarenhas Barreto, uma das mais sympathicas e venerandas figuras que tive a fortuna de conhecer, da aristocracia velha de Portugal. Antes d'elle a familia ingleza Payant.

São tudo isto nobilitações para a chronica intima da rua do Duque de Bragança; hão-de valer muito mais d'aqui a duzentos annos; tenho fé.

CAPITULO X

Officina do escultor portuguez José Simões de Almeida nas lojas da casa occupada pela duqueza de Avila.— Penetra-se com o leitor no quarto do insigne artista.

N'esta mesma rua do Duque de Bragança é hoje, ha mais de dez annos, a officina do sr. José Simões de Almeida Junior.

Que me perdôe a modestia do nosso já tão notavel esculptor, se venho franquear assim á gente estudiosa as portas de um asylo, onde elle se furta horas por dia ás frivolidades de Lisboa. É ali o seu ermiterio. Sósinho com o seu estro, e entre bons companheiros de tarefa, lida com um affinco, um denodo, que lhe fazem honra a elle, e á terra em que nasceu. Em tão verdes annos ninguem conseguiria mais!

Eu por mim sempre achei uma poesia immensa n'estas figuras dos grandes artistas, devotados quasi sempre sem estimulo ao culto do bello e do bom, pairando com a alma acima do bulicio estupido das turbas, e derramando sobre ellas, desde muito alto, a luz suave e restauradora da Arte.

Não os avalia o publico; isso não; mas elles, incançaveis, continuam a beneficial-o, dando-lhe cem por um, melhorando-lhe a alma, e como que perfumando-lhe o coração.

D'entre todos os trabalhadores da colmeia humana, reconhece-se logo o artista. Ha uma serenidade profunda n'aquelles olhos, um lampejo de clarões de além-mundo, e uma tristeza indefinivel! Sabem o que é essa tristeza? a nostalgia do azul.

Sim, a nostalgia; o artista é um desterrado, mas um desterrado providencial.

Sem Arte, sem os dedicados e perseverantes labutadores da Arte, que seria a sociedade? um pragal, um Saharah de amarguras. Curiosa contradicção! elles que só teem tristezas.... espalham alegrias.

Padece o homem; chora; estorce-se, agrilhoado ás exigencias inexoraveis da vida. Chega ás vezes a descrer de si, e a ter arrancos para descrer da Divindade. Ouviu-lhe os gemidos, lá n'um alcáçar onde habita, uma fada luminosa que se chama a Arte; e devagarinho, sem bulha, entre sorrisos de mãe, entre caricias de namorada, desce pé ante pé, e vem poisar silenciosa junto d'elle. Vê-o chorar; amima-lhe a fronte pallida, e consegue, a poder de doçuras, tornar-se a protectora e a amiga de um coração ermo de affectos. Faz com que torne a amar, elle que já o não sabia; ensina-o a resignar-se, elle que já o não podia; volta-o para Deus, e dá-lh'o a conhecer.

Que victoria!

*

A Arte é só uma; e quer se chame estatuaria, quer poesia, quer pintura, quer musica, falla a mesma linguagem singela que Deus lhe ensinou a ella e á Natureza.

Por isso é que eu vejo em cada cultor do bello um missionario de Deus, um sacerdote. Por isso é que todo o artista é para mim sagrado. E ao passo que me fazem rir os ambiciosos, com as suas odientas vaidadesinhas, os seus artigos com que elles julgam governar o mundo (em cima do varal), e que a final só duram dois dias, os seus sophismas conscientes, e a sua nullidade balofa... vejo no artista grande nm espirito magnanimo aquecido de bemquerença, um beneficiador, um foco intellectual a irradiar luz de civilisação verdadeira.

*

Vamos andando, todos nós, magnates e nullidades, bons e maus, ricos e pobres, ao longo da estrada da vida. Quem nos alastra sombras á beira do caminho? a Arte. Quem nos offerta flores e pomos de oiro por entre os espinhos dos vallados, ou por sobre o espigão dos muros velhos? Quem? a Arte, que é um sol.

Depois, os nossos commodos, os regalos das nossas horas de ocio, devemol-os a ella, a ella só. Serviçal e docil, ella filha de Deus, toma todas as fór-

mas, amolda-se a todas as exigencias, e faz-se a companheira democratica das industrias, filhas do homem, inspirando-as, dirigindo-as, sobredoirando-as com os seus reflexos immortaes.

Nós muita vez nem sequer o suspeitamos; não percebemos n'esses artefactos baratissimos, com que as machinas americanas, francezas, inglezas, e allemãs, nos presenteiam cada dia, o que ali vae de prodigios artisticos! quanto meditaram e lidaram os maiores artistas em successivas gerações, e ha centenares de annos, para educarem o espirito de artifices boçaes, a ponto de fazerem de um castiçal, de um livro de gravuras e chromos, de um candieiro de bronze, de um relogio, de um peso para papeis, de uma cortina, de uns estofos, ou de umas cadeiras, objectos verdadeiramente notaveis, como concepção e como execução, pequeninas maravilhas de Arte, e onde a Arte rutila em todo o seu esplendor.

Foi essa, quanto a mim, a assignalada victoria do espirito industrial moderno: democratisar a Arte, e pôr obras artisticas de cunho ao alcance de todos os haveres.

D'este modo Phidias e Canova, Raphael e Sassoferrato, enfeitam hoje a modesta poisada do burguez, elles que d'antes só penetravam nas estancias dos opulentos. Oxalá nos convencessemos do poder que tem a Arte, de nos melhorar! Oxalá a protegessemos e a promovessemos com todas as nossas forças! Engenhos não faltam; falta aproveital-os.

*

Quantos tenho já conhecido, quantos tenho visto brotar e morrer n'esta plaga portugueza! definhar e morrer por falta de calor! Pois ao passo que os jornaesinhos malevolos e demolidores pullulam e servem de degrau, elles, os artistas, afastados do mundo militante, alheios aos corrilhos, e concentrados nas suas tarefas, vivem de sonhos; por fim morrem entre melancolias e desenganos, e duvidando.... até de si proprios!....

Ora d'entre os artistas portuguezes é Simões de Almeida um dos meus dilectos. Tenho-o acompanhado a passo e passo; tenho ido desabafar com elle, como com um amigo, toda a vez que presenceio desacatos á Magestade da Arte!: a venda do tecto da sala dos reis nos Jeronymos! a restauração anachronica de alguma egreja! tenho ido retemperar as minhas theorias litterarias ao calor das suas theorias artisticas; e á sombra d'elle, n'aquella atmosphera serena da officina, rodeado de estatuas e bosquejos onde referve o talento, tenho (quanta vez!) encontrado a placidez que me desamparava, o calor que por pouco me fugia.

Ali vou ás vezes, e ali me tenho encontrado com outros membros, mais ou menos enthusiastas, da mesma confraria. São momentos furtados á prosa; são uns parenthesis de poesia, que dão muita vida a quem os sabe gosar. Sentâmo-nos, fumando e conversando, e pedimos ao mestre que vá continuando; e elle continúa, ouvindo-nos, e tomando parte nas

nossas discussões, e dirigindo-as com o seu juizo sempre seguro, feito de muito engenho e muita meditação.

É bello observar o artista na meia luz da sua officina. Aquelle olhar, velado de tristeza vaga, paira n'um mundo á parte; sob o escopro vão-lhe brotando as obras; vae o talento arrancando de dentro do Carrara a vida que lá jaz. E em volta de nós palpita o barro, o gesso, ou o marmore, já na encantadora figura da *Puberdade*, a que eu chamo a castidade da nudez, já na buliçosa linha do *Saltimbanco*, já na *Saudade*, que é um encanto de concepção, já na senhoril postura da melancolica *Ignez de Castro*, já na expressão dolorosa e grandiosissima do Crucifixo colossal para o mausoleo de Herculano.

Tudo falla; as paredes conversam comnosco e instruem-nos. Aqui pende uma armadura velha; acolá uns fragmentos de esculpturas de Miguel Angelo em gesso; mais além o esboceto informe de um Camões em barro. A um lado o torso divino da Venus de Milo, ou os pés encantadores de certa florentina modelados do natural....

. . . .

Até me lembro de que uma vez, tendo o mestre estado a pintar dias seguidos (sim, Simões de Almeida tambem é pintor), e tendo limpado sempre a espátula e os pinceis n'um pedaço de taboa que alli achou, notou por fim, com aquelles olhos visionarios dos artistas, que da confusão do amalgama de tintas variadas saia o que quer que fosse. E contemplou, e observou de longe (e observámos todos) um ceo ennevoado, e uns terrenos com penedos, e uns ar-

voredos confusos; paizagem grandiosa e silvestre, que o acaso ali engendrára por si! Faltava apenas animar os primeiros planos; propoz alguem uns boisinhos; e fizeram-se os boisinhos; e o quadro ficou.

....

Mas agora a serio: o genio d'este artista dá para muitissimo. Tem conseguido milagres apezar de viver em Lisboa. Abrange todos os generos; ressoa em todas as cordas; vibra em todos os corações. Se me fosse dado especialisar, se eu tivesse os dotes criticos, que me faltam, diria que o talento de Simões de Almeida brilha principalmente na traducção e interpretação da belleza feminina.

Como é uma indole de eleição, cheia de mil cambiantes delicados, e por assim dizer iriados, entende como ninguem a indole da mulher, e fal-a rutilar á flor do rosto das suas creações femininas. Que ha mais profundo que a alma da mulher? para a sondar... só uma alma como a d'este mestre.

*

Eis a verdade, quanto a mim; e Simões, que me conhece, sabe que eu não quereria lisongeal-o. Não sei lisongear; o mal que penso, calo-o muita vez; o bem que penso não o posso reprimir. Digo as verdades ás vezes com enthusiasmo, sim, mas porque o sinto; que culpa tenho eu de o sentir?

E (pergunto) porque havemos de esperar sempre pela morte dos benemeritos para expandirmos então os nossos enthusiasmos? Não ha n'essa reserva uma especie de cobardia?

CAPITULO XI

Chronica do *hotel de Bragança*.— Corre-se a lista de alguns viajantes illustres que em visita a Lisboa ali teem habitado.

Voltemos um pouco atraz, e fallemos agora no hotel de Bragança, a primeira hospedaria lisbonense de hoje em dia.

Vê-se do Tejo, e de muita parte de Lisboa; avulta com certo sobrecenho aquella vasta fabrica, de cujas paredes ainda se não desapegou o nome dos antigos senhores do sitio. Na face meridional tem dois andares, com onze sacadas em cada um, e varanda corrida. Por cima outro andar de mezaninos quadrados, e por cima os sotãos com uma especie de terraço em volta, praticavel, d'onde se gosa o mais espantoso panorama. Para a rua do Ferragial (lado norte), tem os mesmos andares com onze janellas de peitos. A cada uma das duas fachadas, occidental e oriental, dois andares com quatro janellas. A entrada é pelo pateo gradeado junto ao jardim; ahi tem dois portões.

*

Se o hotel de Bragança podesse contar a sua chronica, fazia os mais curiosos annaes que é dado imaginar, da vida elegante da maioria dos estrangeiros illustres que visitaram Lisboa n'estes ultimos cincoenta annos. Testas coroadas, principes, sabios, diplomatas, tudo tem habitado ali.

Mencionarei em primeiro logar que moraram no andar nobre, nas salas correspondentes ás dos antigos duques, onde ainda agora assistimos ao sarau das nupcias, suas magestades o imperador e a imperatriz do Brazil.

Ahi receberam os augustos viajantes a visita de toda Lisboa.

A sala imperial (deixarei aqui de passagem este pormenor) era forrada de damasco amarello; a mobilia, de damasco vermelho e amarello, tendo em todas as poltronas e cadeiras as armas reaes portuguezas esculpidas na madeira do espaldar. A um lado entre as janellas um enorme espelho de moldura doirada, e sobre o tremó grandes jarrões de Sèvres. Do tecto pendiam dois lustres para velas, de crystal de Veneza. No chão via-se rica alcatifa. Nas paredes retratos da familia real portugueza: a senhora D. Maria II, o senhor D. Fernando, o senhor infante D. Luiz (já então rei), o senhor infante D. João, etc.

A rainha da Suecia, irmã de sua magestade imperial a duqueza de Bragança, tambem habitou este hotel, nos mesmos quartos dos imperadores do Brazil.

Tambem esteve aqui residindo alguns dias o sultão de Zanzibar.

Occorrem-me mais a celebre e extravagantissima actriz franceza Sarah Bernhardt (abril de 1882), e a viuva de Rattazzi, hoje madame de Rute.

Lembro-me tambem de Lady Murray, de madame de Koudriafski, do talentoso Rubenstein, rabequista de altissimos quilates, do insigne litterato castelhano D. João Valera, a cuja gloria bastaria o ser auctor da *Pepita Ximenes* e do romance *Las ilusiones del doctor Faustino.*

Além d'esses, percorrendo os livros modernos do hotel, por amabilidade do pessoal gerente (os livros antigos parece que não existem), encontrei nomes muito notaveis, que vou aqui lançando ao acaso:

O celebre pintor francez Carolus Duran; o rei Kalakawa (agosto de 1881) e toda a sua comitiva; os embaixadores do Japão; o marquez de Guadalmina, castelhano; outro castelhano illustre o marquez de Selva-Alegre; o inspirado e erudito musico hespanhol D. Guido Remigio Barbieri; sua alteza a princeza imperial do Brazil, seu marido o senhor conde de Eu, e o seu sequito; o sympathico e mallogrado ministro do Brazil Lopes Gama; o actual ministro o sr. barão de Carvalho Borges antes de montar a sua legação ás Chagas; o principe japonez T. Arisugawa, e sua comitiva; o conhecido financeiro conde de Camondo; lady Brassey; o principe japonez Prisdang (maio de 1883); o principe chinez Tong King Sing (setembro de 1883); o principe de Oldemburgo e sua familia varias vezes nas suas idas para a Madeira; Kruger, ex-presidente da republica do Trans-

vaal (abril de 1884); madame Judic actriz franceza (outubro de 1884); o ministro inglez M. Morier; sir Douglas Forsyth (junho de 1885); o principe de Hoenloe Sehringen (novembro de 1885); lord Elphinston, mandado expressamente pela rainha de Inglaterra para assistir em nome de S. M. aos funeraes d'el-rei D. Fernando (janeiro de 1886); o general Jacmart, que tinha egual missão por parte de S. M. el-rei dos belgas; o actual ministro dos Estados Unidos da America M. Lewis e sua familia. etc.

Mencionarei um dos ornamentos das lettras americanas e portuguezas, Monsenhor Joaquim Pinto de Campos, festejado auctor de tantas obras de cunho, e a quem bastariam para brasão os seus commentarios ao Dante. O quarto n.º 26, no segundo andar, é o ninho predilecto, ha já muitos annos, d'este illustre prelado com cuja amisade, já hereditaria, me ufano.

Ha finalmente outros hospedes, com quem tive a honra de estreitar as mais affectuosas e cordeaes relações. Fallo do distincto diplomata americano Mr. Horatio Justus Perry, casado com a immortal poetisa castelhana a senhora D. Carolina Coronado Romero de Tejada, e sua filha a senhora D. Matilde Perry Coronado. Entraram no hotel estes illustres viajantes na tarde de 16 de outubro de 1873.

Desde essa data, celebre nos annaes da historia litteraria da peninsula, nunca mais a grande poetisa deixou Portugal, e aqui tem composto alguns dos seus mais admiraveis poemas. Ora na sua quinta historica da Mitra, em Marvilla, ora na sua *villa* encantadora de Paço d'Arcos, alterna essas estações

campestres com a residencia nos seus quartos do hotel de Bragança. Aqui recebe todas as noites alguns intimos, castelhanos e portuguezes, ou diplomatas estrangeiros, que attraídos pelo nome da illustre poetisa ali vão escutal-a, e render-lhe o preito da amisade sincera.

Tendo a honra de fazer parte d'estas *tertulias* tão agradaveis, e tão raras em Lisboa, folga o autor d'estas linhas de deixar estampado n'este livro o seu reconhecimento ás finezas de que tem sido alvo.

*

O que ahi fica tão laboriosamente averiguado ácerca do antigo palacio historico dos duques de Bragança, e do hotel de Bragança, é ainda assim assaz succinto. Podia ser ampliado com muitos e bons esclarecimentos tirados da inspecção minuciosa dos logares, se me tivesse sido permittido percorrer á minha vontade os restos do paço ducal no Thesouro Velho, e obter algumas noticias que me faltavam. Infelizmente nada pude. Talvez fossem indiscretos os meus desejos. Duas cartas que escrevi á pessoa competente ficaram sem resposta. Seria extravio no correio; foi de certo.

Proseguirei pois como podér no meu exame dos outros palacios da freguezia.

CAPITULO XII

Antigo palacio de Martim Affonso de Sousa defronte do mosteiro de S. Francisco.— D'onde vinha Martim Affonso.— N'esse palacio habitou em 1578 o cardeal-rei D. Henrique. — Em junho de 1579 são para ahi convocadas côrtes.— Por que linha veiu essa propriedade a caber no seculo XVIII aos condes do Vimieiro.—Estuda o autor, e explica a muito custo, o sitio mais ou menos aproximado do palacio.—A rua dos Cabides.—Relance de olhos ou rapida revista á nobre familia do Vimieiro.

A hospedagem, a que me referi, então muito vulgar, dos soberanos e outros principes em casa dos subditos, era um uso que hoje desdiz do que se costuma no nosso tempo. Nunca vi que el-rei andasse em Lisboa a fazer *estáu* das casas do duque de Loulé, ou do duque de Palmella. Aceite-se pois o que narrei como feição muito patriarchal de eras que já lá vão.

Como fallei da casa de Martim Affonso de Sousa, a S. Francisco, onde em agosto de 1578 se aposentou o cardeal D. Henrique, quero estudal-a. Sabe o leitor onde ficava? muito perto, por assim dizer de-

fronte do convento velho de S. Francisco. Averiguemos primeiro quem era o illustre senhorio do palacio.

Um antigo Martim Affonso de Sousa, senhor de Mortagoa, casou com Violante Lopes de Tavora; tiveram:

Pedro de Sousa senhor do Prado; casou com D. Maria Pinheira; tiveram:

Lopo de Sousa senhor do Prado, Pavia e Baltar; casou com D. Brites de Albuquerque; tiveram:

Martim Affonso de Sousa senhor de Alcoentre, do conselho d'el-rei D. João III, e governador da India, de quem tratei largamente n'outro logar[1]. Casou com D. Anna Pimentel, oriunda dos castelhanos condes de Benavente.

Basta. Esse Martim Affonso de Sousa, senhor de Alcoentre, andou fóra do reino grande parte da sua vida; não admira pois que alugasse ou emprestasse o seu palacio, onde acabamos de vêr residindo o cardeal. Varios autores se referem a essa residencia.

Tenho, por exemplo, aberta agora sobre a minha meza, e muito de proposito, a *Chronica d'el-rei D. Sebastião* por frei Bernardo da Cruz[2], onde leio:

Quando o senhor D. Antonio veiu do captiveiro (depois da batalha de Alcacer-Kibir) *alegrando-se el-rei D. Henrique seu tio muito com sua vista*, *o mandou aposentar no mosteiro de S. Francisco, muito perto das casas de Martim Affonso de Sousa, em que elle poisava.*

[1] *Lisboa antiga* p. II, tom. III, pag. 346 e seg.
[2] Cap. XCVI.

Passados mezes, viu essa mesma casa a reunião solemne das côrtes, convocadas pelo cardeal rei para se estatuir o que mais conviesse quanto á successão do reino, e reunidas pela primeira vez uma segunda feira 1 de junho de 1579[1].

*

Esse palacio justamente celebre pertencia no seculo XVIII, em 1739, quando se publicava o tom. XI da *Historia genealogica*[2], á familia dos condes do Vimieiro. O conde era então quinto neto, por linha feminina, do mencionado Martim Affonso. Quer o estudioso observar o como?

Pedro Lopes de Sousa, senhor de Alcoentre e Tagarro, alcaide mór de Rio Maior. etc., foi filho do citado Martim Affonso e de D. Anna Pimentel. Casou com D. Anna da Guerra; tiveram filha:

D. Marianna de Sousa da Guerra; casou com *D. Francisco de Faro,* senhor do Vimieiro; tiveram:

D. Sancho de Faro, senhor do Vimieiro, de Alcoentre, etc., casou com D. Izabel de Luna e Cordova; tiveram:

D. Diogo de Faro e Sousa, senhor do Vimieiro,

[1] Fr. Bernardo da Cruz, *Chron. d'el-rei D. Sebastião* capitulo CIII. *Hist. gen. da C. R. Provas*, tom. VI, pag. 178.

[2] Lê-se a pag. 177, que essas casas *são do conde de Vimieiro seu quinto neto, em cuja casa recaíu aquella* (de Martim Affonso).

[3] Idem, tom. IX, pag, 638 e 643.

senhor de Alcoentre, etc., casou com D. Francisca Maria de Mendonça; tiveram:

D. Sancho de Faro, senhor e conde do Vimieiro, casou com D. Thereza de Mendoça; tiveram:

D. Diogo de Faro, conde e senhor do Vimieiro, senhor de Alcoentre, etc., casou com D. Maria Josepha de Menezes. Foi este o alludido 5.º neto de Martim Affonso de Sousa.

*

Tentarei agora estudar o sitio onde ficava ao tempo do terremoto o palacio Vimieiro.

É difficil, difficillimo, fazer perceber a topographia do fragmento lisbonense enquadrado hoje entre a rua de S. Francisco, a calçada de S. Francisco, a rua nova do Almada, e o Chiado. Tudo isso ahi levou volta, e grande. Do meio (pouco mais ou menos) da calçada de S. Francisco saía uma rua que retalhava pelo meio o quarteirão. Quem observa attentamente, quem se debruça das trazeiras d'algumas d'essas casas, percebe ainda, quando tenha na memoria o plano antigo, o germen, o rudimento de algumas das extinctas serventias, disfarçado em saguões, em pateos, em quintaes, em passagens. Vejamos.

Ao descer a mencionada calçada de S. Francisco, vê-se do lado esquerdo, no cunhal do enorme predio que hoje é do sr. visconde de Coruche, e que para o largo da Bibliotheca Publica tem os numeros 2, 3, 4, e 5, a antiga directriz da rua dos Cabides.

Effectivamente (segundo os antigos tombos da cidade) corria a calçada de S. Francisco pouco mais ou menos de poente para nascente, como hoje; tinha até uma volta que dava do norte para o sul, 19 varas, 4 palmos e $^{4}/_{10}$ de palmo de comprido, sobre 3 varas e 3 palmos de largo; e a rua dos Cabides, começando no Chiado, vinha em sentido quasi opposto, na direcção norte sul pouco mais ou menos, encaminhando-se com a largura muito irregular de umas 3 varas; e depois de um percurso de 213 varas aproximadamente, morria na dita calçada de S. Francisco. Esta tornejava então na direcção do norte para o sul, até á esquina de um grande palacio de 26 varas de frente que desenhava o lado meridional da dita calçada. Era ahi o palacio Vimieiro, que firmava na sua penultima porta o limite das duas freguezias, dos Martyres e de S. Julião [1].

Não conheço vistas, nem indicações algumas, que me habilitem a formar idéa do que foi o palacio Vimieiro; só sei que ahi habitou em tempo d'el-rei D. João v o Nuncio, Monsenhor Firrao, eleito cardeal em 1731 [2]. Não me custa porém a admittir que esta casa, encostada á ribanceira ingreme do antigo monte Fragoso, e (segundo acima disse) *muito perto* do mosteiro de S. Francisco da cidade, campeasse no mesmo sitio (ou em sitio muito aproximado) onde hoje vemos o palacio do sr. visconde de Coruche (actual-

[1] A freguezia dos Martyres diz frei Apollinario, chegava até á de S. Julião *pela calçada de S. Francisco, até á penultima porta da parte esquerda, por baixo do palacio dos condes do Vimieiro. Dem. Hist.* pag. 419.

[2] *Dem. hist.* pag. 443.

mente, desde annos, legação da Allemanha, e que o foi já de Hespanha).

*

Como fallei dos Vimieiros, direi d'elles o que souber.

*

A casa de Vimieiro, cujo appellido é Faro, formava um dos ramos mais illustres da de Bragança. Examinemos como:

O duque de Bragança D. Fernando i casou com D. Joanna de Castro, filha de D. João de Castro senhor do Cadaval; tiveram entre outros filhos:

D. Affonso, a quem el-rei D. Affonso v em 22 de maio de 1469 creou conde de Faro. Casou com D. Maria de Noronha filha herdeira do conde de Odemira D. Sancho de Noronha, neto paterno d'el-rei D. Henrique ii de Castella, e d'el-rei D. Fernando de Portugal. Casou segunda vez, mas não importa isso agora. Do primeiro matrimonio teve varios filhos; entre elles primogenito

D. Sancho de Noronha, 3.º conde de Odemira e 2.º conde de Faro. Casou com D. Francisca da Silva, filha de Diogo Gil Moniz e de D. Leonor da Silva; além de outros filhos tiveram primogenito:

D. Affonso de Noronha, que não chegou a succeder na casa de seu pae, por fallecer ainda em vida d'elle. Casou com D. Maria de Ataide senhora de

Penacova, filha de Nuno Fernandes de Ataide e de D. Joanna de Faria; tiveram:

D. SANCHO DE NORONHA; succedeu na casa de seus avós, paterno e materno, foi 4.º conde de Odemira em 1556, e mordomo mór da rainha D. Catherina. Casou com D. Margarida de Vilhena filha de João da Silva conde de Portalegre, e de D. Maria Manuel de Vilhena. Tiveram além de outros, como primogenito:

D. AFFONSO DE NORONHA, que foi 5.º conde de Odemira em 1573. Casou tres vezes; dos dois primeiros matrimonios não teve geração; do 3.º teve:

D. SANCHO DE NORONHA, 6.º conde de Odemira em 1580, reinando ainda o cardeal D. Henrique. Casou com D. Juliana da Silva e Lara filha de D. Manuel de Menezes duque de Villa-Real, e da duqueza D. Brites da Silva; tiveram filha:

D. MARIA MAGDALENA DE NORONHA, que falleceu menina.

*

Ahi interrompeu-se a linha, que vamos reatar no filho segundogenito de D. Sancho de Noronha 4.º conde de Odemira, por nome:

D. MANUEL DE NORONHA; este não casou, passando a representação a

D. JOÃO DE FARO filho do 3.º conde de Odemira D. Sancho de Noronha e de sua segunda mulher a condessa D. Anna Fabra aia da imperatriz D. Izabel, filha de Gaspar Fabro fidalgo valenciano e de D. Izabel de Lentellas e Villaragun. Viveu esse D. João

em dias d'el-rei D. João III; casou com D. Izabel Freire, filha de Manuel Freire de Andráda, e de D. Grimaneza de Mello; tiveram filho:

D. João de Faro. Casou com D. Margarida de Noronha filha de D. João de Almeida e de D. Luiza de Ornellas; e tiveram:

D. Luiza de Faro, que herdou a casa e casou com D. Jeronymo Coutinho, presidente de desembargo do paço.

*

Interrompe-se outra vez n'esta D. Luiza a linha genealogica, e temos de remontar-nos ao seguinte filho do supracitado 3.º conde de Odemira D. Sancho, por nome

D. Fradique de Faro, que foi senhor de avultados bens fóra de Portugal, e cujas allianças não importam aqui.

*

Cortada a sequencia, vamos procurar agora o 2.º filho do 1.º conde de Faro D. Affonso, por nome

D. Francisco de Faro. Andava fugido em Castella com receio das crueldades com que el-rei D. João II lhe perseguia a casa; foi restituido ao reino e ao goso dos seus haveres por el-rei D. Manuel. Casou com D. Leonor Manuel filha de D. Diogo Manuel senhor de Chelles e de D. Brites da Silva; tiveram:

D. Maria Manuel, mulher de Diogo de Mello de

Figueiredo; depois de viuva foi camareira da infanta D. Izabel mulher do infante D. Duarte.

*

Torna-se a quebrar a linha, e vamos ligal-a de novo em

D. Fernando de Faro filho 5.º do mencionado 1.º conde de Faro D. Affonso. Foi senhor do Vimieiro, villa que el-rei D. Affonso v tinha doado ao 1.º conde de Odemira D. Sancho, avô do dito D. Fernando. Casou com D. Izabel de Mello filha de Gomes de Figueiredo provedor de Evora, e de D. Leonor de Mello; e tiveram além de outros filhos:

D. Francisco de Faro. Succedeu na casa e senhorios de seu pae em 1555; casou com D. Mecia Henriques (ou de Albuquerque) dama da rainha D. Catherina, e filha de Jorge de Albuquerque e de D. Anna Henriques; e d'este primeiro matrimonio (pois casou mais vezes) teve além de um primogenito que morreu novo na batalha de Alcacer, e de outros filhos.

D. Fernando de Faro, segundogenito. Casou com D. Joanna de Gusmão, filha de Alvaro de Carvalho capitão de Alcacer, e de D. Maria de Gusmão, e morrendo em Africa, passou a casa para seu irmão D. Francisco, tendo comtudo deixado um filho legitimo, primogenito e herdeiro, que, julgando-se esbulhado dos seus direitos, teve largo pleito com seu tio sobre a posse da casa de Vimieiro, a qual recaiu, como disse, em

D. Francisco de Faro irmão d'esse D. Fernando,

e 5.º filho do supramencionado D. Francisco. Foi 3.º senhor do Vimieiro, por confirmação do rei Filippe I em 1583, e recebeu em 1614 do rei Fillipe II o titulo de conde da mesma villa. Casou com D. Marianna da Guerra filha de Pedro Lopes de Sousa senhor de Alcoentre, e de D. Anna da Guerra. Falleceu em Madrid em 1638.

Tiveram:

D. Fernando de Faro, com quem se continua;

D. Sancho de Faro, com quem logo se continuará; e outros filhos.

D. Fernando de Faro primogenito de D. Francisco de Faro. Succedeu na casa de seu pae; foi 2.º conde do Vimieiro. Casou com D. Thereza Antonia de Mendoça filha de Jeronymo Furtado de Mendoça 5.º marquez de Cañete, e de sua mulher a marqueza D. Maria de Cárdenas. Tiveram um filho que morreu menino, passando a casa para o seguinte irmão de D. Fernando:

D. Sancho de Faro segundo filho de D. Francisco de Faro. Serviu em Flandres, e lá casou com D. Izabel de Luna, filha de Affonso de Luna, e Cárcome governador de Antuerpia, e de D. Ida Sepogne filha de Pedro Sepogne e de Maria Mompleichen. Serviu D. Sancho nas armadas de guarda-costa com D. Fradique de Toledo, e no Brazil. Foi cavalleiro de Calatrava, e capitão de cavallos. Teve, além de uma filha:

D. Diogo de Faro, 3.º conde do Vimieiro por direito, mas não obteve a concessão da mercê, veador da rainha D. Maria Sophia mulher de el-rei D. Pedro II, coronel de ordenanças. Esteve muito tempo preso

por umas desavenças com um corregedor. Casou com D. Francisca de Noronha filha do secretario das mercês Gaspar de Faria Severim, e de D. Maria de Noronha. Teve além de varios filhos:

D. Sancho de Faro e Sousa; foi 3.º conde do Vimieiro por mercê d'el-rei D. João v, governador de Mazagão, general de artilheria, etc. Casou com D. Thereza de Mendoça filha dos 4.os condes da Atalaya, e teve, além de outros filhos, o primogenito:

D. Diogo de Faro e Sousa, 4.º conde do Vimieiro etc. Casou com D. Maria Josepha de Menezes, filha dos senhores da casa de Vallada. Tiveram além de outros:

D. Sancho de Faro e Sousa, com quem se continua.

D. Diogo de Faro que morreu moço, e

D. João de Faro, com quem logo se continuará.

D. Sancho de Faro e Sousa, 5.º conde do Vimieiro etc. Casou com D. Thereza de Mello Breiner filha dos 3.os senhores de Ficalho. Morreu sem geração, passando o titulo para seu irmão

D. João de Faro e Sousa, 6.º e ultimo conde do Vimieiro, 12.º senhor d'esta villa e 11.º de Alcoentre etc., fallecido em 1801, tendo casado com D. Joanna Eulalia Freire de Andrada filha dos 2.os condes de Bobadella.

Por morte d'este ultimo conde do Vimieiro, passaram os morgados da casa de Alcoentre para a 3.ª condessa de Lumiares, como 4.ª neta de Luiz Carneiro 1.º conde da ilha do Principe, e da condessa D. Marianna de Faro neta dos 1.os condes do Vimieiro; porém o morgado da casa do Vimieiro pas-

sou ao 1.º conde de Barbacena, bisneto do 2.º conde da ilha do Principe.

Por morte do 2.º e ultimo conde de Barbacena em 1854, voltou o morgado a procurar a linha da casa de Lumiares, mas não foi para o senhor da casa, e sim para seu tio Francisco da Cunha parente em grau mais proximo.

CAPITULO XIII

Estuda-se agora o actual palacio do sr. Mendes Monteiro no Ferragial, antiga residencia dos condes da Ribeira.—Menciona-se de relance um visinho illustre do palacio, o padre Antonio Vieira ainda menino.—Vistas antigas do predio.—Em 1755 pertencia elle á Casa real.—Medições.—Averiguações genealogicas ácerca da origem e illustração da casa dos Camaras, condes de Villa Franca e depois condes e marquezes da Ribeira grande.

Eram, como temos visto, muito povoadas de casas aristocraticas estas eminencias do barrocal empinado sobre o nosso Pelourinho e sobre as fragoas da porta da Oura e de Cataquefarás.

No sitio exactissimo onde se levanta o palacio que é agora do sr. Mendes Monteiro, e que foi do fallecido negociante Thomaz Maria Bessone, restaurado e amodernado segundo os riscos do nosso chorado scenographo e architecto José Cinatti, rua do Ferragial de cima n.º 1, era a residencia nobre dos antigos condes de Villa Franca, depois condes da Ribeira, residencia designada como *The Conde da Ribera's House* na vista ingleza de Lisboa por Lemprière. Pela banda de traz deitava sobre um pequeno jar-

dim, e dominava o mar; pela fachada da frente cahia sobre a rua de Nossa Senhora dos Martyres (actual rua do Ferragial de cima), mesmo defronte do templo velho dos Martyres, e na esquina da celebre rua da Barroca (onde foi o ermiterio do famigerado frei João em dias do mestre d'Aviz)[1]. A bocca d'essa rua da Barroca, viella ingreme, ainda lá está. É o saguão, ou pateo, ou como melhor nome haja, que divide o canto occidental do palacio do sr. Mendes Monteiro do predio seguinte. Este é o vasto predio de tres andares, sobre-loja, e agua furtada, onde é agora o consulado de França, e onde falleceu em 17 de janeiro de 1881 o bondoso e benemerito conselheiro Emilio Achilles Monteverde, secretario geral do ministerio dos negocios estrangeiros.

Tambem aqui algures, junto do palacio Villa Franca, habitou pelos annos de 1613, com sua mãe, um menino ainda então obscuro, que veiu a ser luzeiro das nossas lettras, e se chamou o padre Antonio Vieira[2].

*

O aspecto geral do palacio do sr. Mendes Monteiro (palacio em cujo primeiro andar habita agora, desde outubro de 1882, o meu amigo o sr. barão de Almeida Santos, par do reino, e no segundo um

[1] Vide *Lisboa antiga*, parte I, pag. 29 e seg.

[2] Deu-me esta noticia em 4 de agosto de 1883 o meu amigo José de Sousa Monteiro, que a encontrou n'uma carta do mesmo jesuita.

FACHADA MERIDIONAL
DO PALACIO DOS CONDES DE VILLA FRANCA
(DEPOIS CONDES DA RIBEIRA GRANDE)
DEFRONTE DOS MARTYRES, NO FERRAGIAL
SEGUNDO O QUADRO A OLEO POR SIMÃO GOMES DOS REIS
NA ACADEMIA R. DAS BELLAS ARTES

subdito inglez, o sr. visconde de Airey) conserva-se até certo ponto parecido com o que era ha quasi duzentos annos. É certo. Quem duvidar pode comparar o todo do predio, visto do Tejo, com o mesmo predio minuciosamente pintado na grande vista a oleo existente na academia, e executada em principios do seculo XVIII por Simão Gomes dos Reis.

Media de frente 39 varas, 1 palmo e $^3/_{10}$; o que é proximamente egual a 43,15 metros que hoje se contam na referida frontaria sobre o Ferragial.

Ao tempo do terremoto grande, a meio do seculo XVIII, tinha já perdido os seus antigos donos esta casa; vejo-a designada no tombo da cidade como *casas nobres de sua magestade que foram do conde da Ribeira.* Vê-se pois que as comprara a Casa real. Communicavam, por alguma escadaria em andares, com o *quarto novo* do paço da Ribeira, que lhes ficava n'um plano muito inferior.

Diz claramente frei Apollinario da Conceição em 1750[1] que se via o antigo paço dos condes da Ribeira transformado em paço real, tendo ainda então nas quatro esquinas as armas dos Camaras; e acrescenta que ouvira ter-se gasto no alicerce d'este nobre casarão, isto é no muro que para o segurar se lhe fizera desde a rua da Tanoaria até á eminencia em que assentava, para cima de 100 mil cruzados[2].

A mesma mudança de dono succedera ao palacio dos Costas, armeiros móres, sobre a antiga porta

[1] *Dem. hist.* pag. 440.

[2] A este mesmo palacio, como sendo real já em 1746, allude o dito auctor a pag. 258.

da Oura, lá em baixo, ao rez das aguas; pertencia já tambem no meio do seculo XVIII á Casa real, para alojamento de servidores[1], etc. N'outro volume estudaremos essa porta e esse sitio.

*

Para concluir, deixarei aqui uns ligeiros dados ácerca da familia dos Camaras, condes de Villa Franca e da Ribeira, e marquezes da Ribeira.

De João Gonçalves Zarco, o celebre mareante, cavalleiro da casa do infante de Sagres, se deduz esta linha genealogica. De origem mysteriosa e legendaria, como quasi todos os nossos cabeças de linhagem, brilha este cabo de guerra entre os valorosos aventureiros a cuja voz os nossos galeões devassavam os arcanos do Mar Tenebroso. É desconhecida a sua ascendencia; dão-n'o alguns como sobrinho, ou apenas parente, de João Affonso vedor da fazenda d'el-rei D. João I, e de Fernão Affonso moço da guarda-roupa do mesmo senhor. Quer João de Barros que *Zarco* fosse alcunha; explicam-n'a uns como provinda de certo moiro que João Gonçalves matou; outros como originada de defeito de olhos tortos. Frei Francisco Brandão quer que fosse apellido, e diz que havia muita gente com elle.

Dedicado ao serviço do incançavel infante D. Henrique, descobriu a ilha da Madeira, de cuja capitania lhe fez o mesmo principe doação, assim como

[1] *Dem. hist.* pag. 440.

do Ilheo bravo. Começou em 1420 a povoar a Madeira. Foi armado cavalleiro em Ceuta. Tomou o appellido de *Camara* por causa de um logarejo junto ao Funchal chamado *Camara de lobos*, e obteve mercê de brasão de armas, que lhe deu o senhor D. Affonso v em 1460; a saber: *em campo negro uma torre de prata com ameias, e curocheo rematado em Cruz de oiro; rompendo contra a torre dois lobos de sua côr; por timbre um dos lobos.*

Casou com Constança Rodrigues de Sá, filha de Rodrigo Annes de Sá e de Mecia Rodrigues do Avellar; e teve além do primogenito, d'onde saíu a linha dos condes da Calheta (hoje a casa de Castello-Melhor), e de outros filhos, o segundogenito:

Ruy Gonçalves da Camara. Foi capitão da ilha de S. Miguel, tendo comprado essa capitania a João Soares de Albergaria em 1474. Casou com D. Maria de Bettencourt; não teve geração legitima; continuou porém a sua linha por via de varios filhos havidos fora do matrimonio, sendo d'elles o primogenito:

João Rodrigues da Camara. Foi senhor da casa e capitania de seu pae; casou com D. Ignez de Mello filha de Ruy Dias Pereira de Lacerda e de D. Branca de Mello. Tiveram filho:

Ruy Gonçalves da Camara, que succedeu na casa e na capitania, e casou com D. Filippa Coutinho filha de Ruy Lopes Coutinho, e de D. Joanna Coutinho. D'estes foi filho:

Manuel da Camara, 4.º capitão da ilha de S. Miguel. Casou com D. Marianna de Mendoça filha de Jorge de Mello, e de D. Margarida de Mendoça. Teve filho:

Ruy Gonçalves da Camara, que obteve o titulo de 1.º conde de Villa Franca do Campo na sua ilha de S. Miguel, por mercê de Filippe II. Casou com D. Joanna de Blasvel filha de D. Francisco Coutinho e de D. Maria de Gusmão; e teve além de outros filhos:

D. Manuel da Camara, 2.º conde de Villa Franca do Campo. Casou com D. Leonor Henriques de Toledo, filha de D. Fradique Henriques de Toledo, e de D. Guiomar de Vilhena; e teve além de outros:

D. Rodrigo da Camara, 3.º conde de Villa Franca do Campo, e como seus avós capitão de S. Miguel. Casou com D. Maria de Faro filha de D. Francisco de Faro e de D. Marianna da Guerra; e depois de ter tido uma filha que morreu menina, casou segunda vez com D. Maria Coutinho, dama do paço, filha de D. Francisco da Gama, conde da Vidigueira, e de sua segunda mulher D. Leonor Coutinho. Obteve a troca do seu titulo hereditario de conde no de conde da Ribeira grande, na mesma ilha; teve além de uma filha, o primogenito:

D. Manuel da Camara, que succedeu na capitania, e foi o 1.º conde da Ribeira grande. Casou com D. Mecia de Vilhena, filha de Diogo Lopes de Sousa e de D. Leonor de Mendoça; e teve, além de uma filha, o primogenito:

D. José Rodrigo da Camara, que succedeu nos cargos da casa, foi governador de S. Miguel e da Torre de Belem, e 2.º conde da Ribeira. Casou com D. Constança Emilia de Rohan filha de Francisco de Rohan principe de Soubise, conde de Roquefort em França, e da princeza Anna Chabot sua segunda mu-

lher. Falleceu este 2.º conde em 17 de março de 1724. Teve além de outros filhos:

D. LUIZ MANUEL DA CAMARA, nasceu em 18 de janeiro de 1685, 3.º conde da Ribeira. Militou, e foi embaixador a França. Casou com D. Leonor Thereza Maria de Ataíde filha de D. Jeronymo de Ataíde conde da Atouguia, e de sua mulher a condessa D. Marianna de Tavora. Tiveram além de varios filhos o primogenito:

D. JOSÉ DA CAMARA, 4.º conde da Ribeira, e successor na casa paterna em 1725. Tendo casado com D. Margarida Francisca de Lorena filha do 2.º conde de Álvor, falleceu deixando uma filha, D. Joanna Thomasia da Camara. Passou a casa para o irmão d'este 4.º conde, que era

D. GUIDO AUGUSTO DA CAMARA E ATAÍDE, 5.º conde da Ribeira em 1748. Casou com sua sobrinha D. Joanna Thomasia da Camara. Morreu em 1770 no forte da Junqueira por ter sido preso pela prepotencia do marquez do Pombal, depois do attentado contra el-rei D. José. Teve de sua mulher, entre outros filhos:

D. LUIZ ANTONIO JOSÉ MARIA DA CAMARA, 6.º conde da Ribeira. Casou com D. Margarida Rita da Cunha, filha dos condes de S. Vicente; e fallecendo esta senhora sem filhos, casou o conde D. Luiz outra vez com D. Maria Rita de Almeida, filha dos marquezes de Alorna. Tiveram, entre outros, primogenito:

D. José Maria Antonio Gonçalves Zarco da Camara com quem se continua. Casou o conde D. Luiz 3.ª vez com D. Francisca Telles da Silva filha dos marquezes de Penalva.

D. José Maria Antonio Gonçalves Zarco da Camara, 7.º conde da Ribeira. Serviu na guerra peninsular. Morreu em 1820, tendo casado em primeiras nupcias com D. Maria de Vasconcellos filha dos marquezes de Castello Melhor, e em segundas com D. Marianna de Almeida filha dos marquezes de Lavradio, de quem teve, além de uma filha, o primogenito:

D. Francisco de Salles Maria José Antonio de Paula Vicente Gonçalves Zarco da Camara, 1.º marquez da Ribeira, par do reino, etc., fallecido em 1872. Casou com D. Anna da Piedade Brigida Senhorinha Francisca Maxima Gonzaga de Bragança de Mello e Ligne de Sousa Tavares Mascarenhas da Silva, filha dos 4.os duques de Lafões. Tiveram além de outros filhos:

D. José Maria Gonçalves Zarco da Camara, nascido em 3 de novembro de 1843, 9.º conde da Ribeira, par do reino. Casou em primeiras nupcias com D. Luiza Maria de Sousa Holstein filha dos 2.os duques de Palmella. Tiveram uma filha que morreu á nascença. Casou o sr. conde segunda vez com a actual condessa, a ex.ma senhora D. Maria Helena de Castro e Lemos, da casa do Covo.

Com geração.

CAPITULO XIV

Continua-se o exame dos palacios da freguezia.—Palacio dos viscondes de Barbacena.—Quadro da familia d'esses titulares.—Palacio dos condes da Atouguia.—Quadro da familia Ataíde.—Palacio de D. José da Silva Pessanha.—Quem eram estes Pessanhas.—Palacio de Pedro Alvares Cabral de Lacerda.—Quem era a sua familia.—Relance de olhos á rua *dos Cobertos.*

De outros palacios da freguezia, referidos no capitulo v d'este livro, vamos tratar agora, deixando por ora o dos Côrtes-Reaes (ou da Côrte-Real) que ha de ter a sua chronica minuciosissima n'um dos volumes seguintes.

*

O palacio dos viscondes de Barbacena era na esquina da antiga calçadinha de S. Francisco, acima mencionada, e da antiga calçadinha do Tijolo, que era uma que descia da rua dos Cabides para a antiga rua Nova do Almada, e que primeiro se chamara o *Canal de Frandes*[1] segundo diz frei Apolli-

[1] Vide *Lisboa antiga*, p. II, tom. I, pag. 195.

nario da Conceição[1]. Com a calçada de S. Francisco partia o palacio pelo norte; com a calçadinha do Tijolo pelo sul[2]. Media de frente 58 varas, e de fundo 27, fazendo o cunhal esquerdo um angulo maior que recto com a frente; comprehendia-se na medição um mesquinho jardim para o lado do sul, e pertencia ao palacio um largo ou terreno fronteiro. A frontaria principal era já para a rua dos Cabides com 22 varas e 4 palmos, e 8 varas de fundo até á dita rua.

Unido á rocha em que assentava o palacio, ficava o convento de Nossa Senhora da Boa Hora, de Eremitas de Santo Agostinho. Eram seus padroeiros os viscondes. Primeiro tinha sido ahi o pateo das comedias; depois edificou-se o convento dos dominícos irlandezes; depois ahi estiveram os padres da Congregação do Oratorio, que cederam o logar aos mencionados Eremitas[3]. Hoje é isso tudo o horroroso edificio do tribunal da Boa Hora e suas dependencias.

Como este palacio dos Barbacenas ficava contiguo com o convento, tinha tribuna sobre a egreja.

Parece-me impossivel marcar hoje o sitio exacto da antiga area occupada pelo palacio.

*

Eram os viscondes de Barbacena Castros do Rio;

[1] *Dem. hist.* pag. 441.
[2] *Tombo da cidade.*
[3] *Dem. hist.* pag. 441 e 442.

familia que brotou no reinado d'el-rei D. Sebastião, e que em breve, graças á protecção da rainha a senhora D. Catharina, e aos avultadissimos cabedaes de que dispunha o morgado, subiu á maior illustração, já por serviços proprios, já por allianças.

O mais antigo que topamos é

Antão Vaz de Castro (ou de Crasto), homem sem ascendencia notoria, mas que nas suas mercancias accumulara grande casa. Teve por filhos:

Diogo de Castro, e

Luiz de Castro, que viveram á lei da nobreza, misturados já com a primeira sociedade, e ambos nobilitados com o fôro de fidalgos da casa real, e a cruz de cavalleiros de Christo.

Diogo de Castro do Rio, o primogenito, teve por solar a quinta do Rio, em Sacavem, junto a Lisboa, com o seguinte brasão de armas, concedido em 15 de julho de 1561: em campo de prata duas faxas de agua ondadas, entre nove arruelas de vermelho; timbre meio cavallo marinho côr de castanha, saindo de uma onda. Foi Diogo de Castro senhor de Barbacena. Genio bizarro como se vê que era, fez o seguinte:

Para despezas urgentes no cerco de Mazagão, pediu-lhe a rainha emprestados 50 mil cruzados; somma importantissima para então; ao que elle respondeu que serviria a rainha com a quantia de que podesse dispor. Não tardou em voltar ao paço, levando 100 mil cruzados, que offereceu, e prometteu tambem custear Mazagão do seu bolsinho, mandando sem demora aparelhar uma porção de caravellas.

Com tantas bizarrias não desfalcou o seu cofre, e

ao morrer deixou consolidada a casa na pessoa do herdeiro.

Casou Diogo com Brites Vaz, filha de Duarte Tristão, e teve, além de outros filhos e filhas, que já fizeram brilhantes allianças:

Martim de Castro do Rio, administrador do opulento vinculo instituido n'elle por seu pae, o 2.º senhor de Barbacena. Casou com D. Margarida de Mendoça, filha de Jorge Furtado de Mendoça e de D. Maria Henriques; e teve além de outros:

Luiz de Castro do Rio, com quem se continua, e

Jorge Furtado de Mendoça, com quem logo se continuará.

Luiz de Castro do Rio. Succedeu na casa e morgado de seu pae, e foi 3.º senhor de Barbacena. Casou primeira vez, sem geração. Casou segunda vez com D. Maria Telles, filha de D. Antonio Luiz de Menezes, marquez de Marialva. Sem geração. Succedeu a Luiz seu irmão

Jorge Furtado de Mendoça, cavalleiro da ordem de Christo, 4.º senhor de Barbacena. Casou com D. Maria de Menezes, sua prima, e teve:

Affonso Furtado de Mendoça, alcaide mór da Covilhã, governador da Bahia, governador das armas da Beira, e 1.º visconde de Barbacena. Casou com D. Maria de Tavora filha de João Furtado de Mendoça e de sua 2.ª mulher D. Margarida de Tavora; e teve:

Jorge Furtado de Mendoça, alcaide mór da Covilhã, 2.º visconde de Barbacena, etc. Serviu nas guerras da acclamação. Casou em Allemanha com D. Anna Luisa de Hoenloe, filha de Luiz Gustavo, conde

de Hoenloe, gentilhomem da camara do imperador Leopoldo etc., e de sua mulher Anna Barbara de Schœnhorn. Tiveram:

Affonso Xavier Furtado de Mendoça, com quem se continua; e

Luiz Xavier Furtado de Mendoça, com quem logo se continuará.

Affonso Xavier Furtado de Mendoça. Nasceu em Penamacor a 28 de novembro de 1690; serviu com valor na guerra da Liga, e chegou a sargento mór de batalha; foi senhor e 3.º visconde de Barbacena. Não sei os motivos que o obrigaram a desamparar as mundanidades, e fazer-se frade no convento de S. Bento de Tibães em 13 de maio de 1713, passando depois a frade do Varatojo em 13 de março de 1727. Foi bom e incançavel missionario, e até escriptor mencionado por Barbosa Machado. Vivia ainda em 1749 quando Manço de Lima escrevia a sua genealogia. Indo eu uma vez ao Varatojo visitar aquelles excellentes padres, lá vi o retrato do visconde de Barbacena n'uma sala do mosteiro.

Luiz Xavier Furtado de Mendoça filho segundo do supramencionado Jorge Furtado. Pela renuncia que fez seu irmão Affonso ao tomar o habito benedictino, succedeu na casa de seus avós, e foi 4.º visconde de Barbacena, senhor da mesma villa, commendador de Santa Eulalia etc. na ordem de Christo, e governador de Evora. Casou com D. Ignez de Noronha filha de Francisco Carneiro 2.º conde da Ilha do Principe, e da condessa D. Eufrasia de Lima e Noronha. Tiveram entre outros filhos:

Francisco Vicente Xavier Furtado de Castro do

Rio e Mendoça, 5.º visconde e 9.º senhor de Barbacena, etc. tenente general. Casou com D. Maria Antonia Gertrudes de Mendoça filha dos 4.ºs condes de Val-de-Reis. Tiveram entre outros a:

Luiz Antonio Furtado de Castro do Rio de Mendoça e Faro, 1.º conde de Barbacena, 6.º visconde e 10.º senhor da mesma villa, 13.º senhor do Vimieiro, senhorio este em que succedeu em 1801 ao 5.º e ultimo conde do Vimieiro. Foi doutor em philosophia, lente substituto de varias cadeiras na universidade de Coimbra, secretario da academia real das sciencias de Lisboa, governador de Minas Geraes, par do reino em 1826; falleceu em 1830. Casou com D. Anna Rosa José de Mello filha dos 1.ºs marquezes de Sabugosa, e tiveram além de outros filhos, primogenito:

Francisco Furtado de Castro do Rio de Mendoça e Faro, 2.º conde, 7.º visconde, e 11.º senhor de Barbacena, 14.º senhor do Vimieiro, etc., ministro dos estrangeiros em 1821, e da guerra em 1825, marechal de campo, etc. Nasceu em 1780, e falleceu em 1854, tendo casado com a condessa D. Maria das Dores José de Mello, sua tia, meia irmã de sua mãe, filha do segundo casamento do 1.º marquez de Sabugosa.

Por morte d'este ultimo conde de Barbacena, passaram os morgados da casa do Vimieiro para um filho segundo da casa de Lumiares, e os da de Barbacena para uns fidalgos da ilha, de um ramo muito afastado.

*

Ficava o palacio dos condes da Atouguia na parte occidental da rua dos Cabides, e na oriental da chamada da Boa Viagem, com 20 varas de frente e 14 de fundc. Possuia um passadiço para o outro predio da mesma familia sito na rua chamada (talvez por isso) do Arco de D. Francisco, esquina para o Chiado. Partia pelo norte com as casas dos padres do Espirito Santo, e pelo sul com propriedade do marquez de Tavora [1].

Os condes da Atouguia eram Ataídes; raça velha cuja origem sobe alto, e cujo appellido provém da torre e quinta de Ataíde, concelho de Amarante, districto do Porto, entre Arrifana de Sousa e Canavezes.

O mais antigo que usou o appellido foi

Martim Gonçalves de Ataíde, terceiro neto de um D. Egas, que é o seu mais remoto avoengo mencionado no Livro velho das linhagens; é Martim Gonçalves bisavô de Alvaro Gonçalves de Ataíde, em quem dá principio a linha dos condes da Atouguia.

D'esse Martim Gonçalves de Ataíde, *fidalgo de boa casa e illustre ascendencia*, diz o meu amigo Anselmo Braamcamp Freire no seu estudo eruditissimo sobre os brasões da Sala de Cintra, artigo *Ataíde* [2]:

[1] *Tombo* da cidade, e *Dem. Hist.* pag. 443.
[2] *Diario Illustrado* de 22 de dezembro 1884.

Sobre a origem remota de sua familia ha opiniões encontradas, e nenhuma (a dizer a verdade) fundada em base segura. Consta comtudo pelas Inquirições das honras e devaços da era de 1328 (A. D. 1290), *que seu bisavô Gonçalo Viegas possuira entre outros bens a quinta do Pinheiro na freguezia de S. Pedro de Ataíde, julgado de Santa Cruz de Riba-Tamega, no actual concelho de Amarante. Provou-se que esta quinta havia já sido de seus antepassados, e que era honrada, e que, além d'ella, possuiam em* HONRA *toda a freguezia. Por aqui se vê*—conclue o estudioso genealogista—*que a familia era já antiga, e que foi esta freguezia, de S. Pedro de Ataíde, honra possuida pelos seus progenitores, que deu o appellido á linhagem.*

Cresceu em valimento a casa dos Ataídes, até merecer, meado o seculo XV, a dignidade altissima do titulo de conde.

Foi o primeiro conde da Atouguia desde 1448, ALVARO GONÇALVES DE ATAÍDE, filho de D. Martim Gonçalves de Ataíde. Serviu como conselheiro d'el-rei D. João I, como governador da casa do Infante D. Pedro, e depois como aio d'el-rei D. Affonso V, que lhe deu a corôa de conde. Foi nosso embaixador ao concilio de Constancia, e ao rei de França Luiz XI, e fez romaria á Terra Santa. Casou com D. Guiomar de Castro filha de D. Pedro de Castro senhor do Cadaval. Teve além de outros filhos:

D. MARTINHO DE ATAÍDE, primogenito; foi 2.º conde da Atouguia, mordomo mór do infante D. Fernando irmão d'el-rei D. Affonso V, do conselho d'este soberano, capitão mór dos reinos de Portugal e Al-

garve, e alcaide mór de Coimbra por carta de 1452. Casou duas vezes; do segundo matrimonio, com D. Fillipa de Azevedo filha de Luiz Gonçalves Malafaia, védor da fazenda de Lisboa, teve além de outro filho:

D. João de Ataíde. Viveu no tempo d'el-rei D. João II. Casou com D. Brites da Silva filha de D. Affonso de Vasconcellos 1.º conde de Penella, e de sua mulher D. Izabel da Silva. Embarcou, teve além de varios filhos um que adiante vae mencionado, pelejou, enviuvou, e, não tendo chegado ainda a herdar a casa paterna, fez-se religioso franciscano, acabando em cheiro de santidade.

D. Affonso de Ataíde filho d'esse D. João, foi senhor da Atouguia ainda em vida de seu avô, e por morte d'elle teve o titulo de 3.º conde da mesma villa, e de alcaide mór de Coimbra. Viveu em tempo dos senhores rei D. Manuel e D. João III. Casou com D. Maria de Barros filha de Fernão Lourenço da Mina, feitor da casa da India, o qual lhe deu em dote 70$000 réis de tença por escritura de 30 de maio de 1510. Tiveram além de outros filhos:

D. Luiz de Ataíde segundogenito. Foi embaixador, vice-rei da India em 1568. Depois de uma vida agitada e cheia de altos serviços ao rei e ao reino, veiu a fallecer em Goa em 1581, tendo o titulo de 4.º conde da Atouguia. Casou quatro vezes: a 1.ª com D. Joanna de Vilhena, filha de Luiz Alvares de Tavora senhor do Mogadouro, e de sua mulher D. Filippa de Vilhena; sem geração; a 2.ª com D. Maria de Ataíde, filha de D. Sancho de Noronha 4.º conde de Odemira e mordomo mór da rainha D.

Catherina, e de sua mulher D. Margarida de Vilhena; a 3.ª com sua sobrinha D. Izabel de Ataíde filha de Tristão da Cunha, commendador de Torres Novas, e da irmã d'este mesmo D. Luiz de Ataíde; a 4.ª finalmente com D. Brites Pimentel filha de Martim Affonso de Sousa senhor de Alcoentre e governador da India, e de sua mulher D. Anna Pimentel. Teve d'esta senhora varios filhos, que morreram meninos.

Seguiu-se a herdar a casa

D. Alvaro Gonçalves de Ataíde, 3.º filho do 3.º conde acima mencionado, e commendador de Joanne na ordem de Christo, em 1546; serviu na India, e casou com D. Izabel da Silva, de quem não teve geração. Succedeu na casa seu irmão:

D. Vasco de Ataíde, 5.º filho do supracitado 3.º conde. Serviu na India com o vice-rei D. Constantino de Bragança em 1560. Acompanhou a el-rei D. Sebastião á Africa, e foi captivado em Alcacer. Casou com D. Luiza de Noronha, filha de João Arraes de Mendoça, a qual depois casou com D. Diogo de Eça. Sem geração.

*

Interrompida a linha, vamos atal-a de novo no filho segundo do 1.º conde da Atouguia, por nome:

D. João de Ataíde, que, por não deixar successão legitima, quebrou outra vez a fila. Vamos pois tornar a atal-a no 4.º irmão d'esse D. João (filho por tanto do citado 1.º conde) chamado

D. Alvaro de Ataíde. Foi achado em culpa no

caso da conspiração do duque de Vizeu, e andou fugido em Castella, até que el-rei D. Manuel o amnistiou e o chamou ao reino. Casou e foi o progenitor dos condes da Castanheira, linha que não nos importa seguir.

*

Quebrada aqui a varonia, vamos tornar a atar o fio em

D. Izabel da Silva, filha primogenita do supramencionado D. João de Ataíde (filho do 2.º conde) e de sua mulher D. Brites da Silva. Foi n'essa D. Izabel que recaíu a casa da Atouguia pela extincção da linha masculina. Casou com Simão Gonçalves da Camara, 3.º capitão donatario do Funchal, e já então viuvo de D. Joanna Valente, de quem tivera os filhos que lhe succederam na casa dos Camaras. D'este segundo matrimonio nasceu (além de outros) um filho que perpetuou o appellido que sua mãe representava, e se chamou:

Luiz Gonçalves de Ataíde. Foi 4.º senhor da Ilha Deserta, que obteve de seu meio irmão primogenito, em pagamento do dote de sua mãe. Casou com D. Violante da Silva filha de Francisco Carneiro e de D. Maria da Silveira, e tiveram além de outros:

João Gonçalves de Ataíde, que obteve o titulo de 5.º conde da Atouguia. Casou com D. Marianna de Castro, filha de Martim Affonso de Miranda e de D. Joanna de Lima; e tiveram:

D. Luiz de Ataíde, 6.º conde da Atouguia. Casou duas vezes; não tendo tido geração do 1.º matrimo-

nio com D. Joanna de Tavora, casou com a inclyta D. Filippa de Vilhena, que depois de viuva foi marqueza da Atouguia e camareira mór da rainha D. Luiza de Gusmão. Era filha e herdeira de D. Jeronymo Coutinho e de sua mulher D. Luiza de Faro. Tiveram além de varios filhos:

D. Jeronymo de Ataíde, 7.º conde da Atouguia, e um dos acclamadores d'el-rei D. João iv. Casou a 1.ª vez com D. Maria de Castro filha de Francisco de Sá de Menezes, 2.º conde de Penaguião, e da condessa D. Joanna de Castro. Tiveram filho:

D. Manuel Luiz de Ataíde, 8.º conde da Atouguia, casado com D. Victoria de Bourbon filha dos condes dos Árcos, e fallecido moço.

Casou o 7.º conde em segundas nupcias com D. Leonor de Menezes, condessa viuva de Serem, filha herdeira de D. Fernando de Menezes e de D. Joanna de Toledo. Tiveram além de outros:

D. Luiz Peregrino de Ataíde 9.º conde da Átouguia, e herdeiro das casas de seus paes. Casou com D. Margarida de Vilhena condessa viuva de Miranda, filha de D. João Mascarenhas conde de Palma, e de D. Brites de Menezes 3.ª condessa do Sabugal. Tiveram entre outros:

D. Jeronymo Casimiro de Ataíde, 10.º conde da Atouguia. Casou com D. Maria Anna Thereza de Tavora filha dos 2.ºs marquezes de Tavora; e tiveram além de outros:

D. Luiz Peregrino de Ataíde 11.º conde da Atouguia. Casou com D. Clara de Assis Mascarenhas, filha de D. Fernando Martins Mascarenhas, 2.º conde de Obidos, e de D. Brites Mascarenhas da Costa e

Castello Branco 4.ª condessa do Sabugal e 3.ª de Palma. Tiveram:

D. Jeronymo de Ataíde 12.º conde da Atouguia. Casou com D. Marianna de Tavora filha dos infelizes marquezes de Tavora, e foi barbaramente assassinado no canibalesco supplicio da praça de Belem.

E n'esse 12.º conde termina a casa da Atouguia, cuja varonia era Camara pelo sangue, e Ataíde pela representação.

*

Tinha ao tempo do terremoto uma propriedade, na esquina das portas de Santa Catharina para a rua do Outeiro, D. José da Silva Pessanha, homem cuja estirpe era muito illustre, e ainda subsiste. Media esta propriedade 10 varas de frente, e umas 6 de fundo.

Descendia este D. José da Silva Pessanha da antiga raça portugueza dos Silvas, e da estirpe italiana dos Pessanhas, domiciliarios de Portugal desde o tempo d'el-rei D. Diniz.

A casa de Silva, uma das mais nobres e antigas da peninsula, provém do infante D. Asnar Fruela, quarto filho de D. Fruela II rei de Leão, Oviedo e Gallisa no seculo 10.º.

Os Pessanhas deduzem a sua linha de micer Manuel Pessagna, genovez, a quem el-rei D. Diniz deu o cargo hereditario de almirante das galés portuguezas por sua carta do 1.º de fevereiro de 1317 passada em Santarem.

O entroncamento das duas linhagens fez-se da seguinte maneira:

D. Miguel da Silva, filho de D. Fernando da Silva e de D. Beatriz Coronel, nasceu em 1597. Casou com D. Maria de Castro filha de Jorge Pessanha commendador na ordem de Christo, capitão de Ceuta, e membro do conselho de fazenda, e de sua mulher D. Magdalena de Castro. Tiveram entre outros filhos:

D. Fernando da Silva; succedeu na casa de seu pae, e na dos Abreus, que lhe pertencia por sua bisavó D. Izabel de Abreu; foi capitão de cavallos, e governador de Castello de Vide. Morreu em 1695, tendo casado com sua tia D. Catharina de Castro. Tiveram entre outros:

D. Miguel da Silva Pessanha; succedeu nos vinculos da casa, governou o forte da Junqueira, e militou. Casou com D. Antonia Luiza da Silva, filha de Antonio Gomes da Silva, e tiveram além de outro:

D. José da Silva Pessanha. Este é o que nos occupa no presente artigo, como dono do predio a que me referi. Foi moço fidalgo, senhor dos morgados de seus paes, plenipotenciario em Napoles, e embaixador em Madrid em 1762. Casou com D. Leonor Spinelli filha dos principes de Cariati no reino de Napoles; e tiveram:

D. Miguel da Silva Pessanha, senhor dos vinculos, moço fidalgo, e capitão da brigada real de marinha. Morreu em 1808. Casou com D. Maria da Piedade de Noronha filha de D. José de Noronha e de D. Marianna Izabel das Montanhas Ribeiro Soares. Tiveram filho:

D. JOÃO DA SILVA PESSANHA, senhor dos morgados de sua casa, moço fidalgo, etc. Casou em 1819 com D. Francisca de Noronha filha de D. Caetano de Noronha, 1.º conde de Peniche, e da condessa D. Maria José Juliana Lourenço de Almeida. Tiveram filho:

D. ANTONIO DA SILVA PESSANHA, nascido em 26 de abril de 1824, sanhor dos morgados de Fontalva, Fonte Boa, Boina, e outros, moço fidalgo, etc. Casou em 1843 com D. Rita de Cassia de Noronha condessa viuva das Alcaçovas filho dos 1.os condes de Paraty D. Miguel Antonio de Noronha, e D. Francisca Quintina de Menezes. Tiveram filhos:

D. JOÃO DA SILVA PESSANHA já fallecido; e a

EX.ma SENHORA D. FRANCISCA DA SILVA PESSANHA, actual condessa de Sampaio pelo seu casamento com o ex.mo sr. Antonio Pedro de Sampaio de Albuquerque e Mendonça Furtado de Mello Castro Torres e Lusignano, 5.º conde de Sampaio.

Com geração.

*

Nas ruas do Outeiro e da Oliveirinha possuia um predio Pedro Alvares Cabral de Lacerda, oriundo de velha raça. Tomava este predio desde a rua do Sacco, parte da rua da Oliveira, e parte da do Outeiro. Calculo por isso que ficasse pouco mais ou menos onde é a frente do theatro de S. Carlos.

Ahi viveu vinte e cinco annos D. Francisco de Sotto-Maior, bispo de Targa, nomeado de Lamego, eleito arcebispo de Braga, e fallecido em 3 de no-

vembro de 1669. Succederam-lhe no domicilio seus sobrinhos.

Tambem ahi viveu, e falleceu em 1684 o bispo do Porto e arcebispo primaz D. Fernando Corrêa de Lacerda[1].

Possuia tambem esta familia um palacio em Sacavem, cá em baixo perto do rio, na sua margem oriental, no começo da subida da estrada real. D'esse edificio nada resta, pois as suas mesmas ruinas se demoliram e varreram. O terreno pertence hoje a umas hortas do meu amigo Anselmo Braamcamp Freire.

Visitei com elle esses logares em 6 de dezembro de 1886, com um tempo excepcionalmente lindo, e copiei o brasão que o dito meu amigo com o seu illustrado espirito salvou dos escombros da antiga capella do palacio, e mandou pregar na parede de um casebre proximo. O brasão é assim: escudo ovado esquartelado; ao primeiro as armas esquarteladas de Castella e Leão; ao segundo tres flores de lis em roquete; o que tudo diz LACERDA; ao terceiro duas cabras passantes, que dizem CABRAL; ao quarto uma torre, que pelo gastado do tempo se não percebe a que appellido pertença; sobre tudo um escudete de pretenção com o embrexado dos CORRÊAS. Corôa de duque, segundo parece. Por baixo a legenda:

O NOSSO NACIMENTO E DE LIGITIMO
SANGE REAL E DELE DECENDĒ REIS

1 *Dem. hist.* pag. 401 e 402, e pag. 443 e 444.

*

Tenho mais que mencionar o palacio dos condes de S. Miguel, sito na rua da Cordoaria velha, entre o beco da Cortezia e o palacio dos marquezes de Tavora[1].

*

Fallei pouco ha no palacio dos Tavoras; ficava entre o dos condes de S. Miguel e o dos condes da Atouguia na rua da Boa Viagem.

Conta frei Apollinario que tinha essa casa servido de habitação a dois nuncios apostolicos; primeiro ao bispo de Tarso, monsenhor Miguel Angelo Conti, desde 1 de janeiro de 1698. D'ahi saíu em dia de Reis de 1707 a receber das mãos d'el-rei D. João V o barrete cardinalicio.

Depois habitou monsenhor Vicente Bichi, e ahi morreu.

*

Diz no seu estudo sobre os Tavoras o nosso bom genealogista Anselmo Braamcamp Freire o seguinte, que é apreciavel por ser fructo de estudos largos:

Era antiga a familia de Tavora, e com este appellido se encontram já individuos nos reinados de D. Pedro, D. Fernando, e D. João I.

Refere-se o mesmo escriptor á ascendencia fabu-

[1] *Dem. hist.* pag. 442.

losa que tece a esta estirpe frei Bernardo de Brito, e depois acrescenta:

Tambem geralmente se diz que o rio Tavora foi o que deu origem ao appellido d'esta familia. Até certo ponto é isto confirmado pelas faxas ondeadas que se veem no escudo d'esta casa; mas por outro lado encontram-se varios aforamentos de prasos em Santa Maria de Tavora, freguezia do actual concelho dos Arcos de Val-de-Vez feitas por D. Diniz a um Lourenço Pires (chancellaria de D. Diniz, livro 4.º fl. 53, 53 v. etc.), *nome muito vulgar nos ascendentes verosimeis dos Tavoras.*

É Lourenço Pires de Tavora, fidalgo do seculo XIV, aquelle em quem todos os nobiliarios começam a linhagem. Foram filhos d'elle Ruy Lourenço, e Pedro Lourenço de Tavora. D'este segundo é que *procedeu* — diz o sr. Braamcamp Freire — *toda a familia de Tavora, de que foram chefes os condes de S. João da Pesqueira marquezes de Tavora. D'elles se derivou a varonia dos condes de S. Vicente; a casa dos condes de Alvor; a varonia dos Silveiras, hoje marquezes das Minas; a dos modernos condes de Sarzedas ramo d'estes; e a dos marquezes de Abrantes; a casa dos reposteiros móres, que entrou na de Castello-Melhor, e a casa de Caparica, hoje na de Vallada.*

A representação da casa de Tavora — conclue o incançavel pesquizador — *está actualmente na casa de Fronteira, como descendente de D. Leonor de Tavora marqueza de Alorna, filha dos justiçados marquezes Francisco de Assis e D. Leonor de Tavora*[1].

[1] Veja-se o *Diario Illustrado* de 4 de maio de 1885.

*

E com isto dou por terminada a minha revista, demasiado succinta, confesso, dos palacios principaes da freguezia, não querendo comtudo deixar de mencionar ainda outro sitio d'ella, que muita vez se encontra referido nas antigas memorias da cidade. Fallo dos *Cobertos*, ou rua dos Cobertos, designação que já trazem Christovam Rodrigues de Oliveira, e a *Estatistica* de 1552, e d'ahi para cá todos até ao terremoto de 1755.

Provinha de certo o titulo d'esta rua de alguns arcos, ou arcadas cobertas, que davam entrada para as casas; chamavam-se *cobertos*. Tambem em Belem havia (e ha ainda) essa mesma construcção. Correm por baixo de alguns primeiros andares uns arcos praticaveis, que abrigam da chuva as lojas. Por signal que vivia ahi mesmo, em Belem, antes de 1755, o notavel sapateiro Antonio Gomes, appellidado *dos Cobertos*, que tinha grande fama, e possuia, entre outras prendas uteis, o segredo de encher as pellas para o jogo da pella[1].

1 *Theatro de Manuel de Figueiredo*. T. XIV, pag. 449, nota de seu irmão Francisco Coelho de Figueiredo.

CAPITULO XV

Continua o auctor a revolver memorias da freguezia.—A horta dos franciscanos.—Em 1500 compra d'ella um fragmento o duque D. Jayme.—Em 1502 aforam-se outros fragmentos para se abrir a rua do *Saco*.—Etymologia d'esse nome.—Onde ficava essa rua.—O arruamento dos misteres pertencia á camara de Lisboa.—São arruados na rua do Saco os alfeloeiros do Arco dos pregos.—Panegyrico e glorificação das obras antigas e modernas da grande arte da confeitaria.

Referi-me ainda agora á horta do convento de S. Francisco. Voltarei a ella.

Essa horta, que era grande, deu para muitissimo: não só para se desmembrar, indo ampliar os dominios de taes e tão opulentos senhores, como eram os duques, mas tambem para se rasgar em ruas, algumas das quaes ainda existem.

Por isso certas pessoas se admiram hoje, de que sendo vasto o convento de S. Francisco da cidade (*a cidade de S. Francisco* lhe chamava com graça o marquez de Pombal), e tão vasto que no que d'elle resta se alojam estabelecimentos e casas importantes, como a bibliotheca nacional, a academia real das

Bellas Artes com as suas aulas, secretaria, bibliotheca, armazens, galerias (hoje desoccupadas), e pateos, o governo civil com o seu jardim, a policia com todas as suas dependencias, o gymnasio-club, as enormes propriedades dos srs. Yglesias, a sociedade de geographia, um ferrador, um armazem de marcenaria, uma tenda, uma loja de papel, tres canteiros, varias cocheiras particulares, e muitos predios .... não tivesse cerca. Tinha-a, ainda ao tempo do terremoto. Occupava ainda mais que esse quarteirão extenso, contido entre o largo da Bibliotheca, a rua de S. Francisco, a travessa da Parreirinha, a rua nova dos Martyres, e a rua do Ferragial (a rua *nova* dos Martyres foi rasgada depois do terremoto). Isso tudo que assim demarquei eram restos de maior quantia, principiada a dispender no começo do seculo XVI. Vamos a vêr como.

Sim, foi nos primeiros annos d'esse seculo activo e emprehendedor, que Lisboa cresceu desmedidamente para essa banda; e já antes do seu consideravel desenvolvimento com a fundação do *Bairro alto*[1], ella tinha entrado a retalhar em seu exclusivo proveito municipal a cerca dos franciscanos.

Primeiro foi o duque D. Jayme em 1500; dois annos depois, foi o proprio elemento publico, a exemplo d'esse principe; e assim nasceram desde 1502 as ruas *do Saco*, *da Figueira*, e *da Ametade*[2].

Não quero crer que D. Jayme, o valente guerreiro

[1] *Lisboa antiga*, Parte I.

[2] Assim m'o diz um antigo mss. da bibl. n. de L. *Historia de Lisboa* (titulo improprio) fl. 26 v.

de Azamor, tivesse descido conscientemente á chatinagem de calcular, que na compra de boa parte da cerca ia implicito um futuro augmento considerabilissimo nas rendas das casas de seus netos. Os duques não são feitos para calculos de balcão. Mas parece-me que o possuir hoje a casa de Bragança, como possue, tanta propriedade pela rua dos Martyres, do Duque, etc., se deve em parte ao exemplo do acto administrativo d'aquelle avoengo.

*

Quanto a essas ruas novas, fallemos d'ellas; merecém-n'o.

*

Foi em 1502, que os franciscanos emprazaram ao tabellião Affons'Eannes, e ao seu homonymo Affons'Eannes, piloto, uma porção de terreno, onde se rasgou a rua *do Saco* com todas as suas travessas; e estatuiu-se, como condição no contrato, que nos predios que se edificassem não haveria janella nem fresta, que podesse devassar a cerca monachal; condição que afinal se descumpriu, com grave damno dos religiosos [1].

Já em 1552, ao tempo da muito importante Estatistica manuscrita da bibliotheca, existia a rua *do Saco*. Porque lhe poriam esse nome, não sei; ou antes: sei. Tambem a citam Christovam Rodrigues

[1] Fr. Manuel da Esp. *Hist. seraph.* P. 1, pag. 187, col, 1.ª

de Oliveira, Carvalho da Costa, João Baptista de Castro, etc.

Diz-me o meu Bluteau, o primeiro diccionarista portuguez, que a parte mais funda, mais recolhida, de uma enseada se chamava, segundo Barros, *o saco da enseada*. Um beco sem saída é uma enseada terrestre, um *saco*. D'ahi, pela mesma analogia, chamaram os francezes *cul de sac* aos becos sem saída. Ora a nossa rua do Saco era um longo beco sem passagem; d'onde visivelmente lhe proveio o nome.

Onde ficava? eu digo.

Tinhamos a rua *do Outeiro*, que ainda lá está, alargada e amodernada. Seguia-se-lhe para o nascente a rua *da Ametade*, onde hoje corre o ultimo lanço da nossa rua nova dos Martyres. Seguia-se-lhe a nossa rua *da Figueira*. Todas tres desembocavam, como hoje, na rua das portas de Santa Catherina (Chiado ou rua de Garrett). O prolongamento da rua da Ametade cortada pela rua da Oliveirinha, depois da Parreirinha, era a rua do Saco; correspondia á parte sul da nossa rua nova dos Martyres.

Foi na rua do Saco, como é ainda na sua successora a rua nova dos Martyres (chrismada, segundo me affirmam, em rua de Serpa Pinto), o hospital dos Terceiros de S. Francisco, fundado pelo veneravel padre commissario frei Domingos da Cruz em 1672.

D'esse, nada posso dizer, por falta de esclarecimentos. Outra vez será.

*

Essas immediações eram já no seculo XVI bastante procuradas; e por isso entendeu a camara, antes de 1534, passar para a rua do Saco o arruamento dos confeiteiros[1], que até então era só lá em baixo, ao Arco dos pregos, e pertencia em parte á freguezia da Magdalena, e em parte á de S. Julião.

A faculdade de poder *arruar* os misteres, segundo melhor conviesse, era pertença da camara de Lisboa desde 1391 (era 1429), em que el-rei D. João I, estando em Evora, lhe conferiu em 5 de junho tão importante regalia municipal[2].

Com a transferencia dos mercadores de gulosinas desde o Arco dos pregos para a rua do Saco, folgou a rua do Saco, e folgou em geral a freguezia, imagino eu. Será talvez allusão ás fructas seccas da rua do Saco, junto aos Martyres, o que diz a velha do *Auto das Regateiras* do poeta Antonio Ribeiro á filha Beatriz, quando a manda pôr a meza, e lhe determina o que ha de collocar. Diz ella:

Nas procelanas pintadas
porás as frutas das martes;

quer dizer: as fructas que se vendem perto dos Martyres; isto é como se nós dissessemos: fructas doces do Baltresqui da rua dos Capellistas. Se me não

[1] Cart. da c. m. de L. L.º 2.º d'el-rei D. João III, fl. 143
[2] *Arch. mun. de Lisb.* 1861. n.º 60, pag. 480.

engano na interpretação d'este ponto escuro, vê-se que era facto a que se podia alludir, e que andava na bocca de todos.

*

Tendo nos Martyres os confeiteiros, lamberam os beiços os gulosos da freguezia. Com toda a probabilidade (eu ainda hoje os conheço capazes d'isso) houve quem procurasse muito de industria ir morar na rua do Saco, pela irresistivel attracção que exercem nas populações as obras magicas dos *alfeloeiros*. N'isso se parecem as turbas com as moscas.

*

Oh! é que o *artifice* do assucar é muita vez um *artista;* é um civilisador; é o Orpheu das trôxas de ovos; chama, sem o suspeitar; deleita o olfato, e falla ao pensamento. Tem o fundo, e sobretudo tem a fórma (a fórma é tudo); brilha pelo intrinzeco, e ainda mais pelo engenho subtil com que o realça.

Senhores, isto não é paradoxo; é pura expressão da verdade; e tanto mais sincera, quanto o autor d'estas linhas se confessa (com pena) o mais fraco apreciador de gulodices que nunca houve no orbe; mas em summa, folga sempre de prestar homenagem a quem a merece; e a confeitaria, a arte feiticeira dos regalos do paladar, é credora de encomios universaes, desde que ha mundo, e ha de sel-o em quanto o houver.

A confeitaria é a poesia do sabor; é o requinte do gosto; é a bemaventurança de um dos cinco sentidos.

Ha por essas vitrinas da rua dos Capellistas e do Chiado, successoras das do Arco dos pregos e da rua do Saco, verdadeiros madrigaes de ovos e assucar, assim como ha *bonbons fondants* e *peitos de Venus* nas vitrinas litterarias de Parny e Anacreonte.

É a confeitaria uma aristocracia culinaria; é um pincaro; um alcáçar; tem em si propria uma indiscutivel realeza, reconhecida e acceita de bom grado. É a corôa dos jantares, a companheira e o realce da melhor bebida do mundo, o chá, e tem entrada, com honras de grandeza de primeira classe, nas moradas dos nobres e nos paços dos reis. Serve-se muita vez ao som de musica; e os vinhos mais velhos e famosos da frasqueira sentem a maior honra de acompanhar com a confeitaria de braço dado, em banquetes diplomaticos, internacionaes, e reaes.

Varía de fórma como Protheu, mas é nacional e patriota. A que se festeja e saboreia em Portugal, é desconhecida, mas muito apreciada, em Washington ou S. Petersburgo.

Vive essencialmente da *flora*, e repugna a *fauna*. Tudo n'ella é vegetal; tudo é leve; tudo vicejou e rutilou, quer no assetinado das folhas, quer no succulento dos caules; já no doirado dos invólucros, como nas recheadas laranjas de Setubal, já no carnoso tenrissimo dos fructos, como nas ameixas d'Elvas.

Sim; a não mencionarmos o ovo, que é apenas um esboço de animal, mas não chega a ser animal,

tudo na confeitaria pertence ao amavel reino dos vegetaes.

Esta arte mimosa e afeminada, cheia de recursos e vivacissima nas suas invenções, blazona por intuito, por alvo, o *aperfeiçoar* tudo que ha mais bello na creação (depois do sorriso da mulher): a fructa; e consegue-o. Assim como a poesia faz da palavra humana uma quinta-essencia de sentimentos e affectos celestes; assim como a musica transforma as vibrações das ondas sonoras em devaneios, enthusiasmos, ou rios de lagrimas; assim como a perfumaria metamorphoseia em fragrancias de além-mundo o rescender vulgarissimo das flores da campina e do vallado, assim alcança a confeitaria elevar-se aos cumes mais altos das sensações materiaes; esperta, irrita, e inebria os nervos da gustação, e consegue fazer-nos subir ás regiões vagas da transição do goso carnal para o intellectual.

A confeitaria é uma grande arte, uma arte sublime.

Assiste com ar desdenhoso ao desabrochar dos pomares, ao trabalho perfumado e espantoso da florescencia e da fructificação, ao accumular occulto de todos os segredos do aroma no sacrario de cada corolla, do sabor no amago de cada fructo; contempla as opulencias tentadoras dos vergeis dos tropicos, e diz de si para comsigo:

—Ainda sei melhor.

Depois, n'uma sabia competencia de invenções com a propria Natureza, n'uma porfia melliflua e cheia de intenções, corre um por um todos os pomos de Collares, todas as doiradas seducções das var-

zeas do Minho, das Beiras e do Algarve, todos os avelludados acepipes dos arvoredos da Madeira e do Brazil, de Goa e de Moçambique; e brincando e sorrindo extrae de tudo isso uma flora mais saborosa e mais activa, mais duradoira e mais fidalga, salpicada de grangeias, resguardada de obreias e papeis doirados e recortados, invencionada de figuras e arabescos, cosmopolita, e immortal.

Vejam o que é e o que pode a confeitaria, a rhetorica, a poetica do assucar em ponto! e digam-me se não foi este arruamento da illustre grei dos confeiteiros a mais alta glorificação a que podia aspirar a nossa *rua do Saco!*

*

Concluirei com uma historieta, que é de todo o ponto moderna e verdadeira, e me foi contada por uma intelligentissima senhora, ornamento da nossa primeira sociedade. Vem confirmar quanto os proprios cultores da confeitaria se reputam a si proprios.

Havia, n'este verão de 1886, em certa cidade de França, um confeiteiro, ou pastelleiro de grande fama, e tão cioso dos foros do seu officio, que se dava ares de grande artista, ao inventar com enorme dispendio de imaginação compotas e pasteis, a que punha nomes sublimes, e laboriosamente meditados. Com um charlatanismo adoravel, julgava-se elle ingenuamente um genio creador, um academico dos assucares, o Newton do ponto de espadana, o sacerdote maximo da nobre arte do conserveiro, e ava-

liava essa arte a primeira entre todas, a primeira sem questão.

Absorvido nas suas *doces* illusões, cifrava na cosinha o seu mundo, e alimentavam-n'o, como aos deuses mythologicos, aquelles fumos variados.

Ora a mulher do tal monsieur Kazaux (assim se chama o homem) participava da mesma admiração ingenua do marido; olhava para elle como para um portento; em summa: julgava-se unida a uma das celebridades da França, e por consequencia da Europa.

Uma tarde chega á loja um freguez, que deseja encommendar não sei quê ao bom do pastelleiro, mas com certas explicações que só a elle podem ser feitas.

—Onde está o sr. Kazaux?

—Não lhe pode fallar—responde a madama abaixando a voz.

—Eu desejo immenso dizer-lhe duas palavras; nada mais.

—Aqui estou eu para as ouvir.

—Agradeço-lhe muito, mas só com elle é que era o negocio que eu vinha tratar.

—Pois queira voltar n'outra occasião.

—Mas, minha senhora, queira prevenil-o; eu tomo-lhe apenas uns minutos.

—Meu caro senhor—torna ella com modo peremptorio—é perfeitamente inutil insistir. Eu não vou avisar meu marido; não me atrevo a ir interrompel-o.

—Não se atreve?

—Não me atrevo, não;—accrescenta a fiel es-

posa em tom solemne, e com o seu digno orgulho conjugal a revelar-se-lhe na voz — não me atrevo. O sr. Kazaux está n'este momento compondo. *Monsieur Kazaux compose.*

É admiravel!

Madame Hugo, ou madame de Lamartine, não se expressariam de outra maneira, querendo afastar um importuno em Hauteville-House ou em Saint-Point, quando Hugo estivesse pintando os capitulos de Waterloo nos *Miseraveis*, ou Lamartine modulando:

> *J'étais le seul ami qu'il eut sur cette terre,*
> *Hors son pauvre troupeau!.....*

CAPITULO XVI

Propõe-se o auctor estudar agora a rua *da Figueira* hoje chrismada em rua Anchietta.—Combate o auctor com todas as suas forças o desgraçado sestro moderno de alteração nas serventias publicas.—Discussão.—Volta-se á rua da Figueira.—Os nomes de vegetaes frequentissimos na velha Lisboa.—Compara-se n'este ponto Lisboa com Roma, e cita-se um fragmento de Publio Victor.

Estudemos agora outra das ruas abertas na horta dos duques de Bragança. Será a *da Figueira*, hoje chrismada, ha mezes, em rua *Anchietta*, assim como a travessa *da Parreirinha* o foi em rua *Capello*, a rua *nova dos Martyres* em rua *Serpa Pinto,* e a rua *de S. Francisco* em rua *Ivens!*

*

Antes porém de irmos adiante, entendamo-nos aqui, á boa paz, com os nossos municipios; e não é este nem aquelle: são todos.

Pergunto:

Que significa esta desgraçada mania de mudar por

systema os nomes antigos e consagrados das serventias publicas? Tento com elle, senhores das vereações. Não se alteram assim, por mero capricho, as denominações a que se ligam memorias seculares.

E se não, vejamos.

Um lettreiro municipal é, como qualquer outra, uma propriedade publica. Arrancal-o é exproprial-o ao seu dono; esse dono é o publico.

Expropria-se por utilidade geral. Ora que utilidade pode resultar da mudança impensada e immotivada de um lettreiro? Nenhuma.

Respondem-me:

—Não é *impensada;* a vereação não é composta de levianos; a vereação ouve a proposta de um dos seus membros; a vereação discute, delibera, e vota.

Replico eu:

Sabemos como essas coisas se fazem; isto aqui em Lisboa tudo é uma familia; basta que um vereador (aliás movido de boas intenções, é claro) proponha uma alteração, os collegas não o contrariam, e votam, julgando o assumpto de muito pouca monta.

Accrescenta-se:

—Não é *immotivada* a proposta; todas as d'esse genero teem a sua razão de ser, já na repetição inconveniente de denominações identicas, já na consagração do nome de algum cidadão illustre.

Replico eu de novo:

Quanto ao primeiro argumento, tem peso; quanto ao segundo, não. Consagrem os nomes dos cidadãos illustres dedicando-lhes rúas novas.

Mas ainda ha mais: o que se tem feito... (eu ia escrevendo *perpetrado*) não só não traz em geral a

minima utilidade ao publico, mas traz-lhe contras de diversos generos:

1.º Origina confusões incriveis, perdas de tempo, extravios;

2.º Condemna os municipes a despezas superfluas com a alteração de rótulos, bilhetes de lojas, taboletas, bilhetes de residencia, etc.; é um tributo, afinal de contas, a que nos coagem os nossos protectores natos;

3.º Lança n'um cahos inextricavel os trabalhos historicos, affeitos a um titulo de rua, e violentamente desapossados d'elle;

4.º Causa graves embaraços nos registos prediaes, e semeia demandas, enganos, duvidas, que hão de germinar no futuro como a sizania;

5.º Arroja ao olvido, e muita vez para todo sempre, memorias (ás vezes interessantes, ás vezes até sagradas), memorias antigas da cidade, pequenas ou grandes, memorias que não raro a glorificam, e (quando menos) a explicam e commentam; e cortar as tradições é sempre mau.

Como se justifica pois este abuso, que nos annos ultimos tanto tem grassado, e com força desusada?

É ignorancia?

Não quero crel-o. Ha, e tem sempre havido maiorias illustradas nas vereações.

É acinte?

Não posso nem devo crel-o. Ha, e tem sempre havido maiorias honestas nas vereações.

É imitação servil e inconsciente do que lá por fóra se tem feito? É.

Por Deus! imitemos os francezes no muito que

elles teem de bom; mas porque aprouve á primeira republica *republicanisar* os lettreiros, ao primeiro imperio *imperialisal-os*, á restauração *monarchisal-os*, ao segundo imperio *imperialisal-os* outra vez, e á republica de 1870 tornal-os a *republicanisar*, fazendo quasi todos com isso (menos os Bourbons) politica de intolerancia, que é sempre pouco digna, e originando confusões que desorientam os viajantes, os proprios cocheiros de praça, os *sergents de ville* até; porque isso se fez lá fóra, ir a pacata Lisboa imitar essas raivinhas, ou fingir que as imita... é de um absurdo que toca as raias do burlesco.

Mudar sem motivo um nome, que para o povo tem cinco ou seis seculos de existencia, é roubar esse povo; é enganal-o, com o pretexto de glorificar uns benemeritos.

O povo, desenganem-se, é que é o auctor e o dono dos nomes das suas ruas; as imposições acceita-as mal o povo, esta entidade anonyma e grande a que todos pertencemos. Acceita-as mal.

Fazer esquecer os *canos* da Moiraria, que lembravam a antiga hydraulica da cidade, e dedical-os em sacrificio ao (aliás muito digno e muito respeitavel) cidadão *Silva e Albuquerque*;

apagar o nome antiquissimo da *Cruz de Pau*, que lembrava a cruz que servia de balisa aos mareantes n'aquelle descampado, e consagrar (como por de mais) essa viella modesta (mais que modesta) a um dos maiores homens da nossa historia moderna, ao salvador do Porto, ao salvador de Lisboa, ao *marechal Saldanha;*

riscar o ultimo vestigio que existia depois de sete

seculos (e já deslocado) da velha parochial historica da Senhora dos Martyres, e trocar a rua nova *dos Martyres* em rua Serpa Pinto (ó sympathico e talentoso Serpa Pinto, que dizes a isto?);

depois de ter deturpado e deshonrado o convento de S. Francisco, trocado o nome do seu largo, envidado o possivel por enterrar as derradeiras lembranças d'essa antiga e veneranda casa monachal, fazer contribuir o nome para sempre illustre do sr. *Ivens*, a fim de expungir de uma larga rua a recordação de um dos maiores heroes do christianismo, e que tinha prioridade chronologica sobre o sr. Ivens;

ao nome já tão glorioso do meu querido amigo *Capello*, e ao nome, que todos apreciam no muito que vale, do grande e incançavel naturalista *Anchietta* meu antigo condiscipulo, dar a glorificação de lhes queimar aos pés, como homenagem, as ruas da *Parreirinha* e da *Figueira;*

riscar de uma esquina o nome tres vezes illustre da rainha Santa Izabel, e substituil-o pelo do talentoso estadista Saraiva de Carvalho, que morreu na rua da Paschoa (!);

acabar com a velha Carreira dos cavallos, que pintava usos e costumes desapparecidos da antiga Lisboa fidalga, e dar-lhe o nome de Gomes Freire, porque Gomes Freire morreu na torre de S. Julião, e os companheiros d'elle no campo de Sant'Anna:

em summa: ir desterrar para os desvãos ingratos do esquecimento o velho Antonio Ribeiro (o *Chiado*) e dar por templo ao nome colossal de *Garrett* uma rua condemnada a morrer (porque a actividade de Lisboa tende para a Avenida), uma rua com que elle

nada tinha, uma rua commercial e frivola, sem o minimo lampejo de poesia, uma rua de ociosos, uma rua de janotas, uma rua de restaurantes, modistas, cabelleireiros, e estancos de tabaco;

fazer isso tudo, quando para Garrett e para todos os outros bons portuguezes que apontei, tinhamos ruas novas e praças novas, em bairros novos, crescentes, opulentos... faz lastima, e desanima!... é desacato á cidade, e aos que a illustraram; é irrisorio; é de um grotesco malevolo, que parece mostrar o desconhecimento mais boçal das conveniencias; é epigramma; e mais que tudo: é semsaboria.

....

Pedindo ao leitor perdão para este desabafo, vamos agora a tratar socegadamente da nossa rua *Anchietta*... não, não (deixem-me na minha antiguidade)... da nossa rua DA FIGUEIRA.

*

Gosto do teu nome, ó rua da Figueira. A figueira é amiga dos lisboetas, e contribue no pino do verão para lhes adoçar o almoço com os figuinhos de capa rota, e o ouvido com o lindo pregão matinal das vendeiras.

*

A proposito:

É incrivel a quantidade de arvoredo que outr'ora vicejou n'este recinto de Lisboa, a avaliarmos pelos muitos nomes de arvores, que ainda se encontram em muitas das nossas ruas: oliveiras, carvalhos, amoreiras, pinheiros, laranjeiras, amendoeiras, palmei-

ras, loureiros, etc. Algumas foram arvores conhecidas, estimadas dos visinhos, e, por assim dizer, historicas. Apegavam-se-lhes tradições, cultos do povo, hoje perdidos. Usanças do paganismo!

Dava-se entre os romanos a mesma coisa. Publio Victor, auctor do livro *De regionibus urbis Romæ*[1], cita em diversos bairros de Roma arvores, em cujas ramadas floriam tradições antiquissimas. Por exemplo:

Na Região IV, chamada *do Templo da Paz*, via-se na praça de Vulcano (assim denominada por causa de um altar ou estatua d'esse deus) um *lóto*, ou *lódam*, que a lenda affirmava ter sido plantado pelo proprio Romulo, e que se cobria de sangue por dois dias.

Na Região VI, *Alta Semita*, existia uma romanzeira (*malum punicum*), junto á qual se notava o templo da familia Flavia, construido por Domiciano, o qual tinha a sua casa nas cercanias da dita arvore.

Na Região XIII, *Aventina*, havia um sitio, como alameda, sombreado de loireiros, e por isso appellidado *Vicus Loreti minoris*.

Na Região VIII, finalmente, denominada *Foro romano*, conservava-se o *Ficus Ruminalis*, figueira celebre, que (resavam as lendas) servira de abrigo á loba de Romulo e Remo[2].

Fallei de uma *figueira* romana? basta. Detenhamonos a conversar á sombra da *figueira* lisbonense.

1 *Collecção Panckoucke* da Bibl. nac. vol. RR. 1. 59.

2 *Ruminalis* provém da uma antiga palavra que significava peitos, ou tetas de animal. Havia até a deusa *Rumína*, ou amamentadora, venerada n'um sacello proximo d'este logar.

CAPITULO XVII

Inquilinos illustres da velha rua da Figueira foram os typographos do seculo XVII Jean de la Coste, Michel Deslandes, e Valentim Deslandes.—Genealogia da familia dos Deslandes desde os principios do seculo XVII até aos finaes do XIX.

Estamos na rua da Figueira.

*

A nobilitação maior que tem, quanto a mim, esta rua (amodernada e melhorada depois do terremoto) é ter dado morada no seculo XVII, nada menos que a tres typographos celebres: João da Costa, Miguel Deslandes, e Valentim da Costa Deslandes.

Estabelecerei aqui, pela primeira vez, uma interessante genealogia, que representa a probidade, a applicação, o talento, o valor, e a pericia de gerações successivas, dedicadas á mais nobre e util de todas as tarefas. Illustram-se as nações tanto pelos Egas Monizes, os Albuquerques, e os Joões de Castro, como pelos Raphaeis, Vieiras, e Fortunis, ou pelos Elzeviers, Manucios, e Didots. Assim pois este livro, que tem consagrado estirpes militares e poli-

ticas, consagrará tambem esta nobre e digna arvore genealogica da arte portugueza.

*

1 MICHEL DESLANDES, francez, negociante natural da cidade de Thouars, no Poitou, e casado com Marie Laurence, tambem da mesma cidade, teve por filho:

2 MICHEL DESLANDES, que foi em Portugal o chefe da sua dynastia. Passou-se a Lisboa em 1669, fixando-se aqui. Encontramol-o annos depois n'esta freguezia de Nossa Senhora dos Martyres, vivendo em casas proprias na rua da Figueira, e qualificado pelo alvará de 14 de dezembro de 1684, em que é naturalisado cidadão portuguez, como *impressor de livros com varias imprensas*[1].

Por alvará de 6 de outubro de 1687 obteve a mercê de *impressor regio*, na vaga deixada por Antonio Craesbeck. Casou com D. Luiza Maria da Costa, cuja estirpe, tambem franceza, vamos agora estudar, e veiu a fallecer em 1703.

*

Em França vivia o conhecido impressor parisiense

1 JEAN DE LA COSTE, casado com Charlotte Charlier. Tiveram:

2 *Jean de la Coste*, com quem se continua; e

1 Inclina-se pessoa muito competente, a quem consultei sobre o sentido d'essa phrase, a que signifique *varios prelos*, e não *varios estabelecimentos typographicos*.

2 *Charlotte de la Coste.* Casou esta senhora com o celebre impressor Jean de la Caille, auctor da estimadissima Historia da typographia, e discipulo na officina dos de la Coste; o que demonstra mais uma vez a attracção que desde o principio tiveram umas para as outras, cá e lá fóra, as familias do patriciado typographico.

2 Jean de la Coste ou (á portugueza) da Costa, seguidor das tradições dos do seu sangue, abraçou a typographia, arte nobre, e que sempre logrou attrair para os seus cultores (muita vez já fidalgos elles mesmos) as maiores distincções. Veiu estabelecer-se em Portugal, aonde, por signal, o veiu visitar seu pae, o velho de la Coste, que falleceu aqui em 1671. Affeiçoado aos nossos torrões, estabeleceu-se com officina na rua da Figueira, e casou com D. Archangela de Sousa, natural de Lisboa, baptisada na freguezia de S. Lourenço de Carnide, e irmã de D. Maria de Paiva casada com Martim Paes de Mello, que tinha o officio de porteiro da mesa grande da Inquisição.

Parecia que a fortuna bafejava a Jean de la Coste. Além d'esta officina montou outra, em 1679, no collegio de Santo Antão dos Jesuitas (hoje o hospital de S. José), expressamente para lá se darem á estampa os sermões do immortal padre Antonio Vieira. N'esse anno appareceu o 1.º volume dos sermões; e já o seguinte (certamente por fallecimento de João da Costa) saiu dos prelos de seu genro Miguel Deslandes, o visinho da rua da Figueira, assim como sairam outros volumes da referida collecção. O nosso Coste teve da mencionada D. Archangela, uma filha:

DIVISA, OU MARCA TYPOGRAPHICA
DOS IMPRESSORES DE LA CORTE
(DE PARIZ)
SECULO XVII

3 D. Luiza Maria da Costa (nome já perfeitamente aportuguezado), a qual casou, como acima se disse, com Michel Deslandes seu visinho. D'esse casamento nasceram pelo menos tres filhos:

4 *Manuel Pedro da Costa Deslandes*, com quem se continua;

4 *Valentim da Costa Deslandes*. Este baptisou-se na parochial dos Martyres. Foi graduado em leis pela universidade de Coimbra, e por alvará de 26 de junho de 1703 nomeado *impressor regio*. N'esse anno tomou, por fallecimento de seu pae, a direcção das suas officinas, até 1715. Foi no anno de 1707 a visita com que el-rei D. João v honrou a imprensa deslandesiana. Annunciada esta visita real, pediu o dono da casa ao illustrado conde de Tarouca João Gomes Telles da Silva escrevesse umas palavras de agradecimento ao soberano; e em quanto este se achava presente foi composto e impresso o seguinte:

SONETO

N'este prelo, senhor, cada figura
é soccorro que a fama tem buscado.
Não cabendo o teu nome no seu brado,
houve mister valer-se da escriptura.

Com razão favorece quem procura
deixar-te o luzimento retratado,
obrando o impossivel no traslado
de copiar esplendor em tinta escura.

Hoje exulta este prelo os seus primores,
pois para te applaudir lhe dás licença
que aprendam de ti mesmo a ser maiores;

e não só para credito da imprensa,
mas para fé do excesso dos louvores,
lhe auctorisas a prova *na presença*[1].

No anno referido, de 1715, desistiu Valentim Deslandes dos exercicios typographicos, e foi provido, em attenção ás suas habilitações litterarias, nos officios de secretario do tribunal da Cruzada, de executor dos autos da Meza da Consciencia e Ordens, e de thesoureiro dos Armazens de Guiné. Teve a mercê de cavalleiro do habito de Christo. Não me consta deixasse descendencia.

4 *D. Maria Michaella de Sousa*, filha dos mencionados Miguel Deslandes e D. Luiza Maria da Costa. Foi baptisada nos Martyres em novembro de 1682, e casou em 1703, aos 21 annos, com Bento de Mattos Mexia, capitão de cavallos em Olivença, fidalgo cavalleiro da casa real, primo com irmão de Manuel de Almeida Castello Branco instituidor do morgado da Luz, e pae da segunda mulher de Hermano Braamcamp, que veiu para Portugal e foi ministro da Prussia em Lisboa.

4 Manuel Pedro da Costa Deslandes, graduado em canones pela universidade de Coimbra, cavalleiro professo na ordem de Christo, e corregedor do bairro de Alfama. Casou com D. Ursula Josepha de Almeida, natural da freguezia de Santo Estevão de Alfama; e tiveram por filha:

[1] Vem este soneto, sob o titulo *Excavações historicas; um soneto inedito*, no num. 5 da revista *A Imprensa* (Lisboa, dezembro de 1885).

5 D. Rosa de Viterbo da Costa Deslandes. Casou esta senhora, herdeira e (segundo creio) representante unica em Portugal das duas linhagens typographicas francezas acima referidas, com Luiz da Costa Campos, natural de Lisboa, baptisado na parochia de Santo Estevam de Alfama a 14 de setembro de 1712, almoxarife da Ribeira das Naus, cavalleiro professo na ordem de Christo; filho de Francisco da Costa Campos, cavalleiro professo na ordem de Christo, moço da camara do infante D. Antonio, almoxarife da Ribeira das Naus, natural de Lisboa, baptisado em Santo Estevam de Alfama, e de D. Joanna Maria Xavier de Mello, natural de Lisboa, baptisada na egreja da Victoria, recebidos a 6 de março de 1711, na egreja de Nossa Senhora dos Olivaes; neto paterno do valente capitão de mar e guerra Lucas da Costa[1], natural do Porto, e baptisado na freguezia de S. João da Foz, e de D. Francisca de Campos, natural de Lisboa, baptisado na egreja de Santa Engracia; e neto materno do capitão de cavallos João Baptista Alvares de Mello, natural de Lisboa, baptisado na egreja de Santa Justa, e de D. Leonarda Pereira, natural de Lisboa, baptisada na freguezia de Santa Engracia.

D. Rosa de Viterbo da Costa Deslandes enviuvou do mencionado Luiz da Costa Campos, ficando-lhe um filho, que logo será mencionado. Passou a segundas nupcias em 12 de abril de 1766 na parochia de Santos-o-Velho com Luiz Cadot, official da secretaria de estado dos negocios do reino, thesoureiro

[1] Vide a nota no fim do volume.

geral das despezas do conselho da fazenda, cavalleiro fidalgo da casa real, professo na ordem de Christo, antigo familiar do cardeal da Motta; filho de Bernardo Cadot, natural de Lisboa, e já tambem viuvo. Falleceu Luiz Cadot na freguezia de Santos em 9 de janeiro de 1707, e n'ella foi sepultado; morava então ás Janellas Verdes.

O filho, a que acima me referi, de D. Rosa de Viterbo, e de seu primeiro marido Luiz da Costa Campos, chamava-se

Venancio Marcellino de Campos Deslandes, natural de Lisboa, baptisado na freguezia de Santa Engracia. Foi o primeiro estudante que fez acto publico de rhetorica no real collegio dos Nobres em 1765, recebendo em premio, por ordem d'el-rei D. José, o diccionario de Calepino, e outros livros que ainda se conservam em poder de sua familia. Formou-se em leis em 1791; foi juiz de fóra na villa do Redondo e outras comarcas, corregedor do bairro de Alfama em 1806, e em 1809 desembargador da Relação do Porto. Ahi morreu, sendo uma das numerosas victimas da queda da ponte do Douro na entrada do exercito invasor francez. Casou com D. Anna Margarida de Andrade, e tiveram:

7 Manuel Venancio Deslandes, bacharel formado em direito pela universidade de Coimbra, juiz de fóra da comarca de Mafra, desembargador, cavalleiro professo na ordem de Christo, etc.; falleceu em 2 de junho de 1833, preso na torre de S. Julião da barra, por causa das suas idéas constitucionaes; tendo sido casado com D. Maria Thereza Gonçalves, teve os seguintes filhos:

8 *José Venancio Deslandes*, bacharel formado em direito pela universidade de Coimbra; fallecido solteiro.

8 *Manuel Venancio Deslandes*, bacharel formado em direito, e juiz em Odemira. Casado, e com geração; já fallecido.

8 *Venancio Augusto Deslandes*, com quem se continua.

8 A Ex.ma senhora *D. Maria José Deslandes*, hoje viuva do doutor Antonio Corrêa Caldeira, do conselho de S. M., fidalgo da casa real, vogal do tribunal de contas, par do reino, etc., e sobrinho do cardeal Saraiva, o grande D. Frei Francisco de S. Luiz. Com geração.

8 VENANCIO AUGUSTO DESLANDES, bacharel formado em medicina pela universidade de Coimbra, do conselho de S. M., cavalleiro da ordem da Torre e Espada, official da Legião de honra de França, e administrador geral da imprensa nacional de Lisboa. É casado com a ex.ma senhora D. Mathilde Rebello Borges da Castro, de uma antiga familia da ilha de S. Miguel; tem duas filhas:

9 *D. Luiza Gabriella Deslandes*, nascida em Lisboa a 21 de dezembro de 1878; e

9 *D. Margarida Carolina Deslandes*, nascida em Lisboa a 30 de abril de 1881.

*

Assim vim deduzindo por duzentos e tantos annos este fio genealogico de bons servidores das nossas lettras; e folgo de poder notar como o destino se

comprouve em tornar a atar a tradição typographica n'esta estirpe, collocando o actual representante dos Deslandes portuguezes, o meu bom amigo (já hereditario) o sr. conselheiro Venancio Deslandes, á frente do primeiro e importantissimo estabelecimento typographico de Portugal, com a nomeação de sua ex.[a] para administrador geral da imprensa nacional de Lisboa.

Pela sua cultivada intelligencia, o seu gosto apurado, e o seu incançavel zelo, ha de o sr. Deslandes corresponder sempre á espectativa publica, e mostrar que, passados tantos annos, não arrefeceu n'elle o enthusiasmo de seu quarto avô o francez Michel Deslandes, e de seu quinto avô, o outro francez Jean de la Coste, pela nobilissima arte de Gutenberg.

CAPITULO XVIII

Mais pesquizas na freguezia dos Martyres.—A rua da Pellada; onde ficava.—Ahi habitaram os Sousas Calharizes.—Aproxima-se a habitação de outro Sousa illustre na rua do *Lambaz,* hoje de Belver.—Allude-se á residencia dos Sousas (hoje duques de Palmella) no largo do Calhariz.—Um passeio no Chiado.—Mudança immotivada d'esse nome no de rua de Garrett.—Retrato rapido do velho Antonio Ribeiro Chiado.

Uma palavra mais, como additamento ás memorias d'esta parochia dos Martyres: refere-se á rua *da Pellada*, antiga serventia já mencionada no livro de Christovam Rodrigues de Oliveira. Ficava junto ao postigo do Duque de Bragança, que era uma das 38[1] portas da muralha d'el-rei D. Fernando, aberta sobre a ribanceira que hoje desce do pateo do hotel de Bragança e dos altos da rua do Thesouro Velho sobre a rua do Alecrim, ribanceira que já se não vê, disfarçada como está por edificações, e pela entrada da cervejaria.

Era de nascente a poente a directriz da rua da Pellada, no comprimento de 59 varas, 4 palmos e tanto,

[1] Este numero tral-o já Fernão Lopes no cap. 116 da *Chron. d'El-Rei D. João* I.

e na largura de 2 varas e 2 palmos, pouco mais. No fundo d'esta rua, no seu extremo occidental, havia uma travessa encostada ao palacio dos duques, que saía por uma porta para a rua denominada do Feragial. No extremo oriental havia um arco com passagem para o Corpo Santo[1]. Chamava-se Arco das Fontainhas.

Na rua da Pellada (singular nome este! ainda lhe não acertei com a origem) habitou n'um palacio dentro da tal porta, ou postigo, chamado do Duque de Bragança, uma illustre familia, a dos avoengos da casa actual de Palmella, os Sousas Calharizes[2].

Não sei se era predio proprio, ou de aluguer; sei que em 1590 outro dos mesmos Sousas, D. Diogo de Sousa, morava *a Santa Catherina*[3], e por signal deu nome á sua rua, que é hoje a rua *de Belver*, e até ha poucos annos era a rua *do Lambaz*. O *Lambaz* era a alcunha que tinha na côrte esse D. Diogo, filho de D. Francisco de Sousa, fidalgo do tempo d'El-Rei D. João III. Vão lá saber porquê!

*

Não é aqui a occasião de descrever outra das habitações dos Sousas Calharizes, a mais bella que elles possuem em Lisboa; essa propriedade é o palacio chamado do Calhariz, onde hoje está o ministerio dos negocios estrangeiros, enquadrado entre o largo

[1] Tombo da cidade.
[2] J. C. Feo, *Memorias dos duques*, pag. 438.
[3] J. C. Feo, *Mem. dos duques*, pag. 418 e 419.

do Calhariz ao sul, a rua da Atalaya ao nascente, a travessa das Mercês ao norte, e a rua da Rosa ao poente. Edificou-o pelos annos de 1700 D. Francisco de Sousa[1]. Veremos isso n'outra parte, visto que me escapou quando tratei do Bairro Alto. Fallavamos na residencia dos Sousas na rua *da Pellada*, e por aqui ficaremos, cerrando n'este ponto, (não por falta de assumpto, mas por falta de espaço), o que sei da freguezia de Nossa Senhora dos Martyres.

*

Sim; saiamos da freguezia dos Martyres, não sem deitar uma vista de olhos á celebre rua dos elegantes lisbonenses, ao nosso *Boulevard de Gand,* á nossa *Regent street,* ao nosso velho e fallador Chiado, hoje chrismado (bem mal a proposito quanto a mim, salvo melhor juizo) em rua de Garrett.

Antigamente essa grande arteria, que seguia desde o convento do Espirito Santo (palacio Barcellinhos) até á frente do palacio do marquez de Marialva (praça de Luiz de Camões), tinha em cima o nome de rua das Portas de Santa Catherina, e só era *Chiado* para baixo da rua da Cordoaria Velha (a nossa rua de S. Francisco). Ultimamente chamava-se a tudo, em linguagem official, rua das Portas

[1] O largo *do Calhariz* toma o nome do antigo senhor do palacio, que era o primogenito d'estes Sousas, senhor da quinta celebre do Calhariz, perto de Azeitão. Chamavam-lhe a elle *o Calhariz*, como hoje se diria *o Palmella*, *o Loulé, o Fronteira.* Logo, vemos que essa denominação lisbonense da rua, ou largo, não passa além dos primeiros annos do seculo XVIII.

de Santa Catherina, mas a denominação de *Chiado* invadira, e dominava no uso. Os janotas da casa Havaneza estavam tanto no Chiado, como os freguezes da loja do José Alexandre.

Esse nome do Chiado, desthronado pelo do immortal Garrett, tambem tinha os seus foros, e não muito mesquinhos; foi injustiça desconhecer-lh'os. Garrett presou-se de bom companheiro em lettras; porque o obrigou a camara municipal a ser mau companheiro depois de morto? Tenham a certeza d'isto: se o podessem consultar, diria elle que deixassem quieto no seu logar o velho Chiado, o poeta Antonio Ribeiro Chiado, seu predecessor, e seu collega (se bem que muito somenos, é claro) na carreira litteraria.

Pobre Chiado! contemporaneo de Camões, (outro collega) e mencionado por elle na comedia d'*El-Rei Seleuco,* não lhe valeu essa nobilitação, e lançaram-n'o com desprezo á valla do esquecimento. Pois tinha fama no seu tempo, e essa consideração devia pezar no prato da balança; lá diz no prologo da citada comedia o mordomo estas palavras referindo-se ao moço, que pelos modos tambem arranhava lyra: *E mais tem outra coisa: que uma trova fal-a tão bem como vós, ou como eu, ou como o Chiado.*

Ribeiro se chamava elle; se *Chiado,* como querem, era alcunha, é certo que a adoptou e fez d'ella appellido, como outros muitos. Foi franciscano; mas, tendo alcançado a annulação dos votos, viveu como clerigo secular o resto dos seus dias. Figura-se-me dizidor e zombeteiro, irrequieto e talentoso, cabendo mal no apertado involucro da sotaina, e desafogando

o seu talento em autos e escriptos satyricos e sentenciosos, de sabor muito popular.

O que fosse a bagagem litteraria do nosso Antonio Ribeiro, dizem-n'o os bibliographos; Innocencio adiantou a Barbosa; e quem sabe o que se não sumiria no báratro das tendas! pode bem ser que ainda por ahi venha a apparecer mais alguma trova desgarrada.

Sem ser um poeta de cunho, sem ter o largo envergamento d'azas da aguia que se chamou Gil Vicente, tem boa embocadura, e graça; por outra: devia ter tido muita graça; devia; está-se a ver.

Por entre as longuras e escuridades, que hoje nos parecem ainda maiores, chispa aqui e ali o epigramma, nem sempre velado, nem sempre admissivel para nós outros. Filiado, como se adivinha que estava o auctor, na grande escola do mestre, segue-o a passos deseguaes; mistura preceitos philosophicos com facecias dignas das hortas da Mouraria, ou dos ajuntamentos dos petintaes da Ribeira. Na sua obra porém, laboriosamente diluida em scenas desconnexas, e para mim inintelligiveis ás vezes, consegue o extravagante engenho do turbulento padre pintar alguns bons quadros da sociedade do seu tempo; não a sociedade alta, mas a das praças e ruas, os fidalgos sem eira nem beira, as escravas negras, primas com irmãs dos jograes de algum dia, os passeantes, os tunantes maledicos de soalheiro, os pescadores da marinheira e rumorosa Alfama.

Atravez do monotono, do estirado, do confuso do enredo (se enredo ali ha), passam essas varias figuras, a comadre, a moça casadoira, o preto boçal, o

cavalleiro capa-em-collo, o frade com os seus latins; mas passam como n'um theatro de sombrinhas, movidas pelo arame do auctor.

Sim; certo é que não são mais que títeres, em quanto Gil Vicente, esse amostrava-nos gente; não são mais que reflexos, em quanto lá eram corpos vivissimos. Condão do genio!

Do parentesco porém dos dois espiritos, o do poeta da plebe e o do poeta da côrte, dará sobejas provas a leitura attenta das obras de ambos; e é interessante aproximar, que varias vezes se topam em Antonio Ribeiro citações ou allusões á factos e personagens já tocados em Gil Vicente: a taverneira *Biscainha*, o taverneiro *João Cavalleiro*, ou o mesmo Çapayo epigrammado pelo grande trovador, e de quem diz o seu contemporaneo, no auto *Pratica de oito figuras:*

> *vós tendes já melhor veia*
> *que Affonso Lopes Çapayo.*

*

Á vista de todo o exposto, podemos imaginar o afan com que seriam esperados, os sorrisos com que seriam recebidos, em muita parte do publico da Lisboa quinhentista, os opusculos do Chiado, com a sua apparencia elegante, o seu famoso typo gothico, as suas preciosas illustrações gravadas em madeira, os seus emblemas, todo aquelle luxo typographico, emfim, com que o impressor Germão Galharde vulgarisava o seu poeta; e mais ainda pelas muitas allu-

sões de que certamente se viam lardeados aquelles versos.

Portuguezes, bem portuguezes que elles são! isso é innegavel. Por entre o emmaranhado d'aquella poesia plebêa, desponta, aqui, além, algum campanario de Lisboa, S. Vicente de fóra, Santo Estevam, S. Bento; saltam referencias a casos recentes então, e chispam como faulhas os eloquentes proloquios e anexins populares nacionaes.

Se hoje esses folhetos são apenas flores mortas, espalmadas no herbario dos bibliophilos, certo é que tiveram vida, e muita; o nome popularissimo do Chiado correu de bocca em bocca, logrou aura, logrou fama, e echoou desde a botica da Rua Nova até aos salões dos paços da Ribeira ou da Alcáçova.

De mais a mais era o auctor prendado de certos dotes jogralescos, que as turbas presam: levava a resposta comica sempre engatilhada; improvisava trovas com graça sobre as actualidades ephemeras da velha Lisboa; e emfim tinha o don do arremedo; imitava tom e gesto de taes e taes personagens, e saia-se d'esses retratos vivos com chiste e experteza.

*

Pois quê? não bastaria toda esta inculta pujança nativa de talento para conservar ao ex-frade, ao auctor das *Regateiras*, a unica lembrança que d'elle tinhamos: o seu nome pregado a uma rua?

Se os passantes soubessem quem tinha sido Antonio Ribeiro Chiado, não penduravam todos mentalmente ao olhar para aquella esquina mais um re-

trato na galeria dos poetastros e poetas portuguezes? não se augmentava assim o nosso haver commum?

Sim; sim; foi o velho Chiado (está-se a perceber) uma figura muito individualisada, muito caracteristica, na turba-multa dos nossos poetas menores. Se metrificava mal, imputemol-o ao seu tempo barbaro; inda assim, rimava com certo apuro; tinha movimento; tinha graça; e em summa: se mais não fez, não foi por mingua de talento; a tendencia poetica tinha-a elle nativa, e bem o provou quando encaracolou esta quintilha preciosa, na *Pratica de oito figuras:*

> *A trova para ser trova*
> *não presta se não fôr fina,*
> *delicada, cristallina,*
> *e fundada em coisa nova;*
> *se assim fôr... fica divina!*

Ora, digo eu: como nós outros o esquecemos, o que se devia era ensinar aos frequentadores habituaes da sua rua quem elle tinha sido, mas não demolir-lhe a memoria, e demolir-lh'a ingratamente no altar de um confrade. Garrett não ganhou, e o Chiado perdeu.

*

«A sua rua» — disse eu; mas *sua* porquê? ora ahi bate o ponto; ha opiniões. Diz o erudito Rivara que *a alcunha de Chiado veiu ao nosso poeta do logar*

da sua habitação em Lisboa, onde morreu em 1591[1]. Innocencio e Barbosa dizem a mesma coisa. D'ahi se conclue que já pelo meio do seculo XVI se chamava *Chiado* ao sitio. Isso justamente é que nunca achei mencionado, tendo compulsado titulos antigos d'aquellas immediações. Não quer dizer nada, ainda assim. O que de todo não percebo é a significação de tal nome.

*

Quem emprehendesse a chronica minuciosa d'esta rua, até ha bem pouco a primeira de Lisboa, pelo tranzito, pelo esplendor das lojas, pela qualidade dos seus frequentadores, emprehendia obra do maior interesse, e tinha para volumes. Bastava que principiasse desde a fundação do celeberrimo caffé Marrare, que todos nós ainda ali conhecemos, o Marrare chamado *do polimento* (em opposição ao *das sete portas* da rua do Arco do Bandeira), o praso dado de tudo quanto Lisboa teve de elegante e illustre no correr de cincoenta e tantos annos. No prologo da *Lyrica de João Minimo* lá diz Garrett:

No verão de 182... succedeu uma tarde de Junho que me encontrei no conhecido caffé Marrare com uma sucia de rapazes, etc.

É tal qual; para ali se ajustavam, ali conversavam, ali discutiam, ali escreviam... e alguns ali nasciam, creio eu, e ali morriam.

[1] Vide um artigo do citado auctor no *Panorama*, tom. IV, pag. 406.

Conta Julio Cesar Machado n'um seu livro de viagens a impressão que lhe fez esta immobilidade rotineira e burguezmente pacata da nossa patriarchal Lisboa de ha vinte e cinco annos, comparada com o buliçoso ir e vir do turbilhão chamado Pariz. Ao sair de Lisboa tinha deixado á porta do Marrare um janota romantico, muito semsabor, pallido, inerte, inutil, a fumar o seu charuto, e a ver quem passava. Ao voltar de Pariz, com a alma a vibrar d'aquelle bule-bule dos *boulevards*, atravessa o Chiado, e vê o mesmo janota, na mesma postura, encostado, com a mesma semsaboria, deitando fóra o charuto, que vou apostar era o mesmo.

Lisboa era o Chiado; o Chiado era o Marrare; e o Marrare dictava a lei. Ser frequentador do Marrare era a suprema elegancia para os elegantes; frequentar o Marrare era como para os romanos ir a Athenas; imprimia caracter.

Hoje quem subir a rua de Garrett, e gostar de pensar em archeologias prehistoricas, lembre-se de que na loja n.os 58 e 60, n'essas duas portas occupadas pelo sr. A. Ribeiro chapelleiro, é que foi o caffé por excellencia da Lisboa de José Estevam, da Lisboa de Luiz Mendes de Vasconcellos, o maior *dandy* do seu tempo; e não passe, sem deixar um pensamento ao menos ao velho e gordo italiano Marrare, fundador d'essa *academia* illustre.

Este italiano não conheci eu; é anterior ás minhas reminiscencias; ouvi porém a pessoas do seu tempo descreverem-n'o com traços muito caracteristicos.

Era obeso, meio adormecido; andava e movia-se lentamente; saboreava com um prazer seraphico os

productos da cosinha italiana, e presidia com olhinhos de entendedor experto á faina dos caffés e dos licores do seu botequim de tafues.

Tinha vindo para Lisboa como copeiro da casa de Nisa.

Andava sempre em pé; quando muito encostava-se ás hombreiras e ás paredes. E se alguem para o ouvir contar recordações de Italia lhe dizia:

—Sente-se, sr. Marrare; então está em pé?

respondia elle muito de vagarinho, com o seu bondoso gesto, e o seu sorriso ironico e finissimo, n'um italiano já meio portuguez:

—Grazie, grazie. Non mi sento; nó; non mi sento, perchè se mi sento... dormo. Che volete? dormo.

*

«Mysterios do Chiado» intitulou o meu chorado amigo e mestre Silva Tullio uma serie de artigos que projectava, e principiou no primeiro volume do jornal *A Semana* em 1851. Foi pena que não continuasse; elle devia saber muito da chronica d'aquella rua, e sabia contar na perfeição!...

CAPITULO XIX

Deixa o auctor a parochia dos Martyres, e dirige-se em espirito para a demolida egreja de S. Martinho.— Já existia esse templo em 1168.— Demonstra-se a asserção com uma lapide de que existe traslado.— Rectificações feitas a J. B. de Castro por José Valentim.— A egreja primitiva de S. Martinho. Restos da sua architectura descobertos na demolição.— A maior parte da gente ignora onde ficava este templo.— Alude-se ao paço d'a-par-S. Martinho, tambem chamado dos *Infantes*.— Procura-se averiguar que infantes eram esses.— Opinião de encontro á opinião corrente.

Demos agora um salto desde os Martyres até S. Martinho; por outra: até á frente da cadeia do Limoeiro. A ver o quê?—pergunta o leitor. A estudar com a mente a parochial d'aquelle orago, que tantos seculos ali esteve, e cujo sitio é hoje um largo. Abramos os calhamaços, e entremos em materia.

*

É tida a parochia de S. Martinho por uma das mais antigas de Lisboa. Em escripturas mencionadas na historia ecclesiastica de D. Rodrigo da Cunha, já em 1168 se encontram memorias suas. E, refere

PLANTA DA FREGUESIA DE S. MARTINHO
Fevereiro de 1887
PARTE DA FREGUEZIA DE S. THIAGO
RUA DE S. MAMEDE
PARTE DA FREGUEZIA DA SÉ
LARGO DE S. MART.º
RUA DO LIMOEIRO
LIMOEIRO
PARTE DA FREGUEZIA DE S. JOÃO DA PRAÇA
RUA DO MARECHAL

Castro no *Mappa de Portugal*, havia documento lapidar, que provava ter sido esta parochia priorado já em 1183; era uma pedra posta n'um nicho de antigo confessionario, entre o arco do côro e a capella de S. Francisco; lia-se n'ella a inscripção seguinte, cujo fac-simile vae em nota no fim do volume:

Decimo tertio kalendas Februarii Joannes Ramiris hujus Ecclesiæ Primus Prælatus obiit œra 1221.

Em portuguez:

No dia 13 das kalendas de Fevereiro, (20 de Janeiro) Jeronymo Ramires primeiro Prior d'esta Igreja falleceu, na era de 1221. (anno 1183).

Essa inscripção, vista, correcta, e descripta por José Valentim de Freitas nos seus preciosos apontamentos manuscriptos do museu do Carmo, era em *lettra romana inicial e oncial, com caracteres conjunctos, gravada em pedra urgeiro (grés calcareo).* Achava se, segundo esse minucioso informador, que via por seus olhos (e sabia ver), na parede fronteira ao vão de um confessionario, que se via entre a pilastra que ficava junto ao côro, e a capella seguinte, a qual em tempo de J. B. de Castro era de S. Francisco, e ultimamente era de Jesus Maria José, da irmandade dos cegos[1].

[1] Palavras de José Valentim:
No corpo da egreja, entre a pilastra que estava junto ao côro, e a capella seguinte, que J. B. de Castro diz que era de S. Francisco (esta capella era ultimamente dedicada a Jesus Ma-

*

Este mesmo indefesso rebuscador, a quem tanto devemos todos, conjectura que talvez o primitivo templo de S. Martinho *não fosse mais que uma pobre capella para um vigario da cathedral administrar os santos Sacramentos á gente da nova povoação, que se ia estendendo para aquelle lado da cidade.*

Foi — diz elle tambem — *na sua origem uma construcção semelhante á primeira da sé, feita da mesma pedra dos bancos que então havia, e ainda ha, por aquelles e mais sitios da cidade, e ao nascente e norte. Era de architectura arabe, muito simples e tosca.*

Ao demolir-se esta egreja ultimamente, segundo logo contarei, examinou José Valentim com a sua sagacidade de paleographo d'estes livros de pedra, as paredes, novas e velhas, ao passo que se iam esboroando. Dentro na argamassa encontrou varios vestigios da primitiva construcção.

Por exemplo (quasi formaes palavras):

Uma pequenina base de columna, muito mal feita, corroida, moldurada pela face superior do plintho, que fazia tambem de sóco. Tinha no tardoz um bocado de caliça, que mostrava ter sido a cal traçada com areia da praia; e ainda conservava uma casca inteira do marisco vulgarmente chamado burá. Mostrava ter tido algum ornato pela frente.

ria José, e onde estava a irmandade dos cegos) havia um vão na parede, feito para confessionario, onde estava embutida, na parede d'elle fronteira, uma pedra de urgeiro com a inscripção latina original etc.

Outra pequenina base, de que só vi um bocado; parecia ser a sua planta um meio exagono irregular.

Uma base de pilastras com arestas.

Umas peças de volta com as arestas cortadas, formando pequenos lados.

Mais outra, rebaixada pelo centro da aduella.

Mais alguns bocados de columnas delgadas.

Um capitel pequeno muito arruinado, imitação do capitel corinthio, com quatro folhas de alto a baixo, além de outras mais pequenas, algumas das quaes se assemelhavam a folhas de hera.

Tudo no gosto arabe, e em pedra urgeiro.

Achei tambem um bocado de uma pyramide quadrada formada de alvenaria.

Achei mais, de urgeiro, uma lapide que parecia fragmento de campa. Tinha na grossura, pelo seu comprimento, o resto de uma inscripção sepulchral (em lettra antiga) pertencente a um prior. Estava servindo de pedra de elegimento na capella mór, na parede da parte do norte.

Por baixo do elegimento do membro entre a capella de Jesus Maria José e o confessionario, onde estava a inscripção de João Ramires, vi uma caixa com ossos dentro. Seriam os ossos d'elle, que para ali fossem mandados provisoriamente? O que sei é que, ao forçar-se a parede que fazia frente para o largo do Limoeiro, aproveitaram aquella parte da parede da egreja, e rebaixando o terreno n'esse sitio, acharam o topo da caixa de pedra, com ossos soltos dentro, no vão d'ella, que tinham deixado ôco. Quando eu cheguei, vi-a já rossada juntamente com a sapada da parede onde estava, e alguns ossos fóra;

13

pedi que lh'os tornassem a deitar dentro, e que não continuassem a partir a caixa; e assim m'o prometteram.

Depois de examinar tudo, cotejando mentalmente esse alphabeto disperso, poude o venerando antiquario lobrigar uma parte do seu problema, e escreveu isto:

Pelo que fica referido, pode-se formar idéa approximada da antiga decoração da egreja, pela maneira seguinte:

Se as pequenas bases, pela sua mesquinhez (em tamanho e em fórma) não indicam terem sido de era mais antiga que o capitel, então seriam pertencentes á capella mór; ou seriam da egreja, e o capitel um dos do corpo d'ella, para sustentar os arcos, que assentavam (do lado da capella mór e do lado da frente da egreja) sobre impostas, como era costume, servindo para aguentar o madeiramento.

A peça de volta, com o rebaixo, podia pertencer ao arco da entrada da capella.

*

Hoje a maioria dos lisboetas da minha geração nem sequer já sabe onde ficava um templo, como este, que figurou na nossa historia, e fixou nome a um paço notavel, onde tantas scenas tragicas se deram: o paço de *a-par-S. Martinho*, tambem chamado *dos Infantes*.

Não quero proseguir sem expor uma duvida que me lavra ha muito no espirito. Lê-se em varios es-

criptos[1], que essa denominação provém de terem habitado ahi no seculo XV os infantes filhos d'el-rei D. João I. Quanto a mim é engano; isto é, talvez habitassem; mas já então, desde o meio do seculo XIV o paço se chamava *dos Infantes*. Encontro rasto d'isso em Fernão Lopes, quando, referindo-se a factos do tempo ainda d'el-rei D. Fernando, diz o chronista que el-rei morava no paço *que chamavam dos Iffantes*, *que son acerca dessa egreia* (de S. Martinho)[2]. Note-se: o auctor não diz *que chamam;* diz muito claramente: *que chamavam*. Logo, se então, em dias do marido de Leonor Telles de Menezes, já assim se denominava essa antiga casa, procuremos outros infantes, e achamol-os bem perto: devem ser os filhos d'el-rei D. Pedro e de D. Ignez de Castro, os celebres D. João e D. Diniz.

Que não eram os filhos do mestre d'Aviz, demonstra-se com o exame das datas.

Como diz Fernão Lopes, já em dias d'el-rei D. Fernando se chamava aquelle paço *dos Infantes;* ora só em abril de 1408 é que nas côrtes de Evora se resolveu que el-rei D. João I désse casa a seus filhos, o infante D. Duarte, herdeiro, e seus irmãos D. Pedro e D. Henrique[3].

Parece-me bastante clara a demonstração; e fica para mim assente de uma vez para sempre, que a

[1] Por exemplo n'uns artigos do meu erudito mestre e amigo o sr. Vilhena Barbosa, *Archivo Pittoresco*, t. IV, pag. 168, e t. VI pag. 102.

[2] Fernão Lopes, *Chron. d'el-rei D. Fernando*, cap. XXIX.

[3] Codice da bibl. nac. de Lisboa, *Côrtes do reino*, J—5—36 fl. 194.

denominação de «paço dos Infantes» dada ao paço de S. Martinho se não referia aos filhos de Filippa de Lencastre, mas sim aos

.........da misera e mesquinha,
que depois de ser morta foi rainha.

CAPITULO XX

Allude-se a um trecho do *Monge de Cister* por Herculano.— Busca-se no desenho de Simão Beninc, muitas vezes citado, uma vista do paço de S. Martinho.— Certa torre dos jardins de Urganda no romance de cavallarias *Palmeirim de Inglaterra.*—Resto do antigo paço na rua actual do Limoeiro.— Vestigios litterarios d'elle nos capitulos de Fernão Lopes.

Quem não leu *O Monge de Cister?* e quem não se recorda das pinturas que nos deixou Herculano, tão vigorosas e vivazes, do paço lisbonense de a-par-S. Martinho?

Herculano, dotado de excepcionaes faculdades imaginativas, auxiliadas de saber massiço e fundo, viu (pode-se dizer que viu) a quatro seculos e meio de distancia, o paço de D. João I. Muita vez em meia linha, n'uma palavra, n'um epitheto, está um serão de cabouqueiro entre montanhas de alfarrabios.

Sem descrever, senão conjecturalmente, a magnifica estancia real, pinta-a com uma verdade que nos repassa: com as suas ogivas, as suas escadarias soturnas, as suas vidraças coloridas, o gyneceu das damas de honor, a sua mobilia embrincada e rendi-

lhada como portaes de cathedral, a sua etiqueta ingleza, e a sua portuguezissima hospitalidade. Graças ao romancista penetramos no estudo do rei, com João das Regras e Mem Bugalho; no dormitorio das camareiras, com Cypriana e Briolanja; e entreouvimos o tinir das béstas dos somnolentos bésteiros da guarda no lagedo da entrada, os concertados modilhos das charamelas e tiorbas dos momos no salão grande das festas, e até os clarins longinquos dos batedores a annunciar a cavalgada da rainha que volve ao paço.

Além d'esses primorosos esboços á penna, não possuimos outros authenticos do paço historico de a-par-S. Martinho.

Quer-me porém parecer que talvez a vista de Lisboa por Simão Beninc, tantas vezes citada [1], nos conservou um aproximado desenho de uma parte do paço para a banda do mar, á direita do quadro, ao oriente da sé. Refiro-me ao torreão senhoril, que lá vemos, coroado de elevadissimo curocheo sobrepojado de grimpa com bandeira, e cujo ar apalaçado está a denunciar residencia de magnate. A primeira vez que o vi, lembrei-me logo de outro, que eu já tinha admirado nos jardins de Urganda, no *Palmeirim de Inglaterra*.

Isto de quem passa vida de aventureiro pelos livros velhos, tem encontros, que nem os mais fallados dos contos de fadas! Nos livros velhos ha muito mais que nos novos, porque ha o silencio e a penumbra das regiões deshabitadas. Com os novos

[1] Veja-se o livro do sr. F. da Fonseca Benevides *Memorias das Rainhas*, tom. I, pag. 344.

pouco me sei haver, e só por dever de officio; com os velhos me quero eu, que são tudo, e tudo teem sido para mim.

*

Ora a torre com que eu topei no jardim de Urganda era *da mais singular obra e invenção que nunca vi.* Só a face das paredes, lavrada de muitas galantarias e subtilezas, dava bem que observar e notar. O telhado subia n'um curocheo atrevido, xadrezado de lageas, como azulejos, de varias côres. Do extremo saía uma haste muito comprida, onde girava uma grimpa a modo de bandeira quadrada, rondando a sabor do vento. As janellas, do ogival mais puro, eram adornadas de vidraças de côres, todas em figuras de historias antigas, torneios, vidas de Santos, e cujo exame levava horas embevecidas[1].

Aqui tem o leitor o que eu vi, e o que de novo me appareceu no espirito, ao estudar, como illustração ao romance de Herculano, o precioso desenho de Beninc. Porque é indispensavel saber isto: do viver da côrte antiga medieval, dos usos cavalleirosos e fidalgos da sociedade que passou, do estylo das edificações e dos trajos da cidade morta, conservaram os livros de cavallarias inapreciaveis reliquias, que o estudioso percebe, aqui, ali, disfarçadas, quasi desconhecidas, mas muito exactas.

A contraprova é esta: quando se estudam certas

1 Vide *Palmeirim de Inglaterra*, cap. cxx, edição de 1786, tom. II, pag. 412.

relações minuciosas de viagens antigas, parece então estarem-se a correr livros de fabuladas aventuras. No diario veridico da jornada do conde de Ourem desde Lisboa até ao concilio de Basilêa, documento interessantissimo de que talvez o meu leitor se esteja recordando[1], ha descripções, que por um tris nos parecem as pinturas romanceadas com que os Jorges Ferreiras, os Vascos de Lobeira, os Franciscos de Moraes, e os Joões de Barros, nos entreteem nos seus *Memoriaes,* nos seus *Amadizes,* nos seus *Palmeirins,* nos seus *Clarimundos.*

*

Se o leitor tem á mão o livro do sr. Benevides, dê uma vista de olhos ao quadro, e veja apparecer-lhe n'um relance, com a sua elegancia interior, e todo o conchego de um paço primoroso, a opulenta residencia real de *a-par-S. Martinho.*

Grande lastima será sempre que não ficassem desenhos, ou planos, ou descripções miudas, de tão nobre casa. Apenas sabemos que se erguia onde é hoje o Limoeiro, e continuava um pouco pelo começo da rua que sobe para S. Thiago e Santa Luzia. Quando em 1843 se escrevia o *Monge de Cister*, diz o auctor que ainda então restavam do paço *umas hombreiras de pedra cannellada e volta ogival... no muro que segue para o nascente da cadeia do Limoeiro;* e n'uma nota de edições posteriores

[1] Pode encontrar-se no tom. v das Provas da *Hist. Gen.*, pag. 573.

do mesmo romance accrescenta que em 1859 já desapparecera tal vestigio. Creio talvez ser confusão dos informadores de Herculano; ainda lá se vê, junto á casa da guarda, n'este mez de dezembro de 1886, uma preciosa hombreira, agora duas vezes celebre desde que elle a phantasiou pertencer ao gabinete d'el-rei D. João, e a immortalisou. Lá está ainda, até que um dia a mandem britar para o mac-adam.

Sabe-se mais ainda, que do paço saía um arco, ou passadiço, para o fronteiro templo de S. Martinho[1]; passadiço que foi arrasado, mas de que existe vestigio irrecusavel no nome da rua que vem de Santo Antonio da Sé; rua *do Arco do Limoeiro*. Lá está ainda o lettreiro; ainda hoje o vi; até que um dia o mandem raspar, e substituir por outro que diga: RUA DO SR. JOSÉ FRANCISCO INFLUENTE DE ELEIÇÕES!

*

Colhem-se em Fernão Lopes umas tres ou quatro noticiasinhas, que, por serem hoje altamente preciosas, não posso ommittir. Por exemplo: ficamos sabendo que dava sobre a rua *uma grande janella*, á qual assomou o mestre d'Aviz para ser visto do povo[2]. Havia mais um espaçoso eirado, mas não consta se da banda da rua, se para o lado do mar[3]. D'esse eirado entrava-se para um salão muito vasto com janellas, junto a uma das quaes foi assassinado

[1] *O Monge de Cister*, cap. XV.
[2] *Chr. de D. João* I, cap. XII.
[3] Idem, cap. XI.

cobardemente o conde Andeiro[1]. Emfim, do salão passava-se logo para uma camara da rainha, onde ella tinha estrado, e onde se achava com suas damas quando se deu a torpe tragedia[2].

Paremos aqui uns minutos. Forcejarei pintar esse quadro sombrio da nossa historia. Creio que m'o não levarão a mal os curiosos de antigualhas. É innegavel a alta influencia politica d'esta desavença cortesã. Estudal-a, avivar-lhe as côres, ainda que só por momentos, como com agua pura costumam os *cicerones* aos frescos de Pompeia, não é pois tarefa ociosa para quem dá valor ás lições que recebemos do passado.

Voltemos a folha, e passemos ao capitulo seguinte.

[1] Ibid.—Esse salão é hoje (a ser verdadeira a tradição), a sala chamada n.º 1, ou *das columnas*, no actual Limoeiro. Assim se expressa o sr. Caetano Alberto no fim do 4.º artigo do seu escripto *Uma visita ao Limoeiro*, no jornal *O Occidente*, vol. IX, n.º 277, pag. 197, col. 2.ª O desenho d'essa tal sala executado pelo sr. Ribeiro Christino vem no numero antecedente.

[2] Ibid., cap. X.

CAPITULO XXI

Assassinio do conde Andeiro; quadro historico.

Uma sexta feira 6 dias de dezembro de 1383, quem passasse a horas de terça, isto é ás 9 da manhã, pelos paços reaes de a-par-S. Martinho, onde vivia sua mercê a muito alta e poderosa *Dona Leonor, pela Graça de Deus rainha, governador e regedor dos regnos de Portugal e Algarves*, viuva d'el-rei D. Fernando, veria uma cavalgada de dezoito ou vinte fidalgos luzidamente vestidos, e armados de cotas, braçaes, e espadas cintas, parar ao portal da residencia.

Os vendilhões e transeuntes, curiosos então como sempre, reconheceriam para logo entre os recem-chegados (que, pelas mostras, vinham de longe) um dos typos mais populares e bemquistos em Lisboa: o filho d'el-rei D. Pedro de justiceira memoria, o risonho e affavel mestre de Aviz D. João, que a esse tempo orçava pelos seus vinte e seis para vinte e sete.

Apearam-se todos; e em quanto os bésteiros da

guarda formavam á pressa em honra do alto personagem, subia o mestre a escadaria, seguido dos seus companheiros, e ouvia-se um retinir compassado de armas nos aposentos do palacio.

Atravessaram a passos largos, como de quem sabe as cortadas, um vasto salão ladrilhado e soturno, de tecto de cupola, mobilia affonsina, panoplias de arnezes antigos, com alguns paineis de reis mortos. Ahi se achavam, praticando entre si e passeando, muitos fidalgos e pagens; e entre elles, pagens e servidores do valido conde de Ourem João Fernandes de Andeiro; signal evidente de se achar este por então no paço da rainha.

El-rei D. Fernando fallecera aos 22 de outubro; havia apenas mez e meio. Ia muita gente desde manhã acompanhar a viuva no seu nojo. A vida antiga começava extremamente cedo; as nossas 9 ou 10 horas da manhã eram já horas elegantes.

Dirigiu-se o mestre com todos os seus ao topo da casa, onde, diante de uma alta porta ogival, passeava com ar indifferente e solemne um porteiro da camara.

Este ao reconhecer quem vinha perfilou-se, e correu a tapeçaria, inclinando-se respeitoso. D. João, sem quasi attentar n'elle, bateu á porta e entrou. Houve porém demora de segundos, porque o porteiro, fiel ás suas instrucções, duvidou primeiro deixar que seguissem os outros cavalleiros sem primeiro fazer saber; mas o troço irrompeu, e entrou tambem·

*

Estamos na camara da rainha; nada menos.

É uma quadra não muito vasta, aconchegada de ricas tapeçarias de Arraz. O tecto acairelado e doirado de florões, ergue a sua cupola de cedro marchetado, em cujo plano superior se divisa, com todas suas côres, e entre as phantasiosas folhagens do paquife, o escudo de prata carregado das quinas. Ao fundo o estrado alcatifado, onde poisa o grupo das damas; no estrado, em cadeira ogival recoberta de brocado de oiro, avulta uma formosa mulher de trinta e tres para trinta e quatro annos, vestida de lucto rigoroso, e em todo o viço da sua lindeza aristocratica. É ella; é a rainha, mais formosa ainda sob a velatura vaga de melancolia, que a envolve como um veo.

Tudo n'aquella mulher seductora parece feito para reinar: a fronte soberana; o olhar dulcissimo, de pomba, que ás vezes, quando a bocca sorri, se lhe illumina a subitas de uma ironia que repassa; o ovado do rosto, que lembra o immaculado das Madonnas bysantinas; o busto soberbo, onde palpitam e respiram todas as altivezes da raça; a mão, afilada e inquieta, digna de sceptro de oiro; o porte emfim, o pisar, o ademane, o ondulante da figura, que traz á idéa o deslisar da serpente sobre sarçaes. Curioso mixto! mixto singular de meiguice infantil, e astucia mais que felina. Tal é a formosa Leonor Telles.

*

Encostada á mão, com o seu ar indolente e distrahido, afaga Leonor entre a ponta dos dedos umas madeixas do cabello cendrado, e conversa meiga e triste com um gentil senhor de seus quarenta annos, vestido a primor, de gibão vermelho, atabarda de fino pano preto com alhetas, e mangas, que ajoelhado aos pés de sua ama, no degrau do estrado, a entretem com chistes e donaires de galanteio. É o celebre e elegantissimo conde de Ourem João Fernandes de Andeiro, antigo valido do rei defuncto, e todo devotado á causa da rainha. O enredo tenebroso a que elle se achava ligado desde annos, não vem para aqui; bastará dizer-se que, segundo o velho chronista (hoje reconhecido por altamente parcial), o arrastara para Leonor Telles uma paixão indomita. Era casado; tinha filhos; nada d'isso foi barreira; e em quanto a condessa D. Mayor esquecia, ou perdoava, na clausura do seu castello de Ourem, clausura apenas interrompida por uma ou outra vinda official á côrte, o conde via a todos os instantes a figura suave da rainha, illuminada, como de um sol poente, nos derradeiros lampejos da formosa mocidade d'elle.

Isto porém, quanto a mim, não está liquido; pelo menos, que Leonor Telles o amasse, nada m'o comprova; e direi: é falso que ella tivesse esquecido os seus deveres conjugaes. A prova suprema (além de outras) para todos os que vêem no mestre de Aviz um verdadeiro espelho de cavallarias, um symbolo

de lealdade e honra, consiste em que (sigamos o testemunho n'este ponto insuspeito de Fernão Lopes) chegou o mestre d'ahi a mezes a ajoelhar-se ante a formosa regente de Portugal pedindo-lhe a sua mão (que ella aliás recusou).

Mas basta; o assumpto não vem para aqui. Tornemo-nos ao caso.

A outro lado da camara conversam com algumas donas do paço, sentadas n'um banco ricamente almofadado, o almirante conde de Barcellos D. João Affonso Tello, irmão da rainha, D. Alvaro Pires de Castro, conde de Arraiolos e alcaide mór de Lisboa, Fernão Affonso de Çamora, e Vasco Pires de Camões.

*

Ao ver entrar tão inesperado o mestre, franziu D. Leonor quasi imperceptivelmente as sobrancelhas; depois levantou-se de pé mui ligeira, e voltou-se para elle com a maior graça.

Todos se ergueram.

Quem observasse a D. Leonor, tel-a-hia visto descorar de leve, e tremerem-lhe os labios; mas poude compor-se logo, pela arte suprema da dissimulação, em que era eximia. De pé, junto á sua cadeira, immovel e serena, com a mão esquerda apoiada ao brocado, estendia ao mestre a mão direita, e forcejava sorrir. N'aquelle meio sorriso... interrogava.

O mestre deixara á porta o modo preoccupado que lhe notaria quem a fundo o conhecesse; cortejou profundamente á entrada da camara, ao tempo que

os seus seguidores cortejavam tambem, e se enfileiravam silenciosos com a parede. Depois, de vagar, com toda a naturalidade, adiantou-se para a rainha, tornou a cortejal-a, e beijou-lhe a mão, saudando n'um relance a companhia.

—Sentae-vos—disse Leonor a D. João, dando-lhe o exemplo; e continuou com modo prasenteiro:

—Que é isto, mano? que tornada é esta? já vos fazia muito longe.

Elle então, sentando-se, respondeu com graciosa desenvoltura e naturalidade:

—Minha senhora, tornei-me para cumprir melhor as vossas ordens.

—Sim?

—Senhora, sim. Mandastes-me governar a comarca d'entre Tejo e Guadiana, para o caso de vir el-rei de Castella contra nós; mas aquella fronteira é espinhosa; tem por inimigos grandes senhores, o mestre de Alcantara, e outros; e quanto a mim, a gente de armas que me vós destes não chega para tanto. Venho pedir-vos, senhora, mais vassallos, segundo cumpre á minha honra e ao vosso serviço.

—Mui bem, mui bem—tornou a rainha com graciosos requebros de cabeça—far-se-ha, irmão, como desejais.

A uma ordem d'ella saiu logo um pagem a avisar João Gonçalves, escrivão da puridade; e no leve reboliço d'essas entradas e saídas, poz-se a rainha em pé, e todos a imitaram, formando-se na camara varios grupos dos senhores.

Veiu o escrivão; e em quanto recebia as ordens da soberana, acercavam-se aguçosos do mestre os

condes de Barcellos e de Ourem, a convidal-o para jantar, em amavel porfia de obsequios; ao que o mestre respondia escusando-se, por já ter dado aviso ao seu veador Lourenço Martins, de que jantava em casa.

*

Se se attentasse bem na physionomia d'aquella brilhante assembléa cortesã, poderia já suspeitar-se por baixo dos sorrisos do gazalhado o que quer que fosse estranhissimo, um indefinivel constrangimento de franquezas; por sobre todos correra, sem ninguem atinar porquê, um frio glacial de pessimo agoiro. Poude o mestre de Aviz trocar n'uma volta estas palavras rapidas e surdas com o juvenil conde de Barcellos:

—Conde, ide-vos d'aqui; quero matar o conde Andeiro.

—Eu, mestre? não me vou; fico por vos ajudar.

—Não fiqueis; rogo-vos muito que saiais, e me aguardeis para jantar. Querendo Deus, logo que isto for feito irei comer comvosco.

*

Ou porque percebesse no sobrecenho do mestre alguma tenção damnada, ou porque (segundo é mais que provavel) alguns antecedentes obrigassem o conde de Ourem a andar de sobreaviso, o certo é que saiu fóra, ao salão, e n'um prompto, disfarçadamente, ordenou aos seus pagens, e a alguns caval-

leiros amigos seus que ali se achavam, corressem a armar-se, e volvessem armados ao paço; de modo que todos abalaram, ficando elle só e inerme n'aquella collisão.

Concluira a rainha o despacho com o escrivão da puridade; voltou a sentar-se no estrado, e cada qual se foi collocando de roda como lhe aprasia.

Leonor Telles era ladina e intelligentissima. Quem o não percebera no fitar perscrutador d'aquelles grandes olhos escuros, e no menear voluntarioso d'aquella cabeça pequenina e correcta? Que ali estava passando um singularissimo caso, cujo alcance ella não penetrara ainda, parecia mais que indubitavel. Redobrou de graça e meiguice; e fingindo reparar só então nas armas dos recem-chegados, disse de repente, apontando com certa ironia bondosa para a cota do mestre de Aviz:

—Tão armado, mano? Santa Maria val! todo armado? Sabeis? teem os inglezes um bom costume: em tempo de paz não usam armas, nem curam de andar armados; trazem boas roupas alvas como se fossem donzellas mimosas; na guerra sim, que usam d'ellas como todo o mundo sabe.

—Senhora, é mui verdade o que dizeis; mas não sabeis porque o fazem? perguntou o mestre de Aviz sorrindo.

—Não.

—É porque teem guerras a miude, e poucas vezes paz. Nós pelo contrario: a miude paz, e poucas vezes guerra; ora se no tempo da paz não usassemos das armas, quando viesse a guerra haviamos de estranhal-as.

Riu-se a rainha, applaudindo a engenhosa resposta do cunhado; e continuaram todos praticando ali muito mão por mão, até chegarem horas de comer.

Despediu-se o conde de Barcellos, e foram-se despedindo alguns mais. E ficava ainda o conde Andeiro; e presagiava-lhe o coração não sei que turbações.

Chegou-se ao mestre com gesto affavel, e insistiu:

—Senhor, vinde; heis-de comer hoje commigo.

—Não comerei, já vol-o disse, conde; tenho tudo prestes.

—Sim, sim, comereis—volveu o conde de Ourem;—vou dar as minhas ordens.

—Não vades—retorquio o mestre em tom muito serio; e accrescentou em voz baixa:—Tenho que fallar comvosco antes de sairmos; e logo depois hei de ir-me, que são horas.

Despediu-se da rainha, levou o conde pela mão, e sairam ambos para o salão contiguo. Os companheiros de D. João seguiram-n'o, indo ás suas ilhargas Ruy Pereira e Lourenço Martins.

*

Tomou o mestre de Aviz de parte ao conde Andeiro; e acercando-se com elle do vão de uma janella, entrou a dizer-lhe baixinho, com um olhar em que chammejava toda a ira dos tigres:

—Conde, maravilhou-me muito saber, que sendo vós pessoa a quem tanto quiz sempre, trabalheis em deshonra minha.

—Eu, senhor?!!—interrompeu com gesto de in-

nocente convicção o conde.—Quem tal vos disse mentiu; ouvis? mentiu.

Como o apanhasse d'est'arte desprecatado, sacou o mestre de Aviz um cutello comprido que trazia sob a roupa, e deu com elle um rijo golpe na cabeça do outro; e sem mais demora, correram elles todos, e arrancaram das espadas. Quiz Andeiro, desarmado como estava, aproximar-se por instincto para a porta da camara da rainha; mas foi logo varado de banda a banda pelo estoque de Ruy Pereira, e caíu sem falla borbotando sangue. Iam aquelles vinte ferros alanceal-o cheios de rancorosa energia, quando os suspendeu n'um relance um gesto de D. João. Fez-se um silencio sepulcral; e em quanto o moribundo se estorcia de bruços nas vascas da sua rapida agonia, sem se lhe ouvir mais que o estertor, retiniam no recolher-se ás bainhas as cegas laminas dos cavalleiros.

*

Os passos desvairados, os encontrões, o estrupido confuso d'esta scena tão inesperada e tão brutal, tudo deu rebate de sustos na camara visinha. Levantou-se D. Leonor, pallida como um marmore, e tremendo como varas verdes perguntou:

—Que vem a ser isto, Santo Deus?!...

Entreabriu-se a porta, e alguem espreitou de dentro, e disse para a rainha:

—Minha senhora, mataram o conde Andeiro.

—O quê?!!...

—Senhora, sim, mataram...

—O conde Andeiro? aqui?!...

—Sim...

—Ó Santa Maria!—exclamou ella juntando as mãos e torcendo-as, toda tremula—pois mataram-me um bom servidor; e mataram-m'o sem elle o merecer.

Depois, passeando de lado a lado, chegando-se ora a uma ora a outra de suas donas, tremula de raiva, articulava phrases sem nexo, respondendo ao temporal que lhe ia dentro:

—Mataram-n'o! e eu bem sei por que o mataram. Pois é innocente. E prometto ir ámanhã a S. Francisco, e hei de lá mandar accender uma grande fogueira, e hei de lá metter a mão, para mostrar a quantos me virem, que estou pura. Estou innocente; estou. Nunca mulher innocente deu as provas salvadoras que hei de dar.

*

Houve então na camara e no paço todo um reboliço inqualificavel. A noticia correu electrica; e ninguem calculava o que estaria planeado; e já todos fallavam n'uma vasta conspiração; e já a imaginação popular aterrada era um incendio; e juntava-se muito povoleo na rua; crescia a ònda; e os do paço fugiam por onde achavam; portas, janellas, telhados, tudo servia. E o escrivão da puridade e os seus serventes abalaram tambem.

—Mataram o conde!—continuava a rainha.—Bem está; querem matar-me tambem a mim. Vão pergun-

tar ao mestre de Aviz se hei de eu tambem ser morta. Vão!...

E houve quem se apressasse em ir sondar os animos do mestre.

Elle, extremamente pallido, saíra da sala para o largo eirado contiguo. Dir-se-hia que abafava; precisava ar.

—Dizei lá á rainha minha senhora—respondeu D. João ao emissario—que Deus me guarde de lhe fazer mal; que socegue em sua camara; que não vim eu cá por empecel-a, senão só por fazer isto a este homem, que bem m'o tinha merecido.

—Se assim é—bradava surdamente a rainha fula de colera, e sentindo acordarem-lhe no coração todos os seus instinctos altivos—se assim é, que me desembarace o meu paço.

*

N'isto, augmentava a confusão no povo lisbonense. Alvaro Paes percorria a cavallo a cidade amotinando as turbas. E entrava a escutar-se rugir ao longe a plebe, como um troar de oceano em penedia; e tocavam lugubres a rebate as campas de S. Martinho, S. Jorge, S. Thiago. As da sé ainda não. E exigiam as vozerias populares em tom de insolente soberania:

—O mestre! o mestre! venha o mestre de Aviz!

E ao assomar o mestre D. João na grande varanda do paço, redobraram as acclamações, como se não houvessem de acabar.

*

....

Na tarde d'este lugubre dia, depois dos sanguinosos desmandos a que o populacho ebrio e feroz se entregou sem rebuço, tendo acabado o jantar do mestre no paço do conde de Barcellos, que era ao Rocio, encavalgaram todos tres, D. João, o conde de Barcellos, e o de Arrayolos, e entre acclamações e gritaria dirigiram-se ao palacio de S. Martinho.

*

No seu antro estava a leoa, tremula ainda de furor, e abysmada em tristeza irresistivel. Entraram-lhe todos tres na camara, graves, silenciosos, e cortejaram desde a porta, adiantando-se de vagarinho.

Assim que a rainha deu por elles, armados como de manhã, estendeu o braço em gesto imperioso, e com o parecer demudado, vermelho e inchado de chorar, rompeu n'estas invectivas em voz ironica a vibrar de raivas infantís:

—Santa Maria val! que modos são estes agora de entrar n'uma camara! que ousadia! Teremos acaso todos de celebrar conselho?

E tornou a recaír sentada no seu espaldar, cobrindo os olhos com a mão, para não ver.

Ninguem respondia. Os tres, muito serios, e immoveis como estatuas, ficaram-se em pé, de olhos baixos, com as mãos descançando nos copos das espadas. Era um silencio mal agoirado; bramiam den-

tro n'elle pantheras. Se zunisse mosca ouvia-se. Por baixo da fimbria do vestido da rainha, a qual immovel continuava sem ver nem ouvir, com um amuo feroz, apenas se percebia arquejar, e estorcer-se muito de manso, um pé pequenino calçado de veludo.

*

Passados minutos, acordou do seu lethargo a gentil carpideira; e compondo quanto podia o semblante, disse com melancolia resignada para o mestre e os condes, n'aquella voz grave e cheia que parecia ás vezes feita do rolar das rolas:

—Vamos; cumpra-se a vontade de Deus; estae em boa hora.

Sentaram-se todos tres a pouca distancia. Ella recahiu no seu torpor.

*

Quebrou por fim o velho conde de Arrayolos aquelle silencio de funeral, e disse a meia voz ao mestre:

—Senhor, dizei á rainha o por que ora viestes; e depois fallaremos no que mais cumpra.

Levantou-se o mestre.

No seu todo lia-se estranho desconforto. Vinha muito pallido; adiantou um passo até ao estrado, e ajoelhou aos pés da rainha. E disse assim, em voz mortiça, monotona, intercortada:

—Senhora, quem não erra não tem que pedir per-

dão; eu errei contra vós; devo pedil-o. Deus é que sabe que não era tenção minha fazer-vos desprazer, dar-vos desgosto. Quiz o acaso que isso que eu fiz se cumprisse aqui, sob os vossos tectos; eu por mercê vos peço que m'o perdoeis; porque não matei aquelle homem para vos causar dôr, nem empecer-vos; só o fiz por segurança da minha vida, porque entendia que emquanto elle vivesse não estava segura a minha vida. Agora, de o ter matado em vossos paços peço-vos perdão, e não de outra coisa, porque a morte que eu lhe dei, Deus, que é sabedor de todas as coisas, bem sabe que muito ha que m'a elle tinha merecida; mas não devia eu, certo é, tel-o morto em vossos paços. E por isso, senhora, perdoae-me, por mercê; e se me perdoardes, ainda Deus ha de dar-me ensejo de vol-o eu pagar em coisa que entenda de vosso serviço.

A rainha não respondia, nem sequer tirava a mão dos olhos, como creança mimosa. Só o chapinzinho de veludo é que tinha de quando em quando, inquieto, os mesmos estremeções.

Singular espectaculo! ver ali, de joelhos, como reo, o mestre de Aviz! o mestre de Aviz, já n'aquella hora acclamado lá fóra pelo povo! o mestre de Aviz, em cuja fronte juvenil começava a desenhar-se vagamente uma corôa de rei, entrelaçada dos gloriosos laureis de Aljubarrota!

Oh consciencia!...

*

E disse então para a rainha o conde D. Alvaro Pires de Castro, depois de pausa, com aquella liberdade paternal que dão as cãs:

— Que é isso, senhora? não respondeis vós ao que vos diz o mestre? e não lhe perdoaes? Parece-me que vos diz bem, porque não ha para com o proprio Deus maior obrigação em quem erra, do que pedir-lhe perdão. E pois que vol-o elle pede, deveis perdoar-lhe, mormente a elle, filho de rei. E d'ahi — accrescentava o conde encolhendo os hombros com feroz ironia — o erro não foi agora tamanho, nem feito por tão má fórma, que ainda vos não possa o mestre vir a fazer bem maiores serviços.

Continuava muda Leonor Telles.

Chegou a vez a seu irmão o conde de Barcellos; e disse-lhe:

— Que coisa é esta, senhora? porque não perdoaes ao mestre? bem vol-o diz o conde: não ha mais obrigação, ainda que seja a Deus, do que pedir-lhe perdão, quem erra. E pois vol-o elle pede, e é filho de rei, sempre em todo o tempo vos ha de servir. Por isso perdoae-lhe, pois bem se conhece que já estaes para lhe perdoar.

A uma tal insinuação acordou na leoa a mulher. Encarou seu irmão em som de escarneo, e agitando convulsa a cabeça, cujo semblante já transfigurado trocara a antiga expressão melancolica pelo chammejar de ironias agudas, exclamou, sem olhar para o mestre:

—Para que é agora isso de pedir perdão? ou para que são essas razões? Perdoado está elle por si mesmo; e não lh'o levo a mal. Vós, que sois meu irmão, dizei-me: não é excesso pedir-se o que já se tem? e elle, visto que é perdoado, nenhum perdão tem já que pedir. Mas basta; fallemos n'outras coisas que mais vos cumprem de fallar.

E respondeu o mestre com modo respeitoso mas firme, e sempre de joelhos:

—Senhora, se isto vos desapraz, não fallemos mais em tal; e d'aqui em diante fallemos no que ordenardes.

—Fallemos—tornou ella—n'isso que ahi dizem, de querer el-rei de Castella vir a este reino antes do tempo que está marcado nos tratados.

—E isso, senhora,—volveu o mestre de Aviz, boa coisa é de se fallar, com quanto já esteja por mim dito o que vós deveis fazer, que é mandardes-lhe dizer que não venha; e elle é homem de razão, e creio que o não fará, quando vós assim lh'o mandeis requerer.

—E supponhâmos—disse Leonor Telles—que lh'o mando requerer, e elle diz que não.

—Então, deveis vós juntar vossas gentes, e embargar-lhe a vinda a todo vosso poder—concluiu o filho d'el-rei D. Pedro.

E ella a rir, a rir a modo de sarcasmo, com umas gargalhadinhas sacudidas feitas de perolas.

—Oh! que boa idéa essa! quando era vivo el-rei meu senhor, e vós outros todos com elle, não o podieis fazer; quanto mais agora, que elle é morto, e toda vossa esperança soterrada com elle!...

Tendo isto ouvido o conde de Arrayolos, poz-se logo em pé de um só golpe, e disse para o mestre em tom brusco:

—Alçae-vos, senhor, e vamo-nos. Parece-me que não agrada aqui o que dizemos.

Levantou-se o mestre, mais o conde de Barcellos, beijaram a mão á rainha, e foram-se.

Leonor Telles ficara-se immovel na sua cadeira, recostada para o lado, com o mesmo sorriso satanico a brincar-lhe nos labios, por compostura...

*

Escancarou-se a porta emquanto saiam os tres.

Olhou a rainha para fóra de relance, e viu o que ainda não vira: a um lado do salão, ennovelado, mal coberto de um tapete velho, o corpo inanimado do conde de Ourem. Fechou-se de vagarinho a grande porta.

Invadiu o rosto de D. Leonor um rubor subito, uma expressão espavorida; e agarrando a propria cabeça com as mãos ambas, gritou com uma voz que parecia um gume:

—Ai Santa Maria! que crueldade tamanha! E não tendes dó d'esse homem, que ahi jaz morto tão despresadamente?! ao menos por ser homem fidalgo como vós! Tende dó d'elle—accrescentava ella, esmagando as mãos convulsas uma contra a outra—Tende dó d'elle, e mandae-o enterrar, que não jaza ahi d'essa maneira, como um cão!...

....

*

N'esse mesmo serão, mandava a rainha enterrar clandestinamente, e á pressa, na fronteira egreja de S. Martinho, o triste corpo do brilhante conde de Ourem João Fernandes Andeiro. Pareciam ter acalmado as primeiras explosões do furor popular. Lisboa, tenebrosa e erma, dormia.

Logo depois, como fera accossada de mastins, saíu a viuva d'el-rei, alta noite, com tochas, occulta nas suas andas, e trocou os malditos paços de a-par-S. Martinho pelos da roqueira e abastecida Alcáçova.

No dia seguinte fugia para Alemquer.

Tudo isto, que extrahi de Fernão Lopes, e com tanta fidelidade que até as fallas são d'elle, eram apenas os preludios da grande revolução que ia transformar Portugal.

*

....

Quem hoje passa ao Limoeiro, por pouco lido que seja nas nossas chronicas velhas, vê ainda toda esta historia, vagamente escripta com lettras de sangue, n'aquelles paredões, lugubres como a face de um mausoleo.....................................

....

....

CAPITULO XXII

As origens do paço de S. Martinho são confusissimas.—Uma opinião de Damião de Goes.—Depois de 1383 muda de destino o paço.—Em 1434 era ahi a séde da vereação e do tribunal da relação.—Em dias d'el-rei D. João II era ahi a cadeia.—Reedifica-se a casa em tempo d'el-rei D. Manuel para casa da supplicação e do civel, e cadeia.—O edificio no fim do seculo XVI, e no primeiro quartel do XVII.—Um seculo depois tinha grande ruina.—Reconstrucção por el-rei D. João V.—Em 1758 transfere-se a casa da supplicação para o pé do Rocio provisoriamente.—Projectos não realisados.—Melhoramentos no edificio em 1834.—Em 1836 construe-se o paredão da rua da Saudade.—Outros melhoramentos de pequena monta occorridos nos arredores.—Caso tenebroso na cadeia do Limoeiro em dezembro de 1885.

Continuemos agora por mais algum tempo com a historia d'este paço. Vimos n'elle a rainha viuva D. Leonor Telles de Menezes; vimos a morte do conde Andeiro; vimos n'essa mesma noite fugir a rainha para a Alcáçova, e deixámos desamparada a nobre residencia, com os seus curocheos senhoriaes, e as suas frontarias heterogeneas. Isso tudo é hoje o Limoeiro, o lugubre edificio da cadeia publica; e por

tão conhecido, merece que nos detenhamos no exame rapido da casa.

Vejamos o que se calcula das suas origens.

*

Ahi tinha primeiro sido, n'esse mesmo recinto acabado de estudar perfunctoriamente nos poucos vestigios que d'elle se rastreiam segundo o velho chronista de D. Pedro, D. Fernando, e D. João, a casa da moeda de Lisboa; depois foi paço até ao tempo d'el-rei D. Diniz, que fez para sua residencia o da Alcáçova. Dil-o um informador muito abalisado; nada menos que Damião de Goes[1]. Isto põe-nos em certa confusão (não ha negal-o), visto ser certissimo que muito depois do *Lavrador* ainda ali continuaram morando personagens reaes; o que mais uma vez demonstra as muitas variações que antigamente se davam na residencia habitual dos nossos soberanos.

Talvez deshabitadas desde 1383, e tornadas inuteis, passaram estas casas a ser séde de estações publicas.

*

Em abril de 1434 andavam lá obras, tendo ahi a sua aposentadoria a vereação da cidade e os desembargadores da relação. É o que se deduz de uma

[1] *Chron. d'el-rei D. Manuel*, p. IV, cap. LXXXV.

phrase de certa carta regia de 11 do dito mez[1], em que el-rei D. Duarte determina que o producto das penas pecuniarias julgadas na casa do Civel, até o 1.º de maio seguinte, fosse entregue a Fernão Dias almoxarife das obras do castello de Lisboa, *para as despender nas obras e corregimento d'esses paços* (os de S. Martinho) *em que vós* (os vereadores) *e esses desembargadores fazeis as relações*[2].

*

Em dias d'el-rei D. João II, já ahi era a cadeia, e já ao sitio se chamava o *Limoeiro*[3].

*

Reedificado o palacio com *obra muito magnifica e sumptuosa* por D. Manuel, ali ficou sendo a *casa da Supplicação e do Civel, e a cadeia do Limoeiro*[4].

*

No fim do seculo XVI ainda tudo se conservava tal qual: as cadeias em baixo, e no andar superior as salas dos tribunaes[5].

[1] No Cartorio da cam. munic. de Lisboa — Livro II dos reis D. Duarte e D. Affonso V, fl. 6.

[2] Encontra-se transcripta a carta regia, em extracto, nos *Elementos* do sr. Ed. Freire de Oliveira. tom. I, pag. 316.

[3] Garcia de Rezende, *Chron. d'el-rei D. João* II, cap. C, menciona um homem preso *em Lisboa no Limoeiro.*

[4] Damião de Goes, *Chron. d'el-rei D. Manuel*, p. IV, cap. LXXXV.

[5] Padre Duarte de Sande, *Lisboa em 1584*, Arch. Pitt. tom. VI, pag. 94, trad. do sr. Antonio José de Figueiredo.

*

No seculo XVII a sala da relação, quando em 1619 cá esteve Filippe II, era *grande e extremadamente adornada com os retratos dos reis de Portugal*[1].

*

Um seculo depois, achava-se o edificio *grandemente destruido,* na phrase de um erudito compillador[2]; pelo que el-rei D. João V reedificou a cadeia do Limoeiro.

Essa reconstrucção realisada pelo fundador de Mafra caíu em 1755; e seria provavelmente por tal motivo, que veiu o decreto de 5 de maio de 1758 transferir para as casas historicas dos Almadas, junto ao Rocio, os tribunaes da casa da Supplicação[3].

*

Pensou-se então, muito á séria, na edificação de uma boa cadeia publica, segundo as normas da hygiene, e as prescripções da boa policia moderna. Mandou pois o conde regedor das Justiças, em nome da rainha a senhora D. Maria I, que traçasse um plano do novo edificio o architecto Francisco Antonio Cangalhas; e depois pediu outro a Cyrillo Vol-

[1] Lavanha, *Viagem d'el-rei D. Filippe*, fl. 72.
[2] *Gabinete historico*, tom. XI, pag. 385.
[3] Fernandes Thomaz, *Repertorio.*

kmar Machado; este ultimo desenho agradou ao regedor, assim como ao marquez de Ponte de Lima inspector das obras publicas, sendo devidamente approvado pelo governo da rainha.

Espraia-se Cyrillo[1] na descripção do seu projecto. Por essa descripção ficamos sabendo que devia o edificio formar um rectangulo de 270 palmos de frente por 507 de fundo, dividido em duas metades: uma para palacio, outra para cadeia.

Subdividia-se o palacio em duas partes: a da frente continha o tribunal da casa da Supplicação, as salas de respeito, o archivo, os gabinetes, etc., e a parte trazeira tinha um grande atrio, a um lado do qual se abriam as sete casas para as audiencias, e ao outro as residencias do guarda-mór, carcereiro, guarda-livros, e outros empregados.

No resto do terreno comprehendia-se a cadeia, com seus dormitorios, ou largas galerias muito arejadas, em volta de um pateo quasi quadrado de mais de 200 palmos de lanço.

Toda esta vasta obra, de que o leitor pode obter do proprio auctor as mais minuciosas informações, ficou em vel-o-hemos. Lisboa não chegou a admirar entre os seus monumentos notaveis o portico de onze arcadas da fachada do paço da Themis lisbonense, nem as suas oito pilastras e quatro columnas jonicas, nem a sua balaustrada com acroterios e estatuas. O que lá temos é simplesmente medonho.

[1] *Coll. de mem.*, pag. 166 e seg.

*

Modernamente (gosto muito de ir entrelaçando a Lisboa contemporanea na Lisboa antiga) modernamente alguns melhoramentos tem havido nas immediações muito proximas do historico edificio do Limoeiro. Direi alguns.

Em 1834 foi encarregado o meu respeitavel amigo e illustre presidente o sr. Possidonio da Silva, de fazer construir na frente da cadeia o muro que lá vemos, e que fórma um pateo que separa da rua a frontaria da cadeia.

Em junho de 1836 construiu a camara municipal na rua do arco do Limoeiro, ao fundo da rua da Saudade, a cortina que lá está, com seu gradeamento de ferro[1].

Em sessão de 21 de fevereiro de 1856 resolveu a dita camara comprar a propriedade de casas então n.os 21 e 22 da rua do Limoeiro, pertencente a Manuel Xavier da Gama Lobo de Salema de Saldanha e Sousa pelo preço de 500$000 réis a fim de ser demolida a parte saliente, que deturpava a serventia publica[2]; e logo em 21 de junho seguinte era auctorisado o vereador Esteves de Carvalho para mandar proceder á projectada demolição[3].

Dois dias depois, em sessão de 23, pedia a camara providencias pelo ministerio da justiça a respeito do

[1] *Synopse dos princ. act.*, em 1836, pag. 12.
[2] *Annaes do mun. de Lisboa*, 1856, n.º 2, pag. 12.
[3] Ibid., n.º 7, pag. 49.

seguinte requerimento do vereador Gonçalves Corrêa:

Sendo certo que a saude publica pode ser altamente prejudicada pelos grandes inconvenientes que resultam do desabamento de parte do cano de despejo da cadeia do Limoeiro sobre o pateo do senhor de Murça, requeiro que se officie a quem pertencer, para mandar com urgencia reparar o citado cano na parte que necessita concerto[1].

N'esse mesmo anno de 1856, em sessão de 28 de agosto, determinou a camara expropriar por 550$000 réis o predio da mesma rua então n.os 25 a 27 para aformoseamento do sitio[2].

Em sessão de 25 de novembro de 1858 approvou a referida camara o parecer da sua repartição technica sobre o projecto de alinhamento e embellezamento da rua do Limoeiro[3].

*

Basta. Assim deixo enfiado esse ingrato rosario de apontamentos ácerca do interessante e lugubre edificio.

Quem quizer profundar-lhe a chronica minuciosa tem immenso que lidar. Só a historia dos presos politicos dava um grosso volume. Esses assumptos são porém tão tristes para mim, que prefiro ser taxado de ommisso.

Nem todos pensam do mesmo modo.

[1] *Annaes do mun. de Lisboa*, 1856, n.º 7, pag. 50.

[2] Ibid., n.º 10 pag. 82.

[3] Ibid., 1858, n.º 23, pag. 194.

Uma vez... (eram talvez 3 horas da manhã) entra nos salões do Gremio Litterario o talentoso Antonio Augusto Teixeira de Vasconcellos, saindo de um baile. Estava a casa deserta, e apagadas quasi todas as luzes; apenas n'uma poltrona se via, meio deitado, com os pés n'uma cadeira defronte, um espirituoso francez, secretario de legação, com um modo muito somnolento, e correndo, como por demais, o jornal *La gazette des tribunaux*.

—Por aqui? a esta hora?—exclama admirado Vasconcellos—Então já deixou o baile?!

—Sim, estava altamente seccado—responde o seu interlocutor.—Tinha somno.

—Visto isso, porque não vae dormir, como eu tenciono depois de tomar aqui o meu chá?

—*Mon cher ami, vous savez, je le voudrais bien, moi; mais je ne le puis pas encore; je cherche un petit crime... pour m'endormir.*

Pois applico a historia. Se alguem desejar conhecer um curioso caso da fuga de dois presos do Limoeiro na noite de 5 para 6 de dezembro de 1885, caso onde Emilio Gaboriau e o visconde Ponson du Terrail teriam á farta com que engendrar um romance de sensações, procure nos jornaes do tempo, e saciará a sua sêde de chronicas romanticas; depois durma-lhe em cima, que é bom.

CAPITULO XXIII

Propõe-se o auctor estudar a antiga egreja de S. Martinho. — Um passadiço a separava do paço real.— Onde ficava ao certo este templo.— Opiniões de José Valentim.— N'esta egreja se desposou el-rei D. Fernando com uma das suas noivas, a infanta D. Leonor de Aragão.— Allude-se a D. Alvaro de Castro, e ao duque de Bragança D. Jayme.— Era prior de S. Martinho em dias da rainha D. Leonor, mulher d'el-rei D. João II, Hieronimo Dayres.— Á mesma doou el-rei D. Manuel o padroado da egreja.

Vimos pouco acima o quadro tenebroso da miseranda façanha do mestre de Aviz. Se atenuam a responsabilidade d'elle as idéas d'aquelle tempo sanguinario e rude, é bem certo, ainda assim, que os admiradores do homem valente que veiu a ser D. João I, desejariam com todas as veras d'alma poder expungir-lhe da chronica esse triste feito de rufião. A mão leal que brandiu o montante de Aljubarrota não era talhada para punhal de sicario. Doe ver o amigo de Nuno Alvares empunhar o ferro ignobil que matou Maria Telles, ou o terçado cobarde que exterminou o duque de Viseu.

. . . .

Contada a tragedia, e estudado o paço, contemplemos agora a proxima egreja de S. Martinho, fronteira ao mesmo paço, e d'onde este tomava o nome. Examinemos nas trevas da noite da historia, o mesquinho edificio, velho e grave, em cujas ogivas se refrangem para fóra os raios mortiços dos lampadarios, e cujo lado (como já observei) se communica para o paço por meio de um passadiço sobre a rua.

Esse passadiço (lugubre caminho) viu atravessar, a deshoras, na alta noite de 6 para 7 de dezembro de 1383, em braços de dois coveiros, o cadaver hirto do conde de Ourem, pouco antes tão poderoso, tão invejado e tão feliz! Sepultado a furto na egreja, que então, segundo informações antigas, muito verosimeis, servia de capella real[1], ali ficou para sempre esquecido. Oh! que deliciosa campa é o esquecimento!

....

*

Agora pergunta-me certamente o leitor, se deixarei sem resposta uma duvida que lá enunciei ha dois capitulos. Disse eu que a maioria dos lisboetas da

[1] Assim diz o padre Mariz Sarmento, prior de S. Martinho, nos seus apontamentos para o diccionario do padre Luiz Cardoso; mas ahi ha um engano de data (provavelmente lapso de copia) attribuindo o anno de 1554 ao reinado d'el-rei D. Fernando; e outro engano (não de copia) em julgar que este paço de a-par-S. Martinho era residencia do conde Andeiro. Nunca foi.

minha geração ignora onde ficava este templo, de que nem o minimo vestigio se percebe. Eu explico o que souber.

*

Quem vem de S. Thiago, e deixa á direita o pateo do Carrasco (notavel resto, que recommendo muito aos entendedores) acha-se, defronte do actual Limoeiro, n'uma especie de largosinho. Esse largo ganho em 1837 á custa da demolição da egreja de S. Martinho, como logo veremos, é em parte o chão onde ella se erguia desde o seculo XII.

Do que fosse, como architectura, esta egreja tão notavel, nos seus primitivos tempos, só consta a conjectura supra-mencionada de José Valentim, que diz tambem, que, depois de arruinada a primeira phase, foi a egreja reconstruida em estylo ogival, como demonstravam os fragmentos que elle proprio viu e estudou nas paredes alluidas.

Na egreja de S. Martinho—diz elle—*vi de urgeiro, na demolição, bocados de columnas delgadas, e outros fragmentos, de que então não fazia caso pela sua insignificancia; mas sempre copiei um, que representava a maior parte de um capitel, e outro uma arruinada e mesquinha base*[1].

Cabe aqui aproximar, que n'esta egreja foi el-rei D. Fernando, o Formoso, esposado por palavras de presente com uma das suas noivas goradas, a infanta D. Leonor, filha d'el-rei de Aragão[2].

[1] Apontamentos manuscriptos no museu do Carmo.
[2] Fernão Lopes, *Chron. d'el-rei D. Fernando* cap. XXIX.

Assim se vê que o fizeram tambem, por exemplo o conde de Monsanto D. Alvaro de Castro e sua mulher D. Izabel, ajustando na ermida de Nossa Senhora da Escada o casamento de sua filha D. Joanna com o illustre D. João de Noronha[1]; e o duque de Bragança D. Jayme, contratando com o procurador do duque de Medina Sidonia, Pero d'Estupinhão, em 11 de setembro de 1500, na egreja de S. Christovam, a sua alliança com a filha do mesmo duque castelhano[2].

Hoje, que até o casamento se tornou *civil*, hoje que até as instituições mais sagradas se secularisam, graças ao ferrenho e vilissimo empenho de meia duzia de reformadores obcecados... é bello, é grande o procurar, como refrigerio para a alma, a consagração religiosa dos actos domesticos nas usanças venerandas de nossos avós. Para elles não era só o casamento um passo respeitavel, uma entrada na familia; era mais do que isso; os proprios ajustes previos eram celebrados na egreja, á luz dos brandões dos Santos, e na presença da Eucharistia.

*

Voltando a S. Martinho:

Consta que em dias da rainha D. Leonor, viuva d'el-rei D. João II, era *prior* de S. Martinho (predicamento que ali tinha as parochos) Hieronymo Day-

[1] *Hist. gen.*, provas, tom. VI, pag. 170.
[2] Ibid., tom. IV, pág. 11.

res[1]; e que á mesma rainha, sua digna irmã, deu el-rei D. Manuel em 1496 o padroado da dita egreja, o qual se conservou na casa das rainhas[2].

D'ahi em diante, até ao seculo XVII, nada mais apurei.

[1] Padre Mariz Sarmento, inform. para o diccionario do padre Luiz Cardoso, mss. da Torre do Tombo.
[2] Id., ibid.

CAPITULO XXIV

Arruinado o templo no seculo XVII emprehende reedifical-o o conde de Villa-Nova.—Quem era este titular.—A sua familia.—Averiguações genealogicas.—Ficava o palacio Villa-Nova junto ao Limoeiro.—Ahi se hospedou em 1573 o cardeal D. Henrique.—O pateo do Marechal.

Achava-se o templo arruinadissimo no seculo XVII; e foi então que um visinho illustre, o conde de Villa-Nova de Portimão D. Gregorio Thaumaturgo de Castello Branco, se prestou a custear a reedificação.

*

Estes condes de Villa-Nova de Portimão, avoengos do actual sr. D. João de Lencastre e Tavora, representante da casa de Abrantes, foram gente de grande importancia pelos seus cargos, pela sua estirpe, e (o que é mais) pelos seus serviços ao reino e ao rei. Eram Castellos Brancos, raça notavel que remonta aos finaes do seculo XIV, e que desde então até hoje tem ramificado e fructificado em grandes e illustres morgadios.

Foi Martim Esteves, burguez da villa de Castello

Branco, fundador de um vinculo obrigado á manutenção de capella e hospital na mesma villa. *Nomeou elle para primeiro administrador d'este vinculo*—diz o sr. Braamcamp Freire, boa auctoridade em assumptos genealogicos—*a Vasco Annes, não sei se seu parente. A Vasco Annes succedeu na administração seu filho Ruy Vasques; e a este, seu filho Ruy Vasques de Castello Branco, a quem o morgado foi confirmado por carta de* 2 *de abril de* 1393[1].

Não apurou o citado escriptor a quem o morgado passasse por morte de Ruy Vasques de Castello Branco; mas consta-lhe que na casa de Bellas não ha memoria d'essa instituição.

Teve Ruy Vasques (o primeiro do nome) um irmão chamado Gonçalo Vasques de Castello Branco, casado com Joanna Zuzarte, instituidores ambos, em 31 de outubro de 1442, de outro morgado de Castello Branco, de que era cabeça a quinta de *Castel-Branco o Novo*, na freguezia de Santa Iria, termo de Lisboa. Na instituição é chamado para administrador o irmão do fundador, Lopo Vasques de Castello Branco, entrando depois d'elle a sua descendencia, e é imposto o uso do appellido e armas de Castello Branco sem mistura[2].

D'esta mesma estirpe, que a pouco e pouco se foi subdividindo, procedem os morgados da Roliça perto de Obidos; a casa de Pombeiro e Bellas; um ramo com varonia de Vasconcellos, hoje na casa dos condes da Figueira; os condes do Sabugal, depois Mas-

[1] *Diario Illustrado*, de 6 de junho de 1885.
[2] Anselmo Braamcamp Freire, *loco citato.*

carenhas; os Castellos Brancos de Portalegre; os condes do Redondo, depois Sousas; os morgados de Villa-Pouca; e finalmente (são estes os que nos occupam agora) os senhores e condes de Villa-Nova de Portimão, cuja casa passou (como logo veremos) aos Silveiras condes da Sortelha, e depois aos Lencastres condes de Villa-Nova e marquezes de Abrantes[1].

Que já no fim do seculo XV eram gente muito grada, é bem certo. Em 1485, por exemplo, deu elrei D. João II a um dos membros mais conspicuos da linhagem, o valoroso Gonçalo Vaz de Castello Branco, o titulo de Dom para si e seus descendentes; e em muitos d'elles continuaram desde então a accumular-se provas da benevolencia dos soberanos.

*

Aqui vae agora um fragmento de rosario genealogico:

Lopo Vaz de Castello Branco, monteiro mór d'elrei D. João I, casou com Catharina Vaz Peçanha; tiveram:

D. Gonçalo Vaz de Castello Branco, escrivão da puridade e védor da fazenda de Affonso V (o primeiro que teve, como fica dito, o titulo de Dom); casou com D. Brites Valente, e foi seu filho:

D. Martinho de Castello Branco, 1.º conde de Villa-Nova, de quem foi mulher a condessa D. Mecia de Noronha; e tiveram:

[1] Anselmo Braamcamp Freire, *loco citato*.

D. João de Castello Branco, senhor de Villa-Nova; tomou por mulher D. Branca de Vilhena; de quem nasceu:

D. Manuel de Castello Branco 2.º conde de Villa-Nova, fallecido em 10 de setembro de 1626; casou com a condessa D. Branca de Vilhena; e houveram por herdeiro:

D. Gregorio Thaumaturgo de Castello Branco, 3.º conde de Villa-Nova, que foi casado tres vezes, reedificou S. Martinho, e falleceu em abril de 1662 sem deixar successão legitima.

Ora o 2.º conde de Villa-Nova D. Manuel de Castello Branco teve tambem uma filha, D. Maria de Vilhena, a qual casou com D. Luiz da Silveira, 3.º conde da Sortelha (e, depois da morte do irmão d'ella o conde D. Gregorio, foi senhora da casa e condado de Villa-Nova). Teve essa senhora do conde da Sortelha:

D. Branca de Vilhena da Silveira, que foi primeira mulher de seu tio, irmão de sua mãe, o 3.º conde de Villa-Nova D. Gregorio Thaumaturgo [1].

*

Moravam os condes de Villa-Nova mesmo defronte da egreja de S. Martinho. Vamos a estudar o ponto.

Tomando pela travessa *das Merceeiras*, que é um longo beco, quasi paralello á rua *do Limoeiro* e á rua *do Barão*, vae-se ter ao que era, e é ainda, o pateo *do Marechal*. Este pateo, *cour des miracles*

[1] Todos esses ultimos apontamentos genealogicos, graças aos

habitada por gente de infimas classes, fica subjacente aos casarões da cadeia, e pela parte do sul, de um muro, ou parapeito de pouca altura, domina sobre um barrocal tosco o largo *de S. João da Praça*[1]. Antes de chegar ao pateo, observam-se, no paredão norte da travessa, vestigios de muralha fortissima, como de castello, com apparencia de muita vetustez; eram provavelmente os embasamentos que sustentavam o palacio dos condes de Villa-Nova, cuja frontaria e pateo deitavam cá em cima, do outro lado, para defronte de S. Martinho.

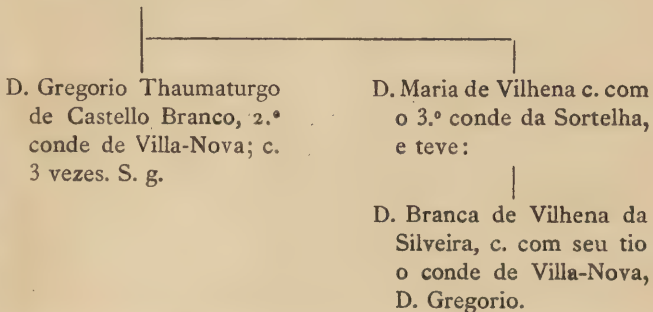
quaes fiquei com enxaqueca, tirei-os do tom. XI, da *Hist. Gen.*, e de outros Nobiliarios.

Para melhor intelligencia aqui reduzo isto a arvore:

D. Manuel de Castello Branco, 2.º conde de Villa-Nova; c. com a condessa D. Branca de Vilhena. Tiveram:

D. Gregorio Thaumaturgo de Castello Branco, 2.º conde de Villa-Nova; c. 3 vezes. S. g.

D. Maria de Vilhena c. com o 3.º conde da Sortelha, e teve:

D. Branca de Vilhena da Silveira, c. com seu tio o conde de Villa-Nova, D. Gregorio.

[1] Á borda d'essa ribanceira alta que domina S. João da Praça, existe, que a tenho eu visto, uma *tomba* ou arca tumular velhissima, de pedra. Quem sabe se não seria das egrejas proximas de S. Jorge ou S. Martinho.

*

Não sei onde em Lisboa era a casa solar dos Castellos Brancos; mas primeiro inclinei-me (e já vou dizer o motivo) a que esta residencia do conde D. Gregorio a S. Martinho adviesse dos bens da casa da Sortelha, que lhe couberam por cabeça de sua mulher, filha e herdeira do conde D. Luiz. Para julgar isso só tinha um indicio, e pode ser que por elle algum genealogista consiga achar a verdade: n'esta microscopica freguezia de S. Martinho, havia, já no tempo de Christovam Rodrigues, um beco chamado *de Simão da Silveira* (o appellido é o da casa da Sortelha; o nome proprio é usual entre os membros da familia). E não se me diga que falta a essa denominação o titulo de *Dom,* que pertencia á casa; esse titulo obteve-o para si e seus descendentes, por mercê d'el-rei D. João II, Diogo da Silveira, filho primogenito de Nuno Martins da Silveira [1].

Depois de pensar, entrou-me no espirito uma nova opinião, ou presumpção: talvez esta casa de S. Martinho fizesse parte dos bens expropriados a um João de Lisboa, que se achou com o infante D. Pedro na batalha da Alfarrobeira, e doados por el-rei D. Affonso V ao seu monteiro mór Gonçalo Vaz de Castello Branco em 12 de julho de 1449 [2].

[1] *Chorogr.* de Carvalho da Costa, tom. II, pag. 276.

[2] Esse Gonçalo foi o primeiro d'esta linhagem que se intitulou *Dom.* Vi mencionada a dita doação em Manço de Lima, como existente na Torre do Tombo, *Livro dos misticos*, fl. 99. Pedi ao meu collega e amigo o sr. José Ramos Coelho o favor

Deixando porém esse ponto escurissimo, direi que me consta ácerca do palacio dos condes de Villa-Nova uma circumstancia que m'o vem tornar ainda mais notavel; é esta: ao partir-se el-rei D. Sebastião para a primeira jornada de Africa em agosto de 1573, ficou o cardeal D. Henrique governador do reino, supplantando assim os ambiciosos enredos do escrivão da puridade Martim Gonçalves da Camara; o qual cardeal — diz um chronista — *aposentado em Lisboa nas casas de D. Martinho de Castel-Branco, junto ao Limoeiro, começou a entender nos negocios publicos*[1].

*

Hoje não ha communicação da chamada travessa *das Merceeiras* para a rua *do Barão;* antigamente havia-a, pela rua *do Marechal*, viella tortuosa e ingreme que partia da egreja de S. Jorge[2], e descia á rua *do Barão*, que lhe ficava muito inferior. No pateo *do Marechal* tinham ao tempo do terremoto os avós do nosso bom genealogista João Carlos Feo um predio, que ardeu em 1755, além de outras cinco propriedades por ali; constava esse tal de 54 casas,

de a procurar n'uma das suas idas á Torre, e por elle soube que o documento não especifica os bens doados; falla em globo nos bens de João de Lisboa. Por isso é que não posso affirmar se d'elles fazia parte a casa de S. Martinho.

[1] Frei Bernardo da Cruz, *Chron. d'el-rei D. Seb.* cap. x.

[2] J. C. Feo, *Memorias dos duques*, pag. 248.

pateo de entrada, jardim, officinas, etc.; confrontava com a egreja de S. Jorge, e com o palacio dos Villas-Novas[1].

*

N'um palacio pegado com o Limoeiro, e que julgo seria o dos condes de Villa-Nova de Portimão (visto não me constar que os marquezes de Alorna ali possuissem residencia propria) habitava no meio do seculo passado o 2.º marquez de Alorna, casado com a marqueza D. Leonor de Lorena. Ahi nasceu em 31 de outubro de 1750 a illustre D. Leonor de Almeida Portugal de Lorena e Lencastre, a celebrada poetisa *Alcippe*, que veiu a ser, por morte de seu irmão 4.ª marqueza de Alorna e 7.ª condessa de Assumar, e pelo seu casamento condessa de Oeynhausen.

Esta notavel escriptora, a quem, já muito edosa, meu pae conheceu, e com quem manteve cordeaes e respeitosas relações, é bisavó da actual senhora marqueza de Fronteira e de Alorna, cujo alto talento hereditario se está sempre revelando, atravez da sua encantadora modestia, e da singeleza amavel da sua conversação.

Quando nasceu a grande *Alcippe*... (aqui vem agora um caso interessante, por mim colhido na mais authentica tradição oral) correu por toda Lisboa a alegre noticia, e penetrou até mesmo ao tenebroso recinto da visinha prisão do Limoeiro.

[1] J. C. Feo, *Mem. dos duques*, pag. 721.

Paredes meias com a camara onde vagia a recem-nascida, junto ao leito de sua mãe, a marqueza D. Leonor, jazia agrilhoado na cadeia, n'um cacere estreito, um sentenciado a pena ultima. Inspirou-o o seu Anjo da Guarda; e quando constou no Limoeiro o nascimento da pequenina, eis o preso que entra a bradar em altos gritos, virado para a banda d'onde sabia ficava o aposento da marqueza:

—Ó senhora D. Leonor pequenina! valei-me! pedi a vossa mãe para que obtenha o meu perdão! ó senhora D. Leonor pequenina! tende dó de mim!

Indagou a marqueza, toda em lagrimas, o que vinham a ser aquelles alaridos, tão lastimosos, tão sentidos, tão insistentes; e tanto se condoeu da triste sorte do criminoso, que obteve d'el-rei para elle o perdão e a liberdade.

*

Cabe aproximar aqui da noticia do sitio onde nasceu a grande Alcippe, a menção do sitio onde ella veiu a fallecer: é o palacete da calçada do Salitre, pertencente á casa de Valladares, esquina da travessa das Vaccas, predio nobre de um só andar, já quasi obstruido pelo levantamento de Avenida, e condemnado, segundo oiço, a mui proxima demolição.

Ahi ficam dois apontamentos historicos, relativos a uma das mais talentosas representantes da aristocracia portugueza.

CAPITULO XXV

Insiste-se em demonstrar as relações que sempre os condes de Villa-Nova mantiveram com a egreja de S. Martinho.— Descreve-se a ceremonia do lançamento da primeira pedra na egreja nova em 1634.— Figura do templo.— Devoções do povo com a Imagem da Senhora da Piedade.— Mencionam-se dois antigos priores de S. Martinho: Simão Torresão Coelho, escriptor conhecido, e Gaspar Soares Corrêa.— O terremoto de 1755 arruina a egreja.— Computações estatisticas.

Com a egreja de S. Martinho (visto que é agora o meu assumpto) mantiveram estes Castellos Brancos as mais filiaes e affectuosas relações. Foi, por exemplo, esse grande D. Gonçalo, mencionado, o fundador da capella de Nossa Senhora da Piedade na mesma freguezia[1].

O 1.º conde de Villa-Nova foi chamado *D. Martinho* em commemoração (está-se a ver) do seu santo patrono e visinho.

O 2.º conde de Villa-Nova D. Francisco de Castello Branco fundou a capella mór, com jazigo para o 1.º conde seu pae, seu avô o illustre D. Gonçalo, e para si[2]. Effectivamente ahi menciona D. Antonio

[1] Manço de Lima, *Gen.*
[2] Idem, ibid.

Caetano de Sousa a jazida d'esse 2.º conde, fallecido em 27 de outubro de 1548[1].

O 4.º filho do velho D. Gonçalo, chamado D. Lopo de Castello Branco, de quem nada mais sei senão que *falleceu em Evora* (palavras de Manço de Lima), tinha, pois a isso eram obrigados os condes, Missa quotidiana por sua alma em S. Martinho, e um anniversario, com Missa cantada em cada 3 de novembro[2]. Presumo pois que deveria ser personagem de alta importancia na familia.

Na mesma egreja estava sepultada, além de outros parentes, a condessa D. Branca de Vilhena da Silveira mulher do 3.º conde, D. Gregorio, fallecida em 30 de abril de 1649 *no hospital*[3].

Emfim, para abreviar, D. Diogo de Castello Branco, filho 2.º de D. Francisco, 2.º conde, mandou que o sepultassem na mesma egreja, na capella da Senhora da Piedade; e se seu irmão D. Martinho desse licença, desejava que lhe pozessem este epitaphio:

Inanimes jacent hic Jacobus Albicastrensis et uxor ejus Eleonora Milanensis, qui in obsidione Mazagam, et in aliis Mauritaniæ locis, pro Christo et pro patria dimicavit. Obiit anno salutis nostræ 1578[4].

[1] *Hist. gen.*, tom. XII, p. II, pag. 814.

[2] Padre Rodrigo Dourado de Mariz Sarmento—informações para o diccionario de Luiz Cardoso.—Mss. da Torre do Tombo com data de 15 de maio de 1760.

[3] Assim se lê na *Hist. gen. da C. R.*, tom. XI, pag. 214. Custa-me a entender como esta senhora falleceu *no hospital*. O epitaphio, que logo transcreverei, nada diz.

[4] Ácerca d'esse anno ha as duvidas que expõe Manço de Lima na sua *Genealogia* manuscripta, fl. 717.

*

Por tudo isto se está a ver quanto a egreja velha de S. Martinho era devota para os Castellos Brancos. Dir-se-hia quasi uma capella da casa, uma pertença do coração de todos. Era o berço pelos registos baptismaes; era o athaude pela sympathia e pela escolha.

Nada me admira pois a bizarria com que no seculo XVII o herdeiro de todas essas glorias, o conde D. Gregorio, se prestou espontaneo a correr com a despeza da reedificação.

Lançou-se solemnemente a primeira pedra á obra nova em 11 de novembro de 1634[1].

Era dia de S. Martinho. Depois da Missa do dia levou-se a pedra n'uma padiola, em que pegavam o conde D. Gregorio, e alguns parentes seus, e o prior da freguezia, dr. Simão Torresão Coelho. Com todo o ceremonial se lançou a dita pedra nos alicerces do cunhal da egreja sobre o qual estava assente o passadiço. Não se deitou na cova oiro ou prata. A pedra ia coberta com outra, em que se viam gravadas em caracteres antigos as lettras J. H. S. *(Jesus hominum Salvator,* Jesus dos homens Salvador); pedra que já servira no alicerce da egreja velha.

N'esta nova assentou por fundamento uma lapide com a seguinte inscripção:

[1] J. B. de Castro, *Mappa*, tom. III, pag. 369.

ANNO A XPO NATO MD.XXXIV

SEDENTE AD ECCLESIÆ ROMANÆ CLAVUM
URBANO VIIJ. P. M., IMPERANTE PHILIPO,
HISPANIARUM 4.º ET 3.º HUJUS NOMINIS LU-
SITANIÆ REGE, ECCLESIAM ISTAM DIVO
MARTINO TURONENSI EPISCOPO ET PAUPERUM
PATRI DICATAM, TEMPORUM INJURIIS, JAM,
AC VETUSTATE, LABANTEM, AVITA PIETATE ET
REGIA MAGNIFICENTIA, PROPRIIS IMPENSIS,
ITERUM A PRIMIS EREXIT FUNDAMENTIS, ET
IN ELEGANTIOREM FACIEM, QUAM QUONDAM
HABUERAT, RESTITUERE CURAVIT, D. D. GRE-
GORIUS A CASTEL BRANCO, COMES VILLÆNOVÆ,
SORTELLIÆ, ET GOESIÆ DOMINUS DYMNASTA;
REGIIQUE CORPORIS CUSTOS MAXIMUS:
XI NOVEMBRIS DIE EIDEM SANCTISSI-
MO PRÆSULI SACRO PRIMUM ISTUM
LAPIDEM JECIT.

Para a obra nova serviu, segundo diz José Valentim nos seus citados apontamentos manuscriptos do museu do Carmo, a pedra da egreja velha. Ficaram os antigos paramentos para os tardozes; e a pedra que, pela sua pequenez ou fórma, se não poude aproveitar, serviu de alvenaria, supprindo-se com pedra lioz nova a que faltou para a parte de dentro.

Parece que a obra levaria seus trinta annos; foi começada em 1634, segundo mostra a lapide que acima copiei; ora no cunhal da egreja para a parte do Limoeiro lia-se 1664.

*

Ficou o templo com a portada principal para o poente[1]. Tinha uma só nave com cinco altares; a saber:

O altar mór, com o Santissimo Sacramento; do lado do Evangelho o orago da casa, S. Martinho; e do lado da Epistola Santa Catherina; este altar pertencia ao padroado dos condes de Villa-Nova.

No corpo da egreja do lado da Epistola:

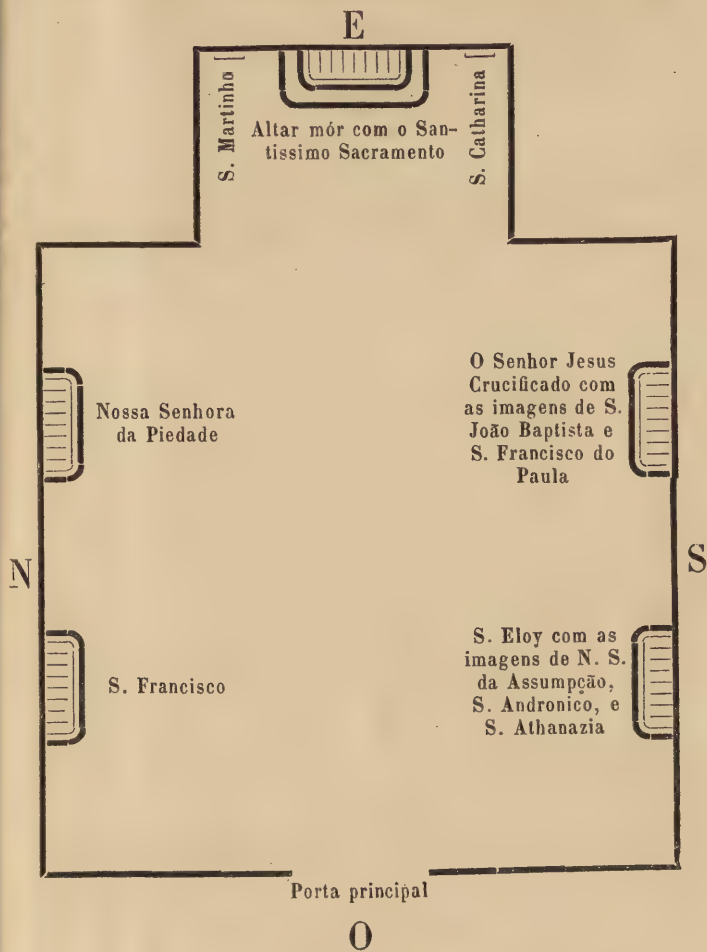
O altar do Senhor Jesus Crucificado, com as Imagens de S. João Baptista, e S. Francisco de Paula;

O altar de Santo Eloy, com as Imagens de Nossa Senhora da Assumpção, Santo Andronico, e Santa Athanazia; tinha irmandade dos ourives da prata.

No corpo da egreja do lado do Evangelho:

O altar de S. Francisco; e

O altar de Nossa Senhora da Piedade[2].

[1] Carvalho da Costa, *Chorogr.*, tom. III, pag. 349.
[2] Mariz Sarmento, *loc. cit.*

Planta aproximada
da egreja de S. Martinho em 1664

Era da maior veneração a antiquissima Imagem de Nossa Senhora da Piedade. Da sua origem nada se sabe, ou (melhor) nada alcançou o auctor do *Santuario Mariano;* mas calcula-se que já pelos annos de 1222 fosse venerada, visto como, no tempo em que escrevia o nosso frei Agostinho de Santa Maria (principio do seculo XVIII), se via no templo a lapide sepulchral de um antigo vigario, fallecido, como resava o epitaphio, em 22 de fevereiro d'aquelle anno, e enterrado *defronte de Nossa Senhora da Piedade.*

O testemunho de um beneficiado da mesma egreja, que entrou a servir n'ella pelos annos de 1650, (conhecido, segundo parece, de frei Agostinho) reportava-se ao que ouvira a outro beneficiado muito velho, um Fulano Amado; e dizia este lembrar-se (ou saber pelo ouvir) que ao tempo da peste grande, de 1569, fôra a dita Imagem levada com muita devoção pelas ruas de Lisboa, entre as preces e lagrimas dos cidadãos, e que á intercessão da Virgem se devera o acabamento do contagio.

Tinha tido esta Imagem uma irmandade de maritimos, que se extinguira; achava-se collocada na segunda capella da egreja da parte do Evangelho [1].

[1] *Sant. Mariano,* tom. I, pag. 142 e seg.

*

Nada mais me consta, a não ser o seguinte, que se liga até certo ponto com a historia das nossas lettras: foi prior n'esta parochia o já citado padre Simão Torresão Coelho, doutor em canones, inquisidor em Lisboa, e auctor de um *Elogio de Dom João de Castro*. Nas horas vagas era poeta alambicado, como mostram versos seus que se podem lêr nos tomos II e V da *Fenix renascida*. Falleceu em 10 de setembro de 1642[1].

Depois d'este prior houve outro, chamado Gaspar Soares, de cujas circumstancias pessoaes nada sei. Consta isto por uma sepultura, cujo lettreiro José Valentim transcreveu, e que era assim:

S.^A DE GASPAR SOARES
CORREA PRIOR Q̃ FOI
DESTA IGREJA FALECEO
AOS 20 DE AGOSTO DE 1677

Tinha S. Martinho quatro beneficios simples, que o prior apresentava[2].

[1] D'elle trata Barbosa na *Biblioth. Lusit.*, e Innocencio no *Dicc. bibliogr.*

[2] Padre Mariz Sarmento. mss. citado.

*

Esta egreja seiscentista durou até ao anno de 1755, em que veiu a baixo[1].

Antes d'esse anno numerava a freguezia 30 fogos; em 1757 dá-lhe o padre Luiz Cardoso[2] 50; e em 1760 o padre Mariz Sarmento, prior, conta esses mesmos 50 fogos, com 210 pessoas de confissão, afóra o Limoeiro, diz elle, porque entrando esse, passavam de 700[3].

[1] Moreira de Mendonça, *Hist. dos terrem.*, pag. 131.
[2] *Portugal sacro-profano.*
[3] Citado mss. da Torre do Tombo.

CAPITULO XXVI

Quadro das ruinas causadas pelo terremoto grande na egreja de S. Martinho.—Reedificação.—Bizarrias do prior.—Descripção minuciosa do estado da egreja quando em 1837 a camara projectou demolil-a.—Entra em scena José Valentim, e dá-lhe o auctor a palavra.

O destrcço n'este pequenino fragmento de Lisboa foi medonho, apezar de não ter havido incendio. Moreira de Mendonça é pouco explicito; o padre Mariz Sarmento informador de Luiz Cardoso deixou no manuscripto da Torre do Tombo preciosos pormenores, que não devo ommittir.

São estes:

Abriu a parede do lado oriental pela parte de fóra, com o que *bastantemente desmentiu o arco do throno, que era de cantaria.* Abriu a abobada, e deu de si uma mão travessa, assim como o fecho do arco cruzeiro; este pouco lhe faltou para abater. Arruinou-se a parede mestra que se arrimava sobre o dito arco do throno; foi preciso arreal-a. O corpo da egreja, com a abobada e os encontros, tudo ficou illezo e seguro. A torre abriu por tres partes, e cairam varias

pedras das sineiras e simalhas. Quanto á sachristia, ás casas das irmandades, e á escada, tiveram prejuizo, mas leve. A residencia do prior, contigua ao templo, padeceu graves damnos do lado do poente, e foi victima da rapacidade dos ratoneiros.

Uns predios que havia nas costas da egreja, e eram tambem prioraes, alluiram. A frente das cinco ou seis propriedades que iam desde a egreja até ao beco do Bogio (que ainda lá está, ao poente) caíu toda, e assim duas ou tres habitações no mesmo beco.

No largo do Limoeiro caíu toda a cadeia da cidade, e parte da cadeia da côrte, fugindo todos os prezos. No mesmo largo vieram a terra umas casas pertencentes á Basilica de Santa Maria, e outras na entrada do pateo do Carrasco. Os predios do pateo do Carrasco resistiram, como ainda hoje se vê.

Em tudo isto morreram entre os escombros umas trinta pessoas.

*

Reedificou-se de novo S. Martinho, e já em 1760 quando escrevia Mariz Sarmento se achava a egreja restaurada; feita de novo a capella mór, e estucada em vez de abobadada que era.

Melhorou a egreja, porque se desafrontou de uns predios que lhe assombravam o adro, predios que o prior comprou por 500$000 réis e demoliu. Á custa do mesmo benemerito se reedificaram por 700$000 réis as casas principaes da residencia parochial, e em concerto das outras gastou elle mais do seu bolsinho 2:000$000 réis.

N'esse anno de 1760 já as casas d'esta limitada

freguezia se viam quasi todas reparadas, menos as da entrada do pateo do Carrasco, pertencentes a um tal Antonio José da Costa, e tambem menos a maior parte da cadeia da cidade, porque a da côrte já funccionava.

*

Dos pormenores da estructura do templo, em cuja capella mór se admirava um quadro de André Gonçalves, bom pintor do seculo XVIII, amigo intimo de Vieira Lusitano[1], vae dentro em pouco dar-nos minuciosissima descripção o nosso José Valentim de Freitas.

Sim; entra agora n'esta chronica laboriosa das vicissitudes do interessantissimo templo de S. Martinho, a figura sympathica de José Valentim, o infatigavel, que apparece como o Anjo bom nas nossas desventuras artisticas.

Nos seus apontamentos ineditos, tantas vezes citados, conta elle por miudos o como soube do projecto da demolição, e o como acudiu a salvar (ao menos pela escripta) os restos da parochial. Resumirei o que elle diz. Oiçam, que é historia.

Estava-se em outubro de 1837, mez em que a vereação, tendo obtido do governo a egreja de S. Martinho, resolvera demolil-a, e dar o entulho por arrematação a quem o quizesse[2].

Ninguem o quiz.

[1] Cyrillo, *Memorias*, pag. 88.

[2] *Synopse dos princ. act. da camara municipal de Lisboa*, em 1837, pag. 27.

Uma vez conversando José Valentim com um seu conhecido, o mestre carpinteiro João da Rosa, que então dirigia a obra da muralha da proxima rua do Barão, ouviu ter a camara tenção de empregar a pedra do templo na continuação da dita muralha. Ao passo que toda a gente se cala na presença dos maiores disparates, que por ahi se presenceiam a cada hora, teve o bom velho o valor de se insurgir, elle só, elle desajudado, contra tal e tão absurda concessão de pedra, n'uma terra como a nossa onde os materiaes são a rodo. João da Rosa, a cujo bom senso toou a opinião do seu amigo, entrou a ver se suppria a escassez da pedra buscando-a ali mesmo, e cortando um rochedo perto do edificio das Mercieiras. Com essa providencia houve pedra bastante; e se a obra veiu a parar pouco depois, foi só por falta de dinheiro para os salarios.

Em meio de fevereiro de 1838, passava José Valentim pela rua do arco do Limoeiro, quando encontrou uma carroça municipal carregada de telha. Deulhe o coração um baque, e lembrou-lhe o que lhe dissera João da Rosa. Foi por seus olhos verificar se seria telha de S. Martinho. Era sem tirar nem pôr.

Pediu licença; entrou; viu a capella mór já sem tecto, e assistiu ao principio da demolição das paredes. Saiu triste, e fez este requerimento á camara:

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr.

Diz José Valentim de Freitas, que achando-se impossibilitado para exercer a sua profissão de pintura

pela molestia que ha mais de dois annos principiou a padecer, o que é bem notorio a grande numero de artistas nacionaes; o supp.^{e}, para lhe ser menos sensivel a sua situação, e approveitar em beneficio das artes e litteratura aquelles dias de melhoras que por vezes experimenta, deseja tirar alguns apontamentos de antiguidades, tanto de architectura como de inscripções, e para isso pretende que a ill.^{ma} e ex.^{ma} camara municipal d'esta cidade de Lisboa lhe conceda licença para entrar, e pôr em pratica a sua curiosidade, n'aquelles edificios cuja demolição esteja a cargo da mesma ill.^{ma} e ex.^{ma} camara; portanto

P. a V. E. haja por bem
deferir ao supp.^{e} como requer

José Valentim de Freitas.

E. R. M.

Entregou o papel ao vereador e architecto João Pires da Fonte, que lh'o restituiu em 20, com o seguinte despacho:

476.—*Como requer. Camara, 15 de fevereiro de 1838.*

Fonte. *Coutinho—Froes.*

Logo em 21, ufano como com um grande despacho honorifico, deu principio aos seus trabalhos de descripção da egreja, exame da alvenaria, etc.

Como era espiritualista (coisa obsoleta hoje, creio

eu), doeu-lhe, nas suas crenças de christão, ver o desamparo das ossadas, e apresentou ao mesmo Pires da Fonte outro requerimento, em que, depois de sensatas considerações eruditas sobre o culto dos mortos, conclue:

«*Movido d'estas reflexões, e vendo o abandono em que se acham as sepulturas nos que outr'ora foram templos, e que se vão demolindo, é que o supplicante reccorre aos pios sentimentos da ill.*ma *e éx.*ma *camara municipal d'esta cidade, para que nos sitios da sua jurisdição se digne applicar alguns momentos dos seus cuidados em evitar um escandalo, e em dar um exemplo, mandando trasladar para os cemiterios publicos os ossos que se acham nos referidos logares, entre os quaes haverá alguns, que até mereçam uma medida particular para se collocarem em separado. Nos restos da egreja de S. Martinho talvez se encontre a sepultura de João Fernandes Andeiro* [1], *bem conhecido na nossa historia. Além de outros, ali se acham sepultados os condes de Villa Nova de Portimão, e sua familia, personagens que figuraram em cargos publicos, e que talvez tenham, como outros, direito a um pequeno logar distincto, onde se lhe assentem aquellas mesmas lapides, propriedade sua. O supplicante implora a favor de uns a generosidade, de outros a justiça, e de todos em geral a piedade e sentimentos religiosos da ex.*ma *camara municipal. A*

[1] Julgaram n'esse tempo, que no quintal ou cemiterio junto, onde estava um baixo relevo de pedra com um retrato, era a sepultura do conde Andeiro. Nota do auctor da *Lisboa antiga.*

mesma ex.^{ma} camara com o requerido virá tambem a promover um estimulo para os que mandam construir novos sepulchros, e que ainda n'isto entreteem algum artista e occupam alguns operarios. E com a remoção dos monumentos sepulchraes poderá fazer executar uma decoração propria dos novos cemiterios, e ao mesmo tempo variada e curiosa pela differença da execução e gosto das diversas épocas; o que tudo o supplicante respeitosamente submette á sabia, politica, e religiosa consideração de v. ėx.^{a}; por cujo motivo

R. M.[1]

Ignoro o despacho que obteve este piedoso brado de um homem obscuro e sem valimento. Perco o fio á historia, e limito-me á minuciosa descripção, ou antes pintura, do estado do templo, segundo elle o viu. Eil-a no capitulo seguinte.

[1] Apontamentos manuscriptos de José Valentim no museu do Carmo.

CAPITULO XXVII

Continua a descripção da egreja de S. Martinho tal qual ella se achava em 1837.—Duas magnificas inscripções sepulchraes copiadas por José Valentim, e cujos calcos existem entre os manuscriptos da bibliotheca nacional.—O decreto de 23 de novembro de 1843 concede á camara o terreno da egreja.—Conclusão.

Na frontaria principal, que olhava ao poente, e media 53 palmos[1], rasgava-se a porta, adornada de duas pilastras atticas a cada banda, imitando ordem dorica, e rematando com colarete, friso, e cornija, tudo de pedra muar, ou cantaria. A torre dos sinos, as cimalhas, o friso, e as pilastras da frontaria eram de pedra muar ficando de picola. O portico e seus adornos eram de escoda, excepto as pyramides, que eram de escopro, desde o principio da gola inversa e corrupta, onde teem as clautras e os gomos, até ao quarto do redondo inclusivè.

No remate do portico, uma janella que deitava para o côro.

[1] *Tombo da reedificação da cidade.*

Por cima da cornija, uma janella simples. Aos dois lados haviam de ficar as torres; a da direita, incompleta, só tinha o embasamento até poucos palmos; a da esquerda estava prompta, menos a cornija. Tudo de cantaria.

A cornija do embasamento da torre estava por acabar; e (como tanta vez succede em Lisboa) foi o templo arrazado antes de concluido.

Uma meia cana de alvenaria, e o resto de parede, era obra provisoria para rematar com o telhado.

Na entrada da egreja, e por baixo do côro, sustido em dois pilares, via-se uma sepultura com inscripção. Á direita da porta ficava o baptisterio; á esquerda a entrada para a torre.

*

Vamos agora ao corpo da egreja.

Tinha duas capellas a cada banda; ficavam pois a cada banda tres intervallos. No primeiro intervallo do lado direito, entre o canto e a primeira capella, havia um vão. No segundo intervallo, entre as duas capellas, um confessionario. No terceiro intervallo outro confessionario. No primeiro intervallo do lado esquerdo, entre o canto e a primeira capella, abria-se a porta que levava á sacristia. No segundo intervallo, entre as duas capellas, o pulpito, com sua porta de entrada. No terceiro intervallo outro confessionario; ao todo tres.

As paredes do corpo da egreja eram forradas de pedra lioz, menos as capellas por dentro, e os vãos que ficavam nos seus intervallos. O forro era todo

guarnecido de molduras, faxas, almofadas, e ressaltos, sem ordem de architectura ou folha de ornato.

Toda a pedraria via-se que tinha sido pintada a oleo, mas essa pintura estava por acabar. *Se o tivesse sido*—diz o narrador—*deveria dar ao templo um aspecto melancolico, ainda que lhe daria um caracter rico e religioso; a ignorancia, querendo tornal-o mais alegre, se lhe havia de mandar tirar a tinta, a mandou agessar de branco, com alguma cal, com uns traços de ocre junto aos ressaltos, e os arcos das capellas e as hombreiras com alguma ocre; e o mesmo fizeram na capella mór. Só deixaram da sua côr a pedraria das janellas da capella mór, e a mais, que não tinha sido pintada, pertencente ao altar mór.*

Era de abobada singela de tijolo (isto é, de uma só *vez*) o tecto do corpo da egreja, já em partes gretado. Tinha sido pintado a oleo, e ainda se percebia ter tido ao meio um painel, e a cada lado uma especie de tribuna com balaustrada, como usava Palomino, acompanhada cada uma com duas figuras sentadas. Aos topos divisavam-se ainda umas tabellas com ornatos, espadas, corôas, emblemas. Tudo isso tinha sido caiado, com uma barra cinzenta dos lados, e em volta uma faxa côr de rosa, separada com um traço de almagre, outro de preto. Esta caiadella fazia parecer o tecto de alvenaria já muito velha.

O côro sobre a porta principal, deitava para a nave com balaustradas de madeira.

As janellas da capella mór, e as duas portas que davam subida ao camarim, uma de cada lado do altar mór, eram de pedra vermelha.

As paredes tinham tido pintura por cima do forro de pedra, representando a cada banda uma misula com estatuas, que vinham a ficar uma a cada lado das janellas. Por cima das estatuas cortinas encarnadas em fórma de pavilhões, ou apanhados. Por cima mais alguns ornatos, festões de flores, e emblemas a claro-escuro avermelhado. Se alguem quizesse copiar essa pintura, teria de a mandar lavar antes da demolição das paredes, porque sobre toda ella corria ultimamente uma maldita capa de cal com gesso branco. O tecto era fasquiado, e pintado tambem; mas José Valentim não o chegou a ver, porque ao principiar os seus trabalhos já o tecto se achava em terra quasi todo; as paredes d'esta capella mór só estavam até á verga das janellas; o altar via-se destruido, assim como o carneiro que se escondia debaixo d'elle e dos seus degraus.

*

Nas paredes lateraes da mesma capella mór viam-se duas lapides, contendo ambas uma inscripção seguida, em lettra romana capital, que principiava na da parte do norte, e acabava na da parte do sul. Tinha os nomes dos fidalgos enterrados no carneiro da capella; e appareceram nos escombros os fragmentos de uma verga de pedra; dos quaes um tinha um escudo pintado de vermelho, com um leão em que ainda se conhecia o doirado.

As inscripções são estas, e referem-se a pessoas já acima mencionadas:

EM ESTA CAPPELLA ESTAÕ SEPVLTADOS
DOM MARTINHO DE CASTEL BRANCO CONDE E S·$^{\overline{OR}}$
Ð VILLA NOVA Ð PORTIMAÕ, VEADOR DA FAZ·^{DA} DOS REIS
D·AFFONSO $\overline{5}$· D·IOAÕ·2;^{O} E D·M·,^{EL} CAMAR·^{O}MOR ÐL REI
D·IOAÕ O 3·^{O} E GOV·^{OR} DA IVSTIÇA·E A CONÐÇA D·MESSIA Ð
NORONHA SVA MVLHER·
SEVS F·^{OS} D·FR·^{CO} DE CASTEL BRANCO VALENTE CONÐ
E S·^{OR} DE V·^{A} NOVA DE PORTIMAÕ CAMAR̃·^{O} MÒR DELREI
D·IOAÕ O $\overline{3}$· D·IOAÕ Ð CASTEL BRANCO, S$^{\overline{OR}}$ DAS APO-
ZENTADORIAS DO CONS·^{O} Ð ESTADO DELREI D·SEBAS-
TIAÕ, G·^{OR} E CAPP·^{AM} G·^{AL} DO REINO DO ALGARVE; E A CON-
ÐÇA D·BRANCA Ð VILHENA SVA MVLHER

D·M·[EL] DE CASTEL BRANCO CONDE DE VILLA NO-
VA DO CONS·[O] DE ESTADO DOS REIS D·FHELLIPPE 2[O]
E 3[O] E A CONDEÇA D·BRANCA DE VILHENA SVA MULHER·
D·GREGORIO DE CASTEL BRANCO CONDE DE VILLA
NOVA GVARDA MÒR DA PESSOA DELREI D IOAÕ O 4[O]
E GENTILHOMẼ DA CAMR·[A] DO PRINCEPE D·THEO
DOSIO A CONDEÇA D·BRANCA DA SILVR·[A] SVA PR·[A]
MVLHER S[RA] DA CASA DA SORTELHA E A CON
DECA D GVIMAR M[A] DE CASTRO SVA SEG·[DA] MVLHER

SEVS FILHOS

D·IOAÕ DE CASTEL BRAN·[CO] E D·PATRIÇIO DE CASTEL BRAN·[CO]

*

Concedeu o governo da senhora D. Maria II, por decreto de 23 de novembro de 1843, ao municipio o terreno da egreja[1]. Estava tudo destruido, e para sempre. Em dezembro officiava a camara ao governador civil de Lisboa, pedindo-lhe mandasse as suas ordens aos respectivos administradores afim de ella tomar a sua posse[2].

*

Eis ahi tudo que pude apurar mais authentico a respeito da egreja historica de S. Martinho nas suas

[1] Assim se exprime o documento official:

Decreto.—Tendo-Me sido presente a consulta a que procedeu o Tribunal do Thesouro Publico em 18 de julho do corrente anno, sobre a conveniencia de se conceder á Camara Municipal de Lisboa o terreno das egrejas profanadas de S. Thomé, Santo André, S. Martinho, e Santa Marinha, d'esta cidade, a primeira e terceira das quaes já foram demolidas para aformoseamento da Capital e commodidade do publico, devendo resultar eguaes effeitos da demolição das outras duas: Hei por bem, Conformando-Me com o parecer emittido na sobredita Consulta, conceder gratuitamente á referida Camara Municipal os mencionados terrenos, ficando todavia esta concessão dependente da approvação das Côrtes. O Barão do Tojal, do meu Conselho, Par do Reino, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda, assim o tenha entendido e faça executar.—Paço das Necessidades em 23 de novembro de 1843—Rainha.—Barão do Tojal.

[2] *Synopse dos princ. act. adm. da c. m. de Lisboa* em 1843. pag. 25.

varias vicissitudes. Hoje cantemos-lhe o *de profundis.*

Quando entrarmos no museu do Carmo procuremos os azulejos nums. 606 e 608, que eram de lá.

Quando entrarmos na visinha parochia de S. Thiago, procuremos as imagens que lá estão, outr'ora pertencentes á de S. Martinho.

Quando passarmos no sitio onde campeou sete seculos o antigo templo, dêmos-lhe ao menos uma recordação, que bem a merece.

Entre os que só sabem esquecer, vejam-se de longe em longe os que tambem sabem recordar-se.

Acabemos agora com S. Martinho; e ao fechar em espirito a porta do venerando templo, fechemos tambem a do volume, que não vae minguado.

Quanto mais me embrenho n'estes estudos, mais a tarefa se alcantila. Animo! animo! é o que eu peço a Deus, porque é immenso o que me resta por fazer.

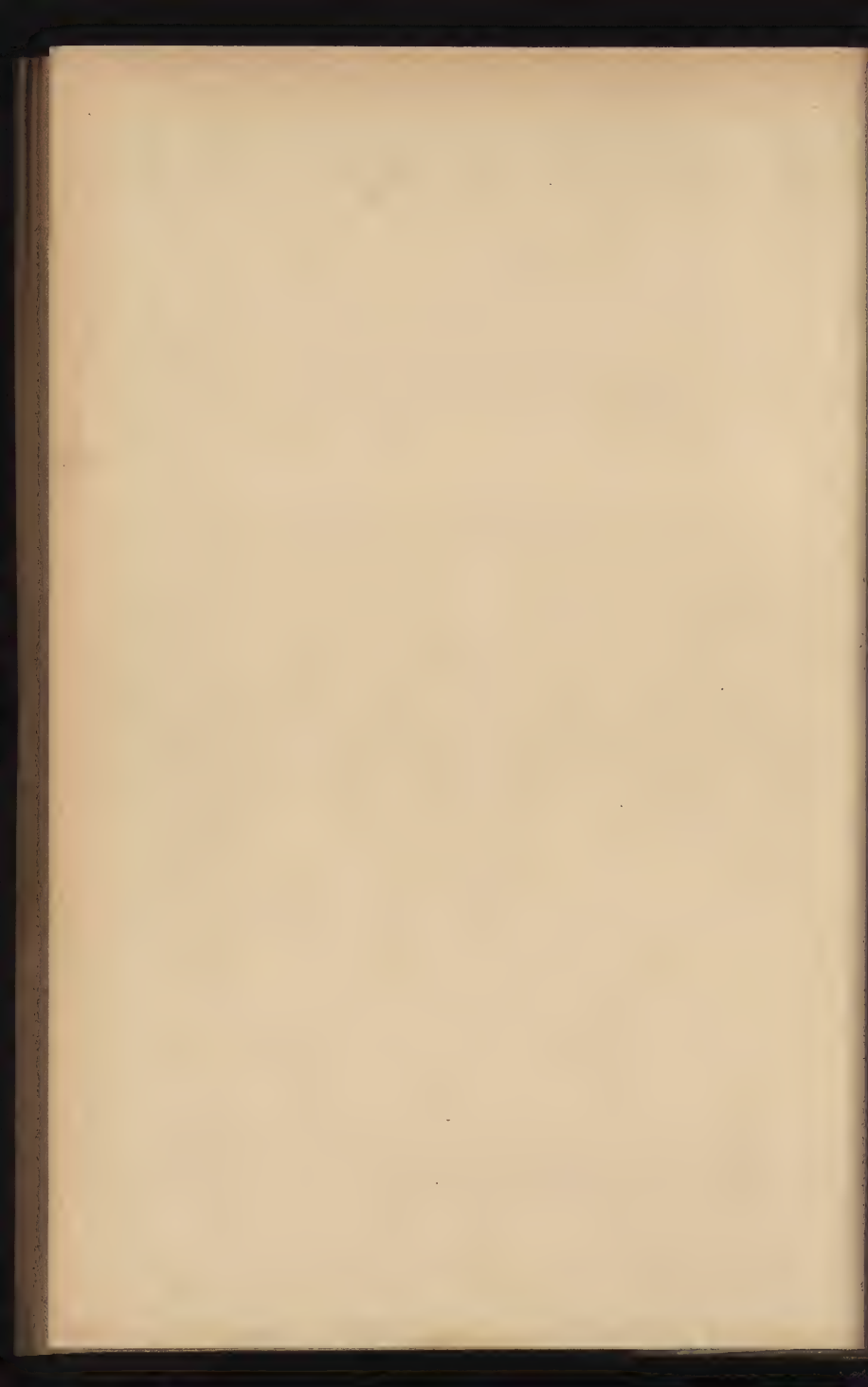
N'esta labutação de todas as horas, só e quasi desajudado, azeda-se-me muita vez a benevolencia para com o proximo. Tenho sido aspero (confesso) para as camaras municipaes da minha terra, corporações onde aliás tive, e tenho, amigos. Não se veja porém n'essas asperezas a intenção de ferir personalidades; o meu campo não é esse. Quero apenas pugnar, pugnar com denodo, pelos direitos inconcutiveis do passado, e convencer (quanto em mim caiba) as nossas vereações, de que se desacreditam á face

da Europa quando desleixam, quando desamparam por qualquer fórma, aquelles direitos sacratissimos.

Perdão, se com as minhas (aliás motivadas) prolixidades abusei da paciencia dos estudiosos. A desculpa é simples: fallava da nossa querida terra; por outra: pintava o retrato d'ella, e cada velatura saía-me do coração.

Que bem que o disse Victor Hugo! *On tient à la figure de la patrie, comme au visage de sa mère.*

Lisboa, dezembro de 1886.

NOTAS

NOTA I

O TECTO DOS MARTYRES

(DESENHO AUTOGRAPHO DE VIEIRA LUSITANO)

(PAG. 59)

Nas costas d'este precioso desenho lê-se isto:

Lançado a fl.s 124 sob N.º 21
do Inventario do Cartorio
da Real Irmandade do
S.mo Sacramento da Fre
g.a de N. Snr.a dos Mar-
tyres. Foi offerecido á
mesma Irmandade pelo
sr. Francisco d'Assis Ro-
drigues em 15 de Novem
bro de 1866, como se vê a fl.s
45 v.º do L.º das Actas.

NOTA II

SIMÕES DE ALMEIDA NAS SUAS OBRAS

(PAG. 101)

Para que se veja quanto Simões de Almeida tem trabalhado, aqui deixo como subsidio a futuros biographos, a lista quasi completa das obras d'elle até agora.

Dividil-a-hei em tres grupos principaes; 1.º obras de alta esculptura; 2.º bustos; 3.º medalhões.

I

OBRAS DE ALTA ESCULTURA

El-rei D. Sebastião muito novinho meditando as suas futuras guerras, 1872. Vestido no rigor da moda do seu tempo, vê-se o juvenil soberano meio encostado, e absorto na leitura de um livro que lhe pende entreaberto da mão. Na physionomia concentrada e contrahida nota-se meditação profunda; arde-lhe o espirito em labaredas, que se lhe revelam nos olhos. Bella e sabia composição, toda vibrante de patriotismo. Marmore de Carrara. Pertence a el-rei o senhor D. Luiz, que a tem n'um gabinete que precede a sala do conselho de estado no paço da Ajuda.

Sapho, 1872. Graciosa interpretação da personalidade da celebre poetisa grega; é uma estatueta que mais de uma vez o mestre reproduziu em marmore italiano. Prima pelo acabado e bem composto. Bate-se com a famosa Sapho de Pradier. Pertenceu ao fallecido negociante o sr. Pacheco, do banco ultramarino.

Nossa Senhora da Conceição, 1872. Pode ser estudada esta bella estatua no tumulo da familia do digno par Carlos Eugenio de Almeida no cemiterio dos Prazeres. Pedra lioz.

O orphão, 1873. Sentado no chão, na postura mais desamparada e triste que é possivel imaginar, commove esta figura pelo seu tom de affectuosa resignação. Marmore de Carrara. Pertence ao sr. visconde de Condeixa.

A Piedade, 1874. No tumulo do sr. conde de Penha Longa no cemiterio dos Prazeres. Pedra lioz.

A morte (baixo relevo), *1874.* Marmore de Carrara.

Hercules, 1875. É uma colossal figura de extraordinaria pujança esta! Lembra o que ha de melhor no antigo. É em pedra portugueza, e foi erigida junto á Alhandra, no monumento commemorativo das famigeradas linhas de Torres Vedras. Avista-se de muito longe no alto do seu monticulo.

Saudade, 1875. Quando sua magestade o imperador do Brazil o senhor D. Pedro II visitou a officina de Simões de Almeida em Lisboa, dirigiu ao artista palavras animadoras, e encommendou-lhe uma estatua. Simões pediu a sua magestade se dignasse dar-lhe o assumpto; e o imperador, depois de meditar um pouco, respondeu, que eram tão agradaveis as recordações que levava de Portugal e dos portuguezes, que não encontrava outro assumpto senão a sua saudade. Prometteu o mestre representar a saudade em esculptura, e saiu-se admiravelmente. Sentada, na posição melancolica e tristissima de quem sente a alma a vaguear-lhe por muito longe, exprime esta estatua logo á primeira vista o seu profundo pensamento. Nada mais doce que essa physionomia de mulher. Da mão da figura pende-lhe a flôr a que vulgarmente chamamos saudade. Marmore de Carrara.

O Duque da Terceira, 1877. Commemora esta estatua o sitio do desembarque do duque da Terceira am 24 de julho de 1833. É de bronze. Todos a podem ver no caes do Sodré em Lisboa.

A Puberdade. É das mais graciosas composições que teem saido do talento do Simões de Almeida. Nua, inteiramente nua, e de tamanho natural, apparece esta lindissima estatua como que envolvida no veo da sua mesma castidade. Graças ao genio do artista adejam em volta d'esta formosa rapariga de quinze annos só pensamentos puros como anjos. Ninguem exprimia com mais modestia e doçura as infantilidades innocentes da adolescencia. Só a arte christã podia conceber aquella estatua. Nunca foi até hoje reproduzida em marmore. Pertence ao auctor.

Caridade, 1877. Figura ornamental, ou antes grupo, na fachada alluida da parte reconstruida por Cinatti na Casa Pia de Belem. Foi decapitada pelas pedras que resvalaram de cima. Ficou inutilisada. Era em pedra lioz.

O Saltimbanco, 1878. É um pobre arlequim, ainda imberbe, chamando com o zabumba a concorrencia para a sua barraca de feira. Ha melancolia e fome no fundo d'aquelle ficticio enthusiasmo do rapasito. Marmore de Carrara. Pertence hoje ao espolio d'el-rei D. Fernando.

Judith, 1878. Magestosa e sentida composição. Marmore de Carrara. Pertence á senhora condessa d'Edla.

Ignez de Castro, 1878. Esta é das mais engraçadas e sympathicas obras do mestre. Vê-se que elle escolheu, para o traduzir com o escopro, o verso do epico:

Estavas, linda Ignez, posta em socego.

Tudo n'aquella nobre figura, franzina e elegante, está revelando o pasmoso socego de uma alma boa. Vestida á moda mais garrida do seculo XIV, senta-se a linda Ignez n'uns penedos da quinta das Lagrimas, e parece estar escutando os passaros em torno de si, e dentro em si as harpas dos Anjos. As mãos, o rosto, foram acariciados com amor pelo sabio escopro do mestre. Nota-se a maneira esplendida como estão reproduzidos os brocados e as joias. Marmore de Carrara. Pertence á senhora dnqueza de Palmella, e está no seu palacio do Rato.

A Victoria, 1880. Enthusiastica e fogosa composição no monumento dos restauradores de 1640 em Lisboa. Parece que vibra. Olhando se para aquella estatua escutam-se clarins. Fundida em bronze.

O Genio, 1881. Figurinha nua no tumulo do chorado maestro Guilherme Cossoul no cemiterio dos Prazeres. Pedra lioz.

A Caridade, 1882. Estatua destinada para a frontaria do edificio da Beneficencia portugueza no Rio de Janeiro. Pedra lioz.

Vasco da Gama, 1882. Estatua destinada para a frontaria manuelina do Gabinete portuguez de leitura no Rio de Janeiro. Pedra lioz.

Camões, 1882. Idem.

Pedro Alvares Cabral, 1882. Idem.

O Infante D. Henrique, 1882. Idem.

S. Roque, 1882. Estatua destinada para a frontaria do edificio da Beneficencia portugueza ne Rio de Janeiro. Pedra lioz.

O Infante D. Henrique, 1883. Outra estatua, destinada para a mesmo edificio.

Pedro Alvares Cabral, 1883. Idem.

Crucifixo colossal, 1886. Destinado para a capella nos Jero-

nymos onde vão ser collocados os restos de Alexandre Herculano. Commovente figura! Hoje, que o sentimento religioso tanto tem esfriado nas officinas, é bello ver como Simões de Almeida conseguiu fazer do seu Cruxifixo uma obra cheia de crença. Adejam orações em torno d'ella. Parece que d'aquella bocca se está exalando o brado sublime—*Perdoae-lhes, Senhor, porque não sabem o que fazem.*

José Estevam, 1886. Estatua colossal destinada ao monumento do grande orador em Aveiro. Tem muita vida esta estatua. Assisti a uma parte do trabalho da collocação dos taceis. Que faina!

II

BUSTOS

João Simões de Almeida, 1872. Tio do auctor. Marmore de Carrara.

Visconde de Condeixa, 1872. Idem.

A senhora condessa de Condeixa, 1872. Idem.

Visconde de Pelotas, militar brazileiro, 1873. Idem.

Visconde de Inhauma, 1873. Outro heroe da guerra brazileira contra os paraguayos. Idem.

O fallecido senhor bispo de Vizeu D. Antonio Alves Martins, 1874.

Jacintho de Oliveira, 1876. Idem.

Castilho, 1876. Este notavel busto merece historia. Eil-a.

Na tarde do tristissimo dia 18 de junho de 1875, tres horas depois de ter meu Pae entregue a alma a Deus, na livraria da sua casa da rua do Sol ao Rato, n.º 124, em Lisboa, foi a meu pedido (e por intervenção do nosso bom e obsequioso amigo Zacharias de Aça) o escultor José Simões de Almeida acompanhado do formador (hoje fallecido) Ponziano Pieri, á casa mortuaria proceder á moldagem da mascara do cadaver. Logo nos dias seguintes começou o esculptor, por encommenda minha, a modelar em barro o busto do poeta. Achando-me fóra da capital n'esse verão, fui, sempre que vinha a Lisboa, ver os progressos d'esta obra, e acompanhal-a com os meus conselhos

de profano. Em meio de setembro achava-se concluido o trabalho, e já moldado em gesso. Em 30 de agosto doei por dez annos a propriedade do busto em gesso á ESCOLA CASTILHO então recem-fundada na freguezia de S. José. Em 15 de novembro veiu para a minha casa da travessa do Convento das Bernardas n.º 20 o primeiro exemplar em gesso. Assistiram, como que inaugurando-o com as suas saudades, alguns amigos intimos, entre elles o escultor Simões de Almeida, D. Antonio da Costa, Alvaro Paes de Faria, Francisco Paes de Faria, o pintor Gonçalves Pereira, Zacharias de Aça, Silva Tullio, Rodrigues Cordeiro, etc., faltando alguns convidados. Começou-se por esse tempo a escultura em marmore de Carrara. Eu ia muitas vezes ver o adiantamento da obra, discutindo com o auctor á vista de photographias e *silhouettes* que levava, e segundo as minhas vivissimas reminiscencias auxiliava o talento do mestre, que infelizmente não conhecera meu Pae senão muito de leve. Cabe-me dizer que o marmore de que este busto foi esculpido, o vendera ao artista o grande actor portuguez (curioso de escultura) João Rosa, pae, e era o resto de um grande troço que este mandara vir de Italia, e d'onde tirara o busto de Garrett que se vê no salão do theatro de D. Maria II. Notavel coincidencia! Quando se inaugurou o busto de Garrett no theatro, lembro-me de que a illustre commissão offereceu os cordões do veo a meu Pae, que teve então a honra de descobrir perante um numeroso ajuntamento de pessoas convidadas o vulto do creador do nosso theatro moderno, seu antigo camarada em lettras. Quem lhe diria a elle então, e quem nol-o diria a nós, que esse mesmo marmore era irmão do outro d'onde havia de sair annos depois o seu busto posthumo!? Em fevereiro de 1876 achava-se concluida a escultura por Simões; de fins de abril a fins de maio esteve na exposição da Associação promotora das bellas artes no edificio da academia em S. Francisco. Agradou geralmente. Em 13 de julho d'esse anno de 1876 emfim, á uma hora da tarde, chegou o meu exemplar em marmore, e foi inaugurado sobre peanha de veludo verde, em fórma de pyramide truncada, no meu escriptorio da casa que então habitava, rua de S. João da Matta, n.º 119. Em 9 de agosto de 1881 tive a satisfação de offe-

recer este notavel busto á bibliotheca nacional de Lisboa, e a honra de receber a seguinte portaria do ministerio do reino:

Ministerio do reino — Direcção geral de instrucção publica, 1.ª repartição — L.º 11, n.º 212. — Tendo subido ao conhecimento de Sua Magestade El-Rei que o Visconde de Castilho, 1.º Official da Bibliotheca Nacional de Lisboa, offerecera a este estabelecimento um busto, em marmore de Carrara, de seu fallecido Pae, o eminente poeta 1.º Visconde de Castilho; sendo tal offerecimento digno de grande apreço, não só por ser a escultura offerecida, e que já se acha adornando a sala nobre da bibliotheca, obra distincta de um artista nacional, mas especialmente por ser mais um monumento a perpetuar, dentro do recinto d'aquelle estabelecimento, a memoria de um dos mais illustres e infatigaveis obreiros do levantamento da litteratura nacional no presente seculo: Ha por bem O Mesmo Augusto Senhor Mandar transmittir ao Visconde de Castilho os louvores de que o julga merecedor por este seu valioso offerecimento. Paço em 14 de setembro de 1881. — Antonio Rodrigues Sampaio.

Conde de Daupias, 1876. Marmore de Carrara.

A senhora condessa de Daupias, 1876. Idem.

João Rosa, actor, 1876. Marmore de Carrara.

Cabeça de varina (phantasia), 1878. Marmore de Carrara; pertence ao sr. conde de Daupias.

Pescador (phantasia), 1878. Marmore de Carrara; pertence ao sr. Ludgero José Avellino.

Dr. Curry Cabral, 1878. Marmore de Carrara.

O menino Vasco de Mello, filho dos condes de Sabugosa, 1879. Marmore de Carrara.

Camões, 1880. Marmore de Carrara. Pertence ao Gabinete portuguez de leitura do Rio de Janeiro.

José Cinatti, 1880. Bronze, inaugurado no passeio publico de Evora.

Camões, 1880. Busto pequeno, que foi destinado a solemnisar as festas do tricentenario.

Camões, 1881. Busto grande, encommendado pelo fallecido José Palha, em marmore de Carrara, e por elle offerecido a seu sobrinho o sr. Fernando Palha.

Duque de Avila e de Bolama, 1881. Admiravel obra, em marmore de Carrara, hoje na camara dos dignos pares.

Bartholomeu dos Martyres Dias e Sousa, 1882. Marmore de Carrara. Pertence ao genro do retratado, o sr. conde de Thomar.

Silva e Sousa, 1883. Pedra lioz. Cemiterio do repouso, no Porto.

A pequenina Joanna Keil, 1883. Cabecinha encantadora em marmore de Carrara.

José Ribeiro da Cunha, 1883. Marmore de Carrara.

Visconde do Rio Vez, 1883. Idem.

Ramalho, d'Evora, 1884. Idem.

Eduardo de Lemos, 1884. Idem. Pertence ao gabinete portuguez de leitura do Rio de Janeiro.

Augusto Frederico Ferreira, 1885. Marmore de Carrara.

Marquez de Fronteira D. José Trasimundo Mascarenhas Barreto, 1885. Marmore de Carrara. Pertence a seu genro o actual sr. marquez, que o tem n'uma das principaes salas do palacio de Bemfica.

Passos Manuel, 1885. Pedra lioz. Pertence ao hospital da Beneficencia portugueza no Rio de Janeiro.

Duque de Saldanha. Idem.

José Estevam. Idem.

Ferreira Borges. Idem.

Dr. Bernardino Antonio Gomes. Idem.

Outros dois bustos, cujos nomes me não occorrem, destinados para o mesmo hospital.

Esperança e saudade, 1885. É uma das mais suaves e sentidas physionomias de mulher, que nunca jámais se expressaram em pedra. O titulo diz tudo. Ha muita saudade n'aquelle rosto, mas ha ainda um longe de esperança. É Ariadne abandonada, talvez, mas Ariadne nascida em Aveiro. Um verdadeiro encanto, realçado da doçura das peninsulares. Pertence ao sr. J. W. Garland. Marmore de Carrara.

III

MEDALHÕES

João Burnay.

Filha dos condes de Daupias, mulher do precedente.

Thomaz José de Annunciação.

El-rei D. Fernando.

José Ferreira Chaves.

Alexandre de Mello e Castro (Galveias).

Alexandre Herculano. Medalhão destinado para o Gabinete portuguez de leitura do Rio de Janeiro.

Garrett. Idem.

Joaquim Machado de Castro. Para a fachada do museu de bellas-artes ás Janellas Verdes.

Affonso Domingues. Idem.

Domingos Antonio de Sequeira. Idem.

D. Angela Bergaro.

Mendia (pae).

Madame de Mendia.

Eduardo de Mendia.

José Ferrão de Castello Branco.

Condessa de Sabugosa.

D. José Hermenegildo da Camara Coutinho.

Francisco Baptista dos Santos.

Condessa d'Edla.

Soares dos Reis.

José Vital Branco Malhôa.

A mãe do dr. Curry Cabral.

Camões. Faz parte de uma collecção reproduzida em galvanoplastia.

Castilho. Idem.

Herculano. Idem.

Garrett. Idem.

Annunciação. Idem.

Lupi. Idem.

Seis medalhões da familia Garland.

Annunciação. Medalhão do seu tumulo no cemiterio do alto de S. João.

NOTA III

LUCAS DA COSTA

(PAG. 175)

Por despacho de S. M. de 16 de março de 1697 em consulta do conselho ultramarino de 3 do mesmo mez e anno:

El-rei nosso senhor tendo respeito aos serviços de Lucas da Costa, filho de outro e natural d'esta cidade, feitos de muitos annos a esta parte nos lugares de piloto e mestre de navios seus, capitam de mar e guerra, cabo de uma frota, e administrador da fabrica de uma nau, achando-se no discurso do referido tempo em varias occasiões que se offerecerão, no anno de 1671 em um navio seu para fazer viagem com a frota para o estado do Brazil, se lhe ordenar recebesse nella o governador que ia para Cabo-Verde Manuel Pacheco de Mello, e embarcando-se com effeito o dito governador no seu navio S. José, se lhe passar patente de capitam de mar e guerra delle, havendo-se com singular valor, assim nos combates de guerra que houve, como em todos os mais successos da viagem, procurando com grande disvello de dia e de noute a guarda e conservação dos mais navios:—voltando para esta côrte ser nomeado pelo governador do Rio de Janeiro para vir no dito seu navio fazendo o officio de almirante, o que fez com muito zelo, seguindo sempre as ordens do cabo da frota, combinando todos os navios della com tanto cuidado, que sem embargo de hum rebate que houve á vista de dois navios pexelingues na altura das ilhas das Flores, os trouxe em conserva até se recolherem todos nas barras desta cidade e da do Porto sem perigo nem damno algum:—nos annos de 1673-1674 ir a Amburgo, e vindo para este reino se haver com valor na briga que teve com tres navios de turcos, de que trouxe onze a esta côrte, por cujo res-

peito, e por ter levado ao Rio de Janeiro os governadores Mathias da Cunha e João Furtado de Mendoça na sua nau S. José, se lhe fez mercê do posto de capitam de mar e guerra della ad honorem:—partindo desta corte avistar hum navio de turcos, que seguio sem lhe poder dar alcance, e da mesma maneira a dous entre a ilha da Madeira e esta cidade, que por serem inglezes deixou seguir sua viagem, fazendo primeiro vir a bordo do seu navio o batel do de maior força, havendo-se em uma e outra occasião com grande valor e disposição, assistindo com vigilancia de dia e de noute nos lugares de maior risco, e pelo seu prestimo o nomear o governador Mathias da Cunha por cabo dos navios de licença, que do Rio de Janeiro vierão para esta côrte em 1676, e tornando á ilha Terceira levantar nella muitos soldados por ordem do provedor da fazenda, dando a cada um delles da sua mil e duzentos réis em dinheiro, além dos mantimentos e passagem livre, e avistando junto á barra desta cidade tres navios de mouros, se haver de maneira que, por esta occasião sómente, se lhe fez mercê do habito de Sam Thiago com doze mil réis de pensão:—em 1686 passando ao Rio de Janeiro por capitam da fragata Nossa Senhora da Conceição levar nella o governador João Furtado de Mendoça, e na volta vir por almirante dos navios da frota, procedendo com muita satisfação e acerto, e assistindo com particular cuidado aos doentes:—ultimamente ser encarregado do expediente e administração da fabrica da nau que se fez em Setubal por ordem da Junta do Commercio, aqui assistiu até se lançar ao mar, e a vir governando até ao porto d'esta cidade, havendo-se com muito cuidado, zelo e limpeza de mãos, por cujos respeitos foi nomeado capitão tenente da fragata Nossa Senhora da Nazareth, uma das da Junta do Commercio, que, em 1696, foi á costa de Salé em companhia das da armada Real, em que se houve com valor e zelo que delle se podia esperar, e estar nomeado por capitam de viagem da nau Nossa Senhora da Boa Hora, que nesta monção passa á India:—em satisfação de tudo, Ha por bem fazer-lhe mercê para seu filho Francisco da Costa Campos de doze mil réis de tença effectiva, que lograrà a titulo do habito da ordem de Christo, que lhe tem mandado lançar, e de trinta mil reis tambem de tença effectiva para suas

filhas Luisa das Chagas e Josepha de São Romualdo, Religiosas no convento de Santa Clara desta cidade, quinze para cada uma, os quaes quarenta e dois mil réis se assentarão nos Almoxarifados do reino em que couberem, sem perjuizo de terceiro, e não haver prohibição, com o vencimento na forma da ordem de S. M.—Lisboa, 18 de setembro de 1697. Pedro Sanches Farinha.

E á margem desta portaria se acham as verbas porque se mostra que em 8 de outubro de 1697 se passou padrão de quinze mil réis a Josepha de São Romualdo, e outra da mesma quantia a Luiza das Chagas, e em 9 de junho de 1701 se passou outro de doze mil réis com o habito a Francisco da Costa Campos.

Torre do Tombo. *Habilitações da Ordem de Christo.*

NOTA IV

PAÇO DOS INFANTES

(PAG. 195)

No capitulo XIX do *Leal Conselheiro* allude el-rei D. Duarte ao facto de, tendo vinte e dois annos, habitar em casa separada da d'el-rei D. João seu pae. Era o paço *da Moeda*, ou *dos Infantes;* e el-rei morava na Alcaçova.

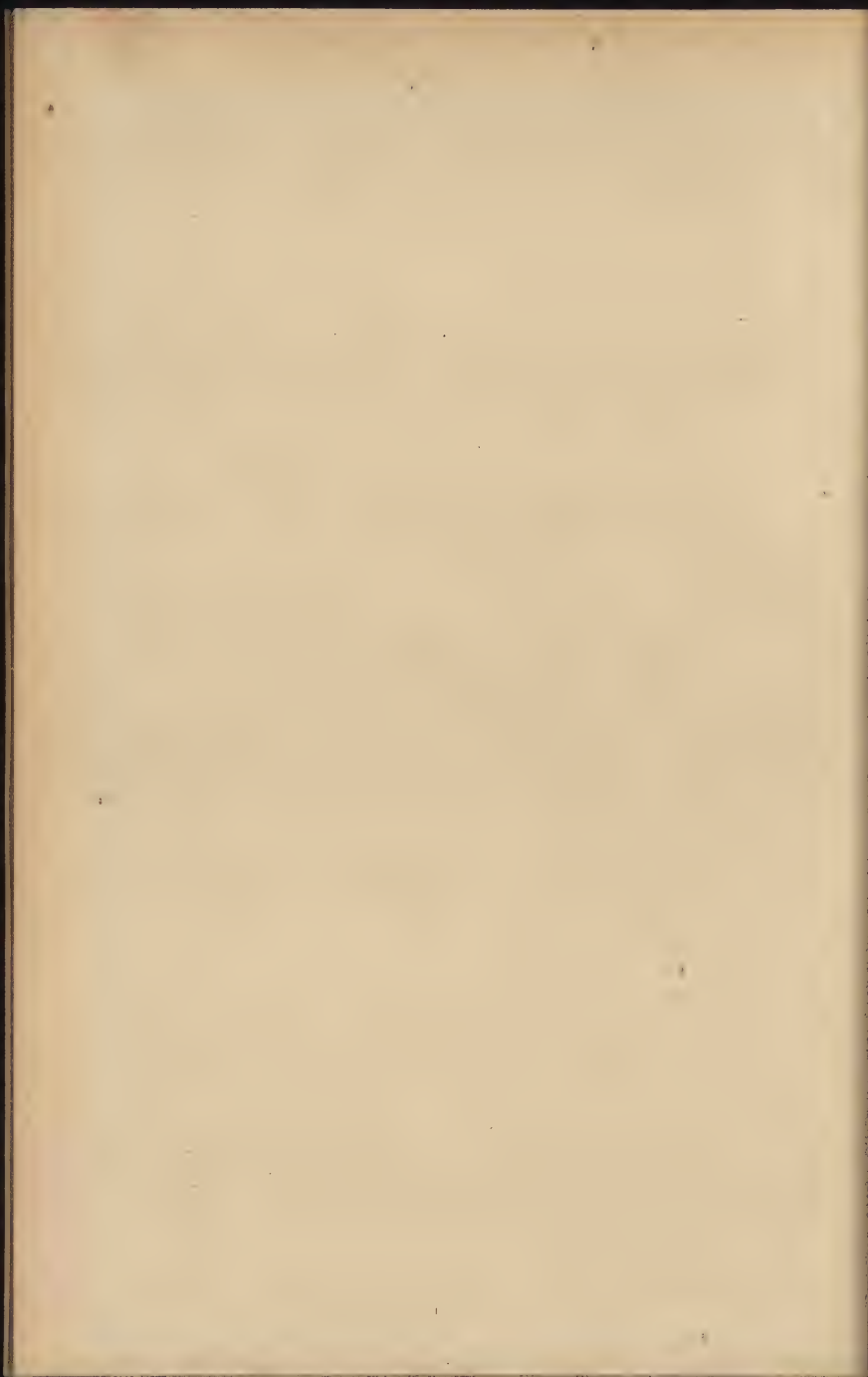
NOTA V

EDADE DA RAINHA D. LEONOR TELLES

(PAG. 205)

É desconhecida ao certo a edade da gentilissima soberana. Conjectura o meu amigo Anselmo Braamcamp Freire no seu consciencioso estudo genealogico sobre os brasões da sala de

Cintra (artigo *Almeida*, *Diario Illustrado* de 13 de março de 1885), que tivesse em 1380 trinta annos. Diz elle:

D. Leonor casa nos fins do verão, ou principios do outomno de 1371, com D. Fernando (*Monarchia Lusitana*, *parte* VIII, *liv.* 22, *cap.* 21). *A esse tempo havia já uns tres annos que era casada com João Lourenço da Cunha* (*Fernão Lopes*, *Chronica de D. João* I, *parte* I, *cap.* 177), *e portanto teria effectuado esse casamento em 1368. Suppondo-se-lhe n'esta occasião dezoito annos, vê-se que completava os trinta n'este anno de 1380.*

LISTA DAS PRINCIPAES FONTES

CONSULTADAS

PELO AUCTOR D'ESTE LIVRO

ALÉM DE OUTRAS JÁ MENCIONADAS

NOS VOLUMES ANTECEDENTES

Alberto (Caetano). *Uma visita ao Limoeiro*, artigos no *Occidente*, vol. IX.

Belgrano (L. T.). *Un ammiraglio di Castiglia*, memoria a pag. 42 do tom. 87 do *Archivio Storico Italiano*.

Idem. *Documenti e genealogia dei Pessagno genovesi ammiragli del Portogallo*. Genova, 1881. 8.º 1 folh.

Braamcamp Freire (Anselmo). *Os brasões da sala de Cintra*, artigos no *Diario Illustrado* de 1885.

Collecção dos documentos, estatutos, e memorias da Academia real da Historia portugueza. Lisboa, 1721....

Conceição (frei Apollinario da). *Demonstração historica da parochia dos Martyres*. Lisboa, 1750, 8.º 1 vol.

Dourado de Mariz Sarmento (Rodrigo José), prior de S. Martinho. *Informações dadas para o diccionario do padre Luiz Cardoso*. Mss. da Torre do Tombo. Tem a data de 15 de maio de 1760.

Ericeira (conde da). *Portugal restaurado.*
Moraes (Francisco de). *Chronica de Palmeirim de Inglaterra.*
Moura (Miguel de). *Vida,* escrita por elle mesmo.
Relação (Esta he hũa breue) da embaixada q̃ o Patriarcha dõ João Bermudez trouxe do Emperador da Ethyopia, etc. Lixboa, anno de 1565.
Rodrigues Leitão (Manuel), cura dos Martyres. *Informações para o diccionario do padre Luiz Cardoso.* Mss. da Torre do Tombo.
Rodrigues Lobo (Francisco). *O Condestabre,* poema.
Teixeira (frei Domingos). *Vida de D. Nuno Alvares Pereyra segundo condestavel de Portugal.* Lisboa, 1723, 6.º 1 vol.
Villa Franca (conde de). *D. João I e a alliança ingleza.*
Voyages faits en divers temps en Espagne, en Portugal, en Allemagne, et ailleurs, par monsieur M.—Amsterdam, 1700

INDICE

Capitulo III

Capitulo IV

Capitulo IX

Capitulo X

Capitulo XI

Capitulo XII

Capitulo XIII

Capitulo XIV

Capitulo XV

Capitulo XVI

Capitulo XVII

Capitulo XVIII

Capitulo XIX

Capitulo XX

Capitulo XXI

Capitulo XXII

Capitulo XXIII

Capitulo XXIV

Capitulo XXV

Capitulo XXVI

Capitulo XXVII

LIVRARIA FERREIRA

132—Rua Aurea—134

Annaes das sciencias, das artes e das letras, por uma sociedade de portuguezes residentes em Paris. 1818. 16 vol. encadernados em 8.º—4.º .... 6$000

N'esta obra encontram-se muitos artigos de critica litteraria devidos á penna de varios homens notaveis da emigração liberal.

Diccionario technico e historico de pintura, escultura, architectura e gravura, composto por Francisco de Assis Rodrigues. 1 vol. 8.º grande. Lisboa, 1876, br. 1$000

Da architectura religiosa em Coimbra, por Augusto Filippe Simões.................................... 150

O povo portuguez nos seus costumes, crenças e tradições, por Theophilo Braga. 2 vol................. 1$500

Bermudo e a mesa de prata de D. Diniz, romance original por M. M. S. A. e Vasconcellos. 1 vol....... 500

Introducção á archeologia da peninsula iberica, pelo dr. Augusto Filippe Simões. (Parte 1.ª antiguidades prehistoricas), com 80 gravuras. Lisboa, 1878, 1 v. em 4.º grande, br.................................. 2$000

Comedias de Luiz de Camões, I El-rei Seleuco, II Os Amphitriões, III Filodemo. 1 vol. 8.º br............ 200

Guesto Ansures, quadros da vida neo-gothica. Romance hisiorico seguido de apontamentos areheologicos relativos ao seculo VIII, pelo visconde de Figanière 1 vol.. 700

O escholiaste portuguez, ou subsidios litterarios, grammaticaes, philologicos e rhetoricos, compilados dos melhores auctores, e accommodados ao estudo elementar e complementar da lingua portugueza. por A. M. d'Almeida Netto. 2 vol. em 8.º com 820 pag. 1$800

Catalogo dos manuscriptos portuguezes, existentes no museu britannico, por Frederico Francisco de la Figanière. Lisboa, 1854, 8.º fr., br................ 1$000

Georgicas (as) de Virgilio, trasladadas a portuguez por Antonio F. de Castilho, 1 vol. em 4.º, edição nitida. 1$000

Carta de Portugal e suas colonias, coordenada por Hugo de Lacerda. Uma folha medindo 79 centimetros de largura por 59 de altura. Todos os mappas parciaes das ilhas e provincias ultramarinas estão gravados com a maior nitidez e escrupulo, contendo a carta de Africa, as ultimas alterações do congresso de Berlim. Este mappa além da carta (colorida) de Portugal, contém o archipelago dos Açores, Madeira, Cabo Verde, governos de Senegambia, S. Thomé e Principe, Angola, Moçambique, Estados da India, Damão, Diu, Macau, Timor e um mappa-mundi em miniatura indicando as possessões antigas e as actuaes de Portugal. Acaba de publicar-se uma nova edição.............................. 500

Estudos da lingua portugueza, por A. Francisco Barata. 2.ª edição, accrescentada e conforme ao programma official de portuguez, br................ 350

Suum Cuique. O primeiro tomo das «Rainhas de Portugal» por F. da Fonseca Benevides. Lisboa 1878; e as «Memorias das Rainhas de Portugal» (D. Thereza até Santa Izabel), pelo visconde de Figanière. Lisboa, 1859, 1 folh. de 60 pag.................. 100

Novo diccionario portuguez-latino, composto por Manuel Bernardes Branco, professor das linguas grega e latina. 1 vol. em 4.º de 863 pag. a duas columnas, encadernado.............................. 2$500

Dolmens (Os). Estudos archeologicos. Lisboa, 1876, 4.º. 120